História do Brasil Colonial

História do Brasil Colonial

Julho Zamariam
Leandro Cesar Leocádio
Danielle Manoel dos Santos Pereira

Sumário

Palavras do autor

Caro aluno,

Todo aquele que se propõe a estudar os acontecimentos do passado deve estar atento às prerrogativas que regem, neste início de século XXI, a disciplina de História. Se ao longo do século XIX o historiador deveria concentrar sua atenção apenas em fontes escritas e oficiais, que apresentassem uma suposta verdade gloriosa das realizações dos grandes homens do passado, na atualidade premissas como essa foram ressignificadas. Agora temos a possibilidade de recorrer a uma gama significativa de fontes históricas, elegidas como oficiais ou não.

Nesse contexto de profundas transformações dentro do campo da historiografia, ter a possibilidade de refletir sobre o Brasil colonial, período histórico mais longo da história de nosso país, deve ser considerado como um privilégio para nós, historiadores contemporâneos. Isso porque temos a possibilidade de desconstruir pressupostos ainda enraizados em nossa mentalidade que reforçam traços marcantes deste momento de nossa história. Vivemos em uma sociedade profundamente marcada pela escravidão e opressão de indígenas e africanos, em contraposição aos privilégios dos europeus: muitas vezes, ouvimos opiniões sobre as sociedades indígenas "selvagens" e sobre os rituais religiosos afro-brasileiros "profanos" que repetem a mesma mentalidade dos senhores de escravos de outrora.

Entender os elementos básicos que estruturaram a conhecida América Portuguesa, refletindo sobre o processo de colonização, dominação e resistência de inúmeros povos nativos, traçando paralelos constantes entre o passado colonial e nossa atualidade: esse deve ser compreendido como o objetivo principal deste livro. Afinal, o propósito atual da história se concentra na construção de uma visão crítica e capaz de problematizar a narrativa que tradicionalmente se constitui sobre o passado.

Assim, na primeira unidade deste livro você terá a oportunidade de refletir sobre conceitos históricos como "descobrimento", "colonização" e "conquista", com os quais normalmente descrevemos a chegada e o estabelecimento dos portugueses na América do Sul, a relação dos nativos com um grupo social específico da América Portuguesa – os bandeirantes – e a atuação da Companhia de Jesus e seus

principais representantes – os jesuítas – no processo de catequização dos ameríndios. Na segunda unidade, além dos aspectos políticos e econômicos que marcaram a colônia portuguesa entre os séculos XVI e XVII, será analisada a relação da América Portuguesa com o continente africano, a principal atividade monocultora desenvolvida nessa etapa de nossa história – a cana-de-açúcar – e ocupações territoriais empreendidas nesses territórios pelos holandeses. Na terceira unidade concentraremos nossa atenção em aspectos ligados à escravidão dos diversos povos oriundos da África, além de movimentos de resistência na América Portuguesa organizados por esses escravizados e a descoberta e exploração de jazidas de metais e pedras preciosas, que possibilitaram profundas transformações sociais na colônia portuguesa do século XVIII. A quarta e última unidade nos apresentará as várias revoltas contrárias à dominação colonial portuguesa, finalizando com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, situação que possibilitou profundas transformações na até então principal colônia de Portugal.

Ao final, esperamos que você possa contribuir na ressignificação de pressupostos construídos durante esses séculos e que ainda alimentam o imaginário de muitos brasileiros. Um país que em breve celebrará 200 anos de emancipação – 7 de setembro de 2022 – deve ter como preceito básico entender as forças e lutas que marcaram suas raízes para construir uma sociedade de fato democrática e plural, capaz de reparar as injustiças históricas que estruturam a sociedade atual.

O "descobrimento" e o início da colonização

Convite ao estudo

Nesta unidade você terá a possibilidade de refletir sobre um período de aproximadamente três séculos, aos quais costumamos nos referir como "Brasil Colonial": essa interpretação que projeta no passado as fronteiras contemporâneas do Estado-nação Brasil costuma nos enganar a pensar que o Brasil existia antes dos brasileiros – ou denomina como *brasileiros* povos indígenas de diferentes culturas que definitivamente não se viam dessa maneira. Se, por um lado, durante o período entre a chegada oficial dos portugueses (1500) e a consolidação da independência (1822-1831), não estamos falando de "Brasil" tal como o pensamos hoje – por isso nosso esforço ao utilizar o conceito de *América Portuguesa* – por outro, foi ao longo desses séculos que se estruturaram as bases do país que se constituiria mais tarde. Citando Sérgio Buarque de Holanda, nosso interesse recai aqui, portanto, sobre as "raízes do Brasil".

Para entendê-las, começaremos pensando como as Grandes Navegações e a América Portuguesa contribuíram para fazer de Portugal uma das principais potências econômicas da modernidade.

Compreender a diversidade de povos nativos que viviam em território brasileiro antes da chegada dos portugueses, os choques culturais inevitáveis do encontro entre europeus e ameríndios, além de problematizar as narrativas fundacionais sobre a história nacional são alguns dos pressupostos abordados nas linhas a seguir.

Este caminho é primordial justamente para se evitar construções de narrativas que ainda reforçam preconceitos absurdos na sociedade brasileira do século XXI. Você já ouviu pessoas dizendo que o índio não gosta de trabalhar? Ou que o negro é mais capaz para a realização de trabalhos braçais? Pois é, ambas as colocações devem ser entendidas como construções históricas e, sendo assim, passíveis de serem desconstruídas. Mas de que maneira? Como desfazer preconceitos criados e repassados às gerações seguintes como algo natural? Questionamentos como esses devem ser sempre considerados por nós, pesquisadores, que se dedicam ao árduo trabalho de investigação do passado.

Assim, em linhas gerais, os temas abordados estarão voltados para a compreensão dos seguintes pressupostos: os grupos de ameríndios que viviam no litoral brasileiro quando da chegada dos portugueses; a formação do reino de Portugal e as navegações empreendidas pelos portugueses; as práticas do mercantilismo como processo de retificação do colonialismo europeu; e questões conceituais, como a utilização de terminologias como descobrimento e conquista para se referir à colonização portuguesa.

Seção 1.1

"Descobrimento", "colonização" e "conquista" do Brasil

Diálogo aberto

Estudar o processo de dominação portuguesa sobre os povos ameríndios que viviam nesses territórios deve ser compreendido como uma possibilidade importante de conhecer as origens de nosso país. Afinal, o processo de colonização moldou o perfil de nossa sociedade. Se considerarmos, por exemplo, a opressão sofrida por indígenas e africanos, assim como as trocas culturais entre diversos grupos – ou o catolicismo como religião hegemônica e, ao mesmo tempo, a sobrevivência de diversas outras religiões de matriz africana –, teremos clareza da importância do período colonial para a construção do Brasil moderno. E refletir sobre tal perspectiva é fundamental para se descontruir, na atualidade, preconceitos que em nada contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Com essas informações em mente, apresentamos a situação-problema desta seção. Imagine que você trabalha em uma escola como professor de História do 6º ano, e o conteúdo que precisa ser abordado com os estudantes é o momento histórico da chegada dos portugueses ao território que atualmente chamamos de Brasil. Depois de apresentar os temas pertinentes a esse assunto (como as Grandes Navegações, os povos indígenas que viviam no litoral brasileiro e demais pontos didáticos importantes de serem abordados), você opta por problematizar a seguinte situação na sala de aula: será que podemos continuar nos referindo a esse momento de nossa história como *descoberta* do Brasil? Que outras terminologias poderíamos utilizar para nos referir a esse acontecimento histórico? Existe alguma definição que valorize a história dos povos ameríndios e suas ações ao invés de reiterar uma narrativa eurocêntrica? Pensar a história do Brasil unicamente

a partir dos portugueses não reflete a maneira pela qual a sociedade brasileira encara sua população indígena até os dias de hoje?

Você, como mediador deste processo de conhecimento, incentivará seus alunos a refletir questões como: qual é a situação dos grupos indígenas atualmente? De que maneira são feitas as demarcações de terras indígenas? Qual é o interesse dos diversos grupos envolvidos nessa situação, como os ruralistas, madeireiros, garimpeiros, e dos próprios indígenas? Podemos esperar um futuro melhor para esses povos?

Atividades como essa visam ampliar a percepção histórica dos estudantes, levando-os a construir paralelos e analogias entre passado e presente essenciais para uma sociedade democrática como a nossa. Assim, refletindo sobre termos como *descobrimento* (descobrimento para quem?) e reportagens atuais sobre as questões indígenas, criamos a possibilidade de enriquecer nosso conhecimento sobre os primeiros anos de formação do Brasil. É com atitudes como essa que podemos desconstruir preconceitos contra as comunidades indígenas que ainda insistem em se fazer presentes em nossa sociedade em pleno século XXI.

Não pode faltar

Os territórios que compõem o que desde pequenos aprendemos a chamar de *Brasil* nem sempre levaram este nome. Entre *Pindorama*, em tupi-guarani, *Terra de Santa Cruz*, *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* e a atual *República Federativa do Brasil* – passando por períodos históricos classificados mais tarde como *Colônia*, *Império* e *República* –, muita coisa mudou. Comecemos, então, caro estudante, a aprofundar a reflexão sobre as raízes de nosso país a partir do processo de construção de uma América Portuguesa.

Ao analisar as sociedades indígenas do período que antecede a chegada dos portugueses, não há consenso entre os historiadores. De acordo com Alfredo Bosi (2010), os europeus encontraram uma sociedade bastante homogênea em termos culturais e linguísticos ao longo da costa, divididos pelos colonizadores em dois grandes grupos: os tupis-guaranis e os tapuias. Para Manuela Carneiro da Cunha (2012), porém, não é possível pensar em sociedades

homogêneas, assim como também não se pode acreditar no conceito de isolamento atribuído a algumas sociedades indígenas.

Os primeiros relatos dos viajantes demonstram a dificuldade dos portugueses em entender ou traduzir as culturas indígenas e, ao mesmo tempo, legitimavam por diferentes maneiras o domínio sobre os nativos. A dificuldade em identificar nessas sociedades os padrões sociais que eram familiares para os europeus era notória – na famosa definição do século XVI do cronista português Pero de Magalhães de Gândavo:

> A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, **porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei**, e essa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida. (GÂNDAVO, 1576, p. 70-71, grifo nosso)

"Selvagens", "cruéis", "primitivos" ou "ingênuos" são diferentes definições que comporiam mais tarde a visão que foi definida como **etnocentrismo**, segundo a qual os europeus consideravam sua cultura – e a si mesmos – como superior à dos outros. No século XIX a visão do indígena como "atrasado" consolidaria a perspectiva eurocêntrica sobre os grupos nativos como um entrave para o desenvolvimento nacional. É importante assinalar que assim como os indígenas que povoavam a América não eram uma massa homogênea, também os "europeus" não eram; é comum falar-se em europeu como o "homem branco", mas há diferenças substanciais nas formas de colonização e conquista que cada um dos Estados absolutistas modernos impuseram às suas colônias. São códigos legais que definiam o significado da posse, do domínio, da autoridade e da soberania de formas diferentes (SEED, 1999).

Estima-se que a população indígena no Brasil pré-cabralino estivesse calculada em torno de 2 milhões e meio de habitantes (reduzida para cerca de 200 mil índios nos dias atuais) divididos em cerca de **218 etnias diferentes**. Não é possível precisar esses

números devido a diversos fatores, dentre eles a dispersão de muitos desses indígenas no período colonial, a morte de muitos nativos no contato com o homem branco e a quantidade esparsa de documentação. Dentre os estudos existentes, alguns apontam para uma população de cerca de 6,8 milhões de aborígenes, enquanto outros mensuram uma parca população de apenas 800 mil indígenas por todo o território (CUNHA, 2012, p. 16).

Assimile

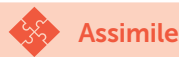



Figura 1.1 | Mapa dos povos indígenas no século XVI

Ocupação do território no século XVI.

Fonte: Ventura (2008, p. 16).

O debate a respeito da diversidade dos povos que habitavam o continente começa na interpretação sobre as origens da ocupação humana nesse hemisfério. Durante muitos anos acreditou-se que a origem dos povos americanos fosse resultado unicamente de uma onda migratória de povos vindos da Ásia pelo **Estreito de Behring**, que, mais tarde, haviam se dispersado pelo continente. No entanto, descobertas como o fóssil **Luzia**, encontrado em Lago Santa, no ano de 1974 (o mais antigo que havia sido encontrado até a data), fez que esse conceito fosse revisitado, abrindo-se outras possibilidades para interpretar a ocupação da América. Luzia, a habitante mais antiga encontrada nesse território, tinha traços negroides, indicando que o povoamento das Américas tinha sido feito por uma ou mais ondas migratórias. Você estudará em detalhes esse debate na disciplina de História da América, mas é importante desde já que entenda a pluralidade dos nativos americanos e suas origens.

Exemplificando

Figura 1.2 | Fóssil e reconstrução facial de Luzia

Reconstrução do fóssil de Luzia, encontrado em Lagoa Santa, Minas Gerais.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=41856276>. Acesso em: 29 set. 2017.

Considerando nosso foco – *os povos de raiz tupi do litoral às vésperas do encontro com os portugueses* –, estudaremos alguns de seus elementos comuns, apesar de sua heterogeneidade (FAUSTO, 1995, p. 37). Estamos falando, como já abordado, de diversos povos: não havia *um* povo tupi. Eles eram diversos, por exemplo, *goitacases*, que ocupavam territórios próximos à foz do Rio da Paraíba; *aimorés*, encontrados no sul da Bahia e norte do Espírito Santo; e os *tremembés*, vivendo na faixa entre o Ceará e o Maranhão (FAUSTO, 1995, p. 37). Alguns desses grupos sobreviviam, sobretudo, da caça e da coleta, enquanto outros desenvolveram culturas agrícolas. Acredita-se que esses povos tenham ocupado o território anteriormente pertencente aos povos dos **sambaquis** (na região que ia do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul). Os sambaquieiros eram grupos nativos que ocuparam a região muitos séculos antes dos tupis – alguns autores apontam para uma possível conquista tupi – e tinham por tradição enterrar seus mortos em estruturas de ossos e conchas que atingiam até 40 metros de altura.

Figura 1.3 | Sambaqui Figueirinha I, com cerca de 18 metros de altura

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=6457988>. Acesso em: 2 out. 2017.

Na atualidade, graças principalmente às investigações arqueológicas, temos a possibilidade de estudar os vários grupos indígenas e suas realizações antes da chegada dos europeus, como os conhecidos sambaquis, que escondem resquícios dos primeiros habitantes desse território.

Pesquise mais

Para conhecer um pouco melhor a respeito dos sambaquis, é interessante que você leia o capítulo 2, *Casqueiros, concheiros, berbigueiros, minas de sernambys, ostreiras: sambaqui*, presente na dissertação de mestrado de Marília Oliveira Calazans, intitulada *Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX*.

CALAZANS, Marília Oliveira. Casqueiros, concheiros, berbigueiros, minas de sernambys, ostreiras: sambaqui. In.: **Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em História Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Além da dissertação, segue também uma reportagem sobre como um sambaqui localizado no sítio arqueológico Ponta da Garopaba do Sul (SC) está, nos dias atuais, sendo tratado.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Sítio arqueológico com peças de 6 mil anos está ameaçado por casas em SC.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2016/05/21/sitio-arqueologico-com-pecas-de-6-mil-anos-esta-ameacado-por-casas-em-sc.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

A divisão do trabalho nas sociedades tupis obedecia a critérios de sexo e idade. As mulheres ocupavam-se de trabalhos agrícolas, atividades de coletas, colaboravam nas pescarias, transportavam os produtos das caçadas, fabricavam alimentos como a farinha, preparavam raízes e o milho para a produção do cauim (bebida alcóolica produzida por meio da fermentação da mandioca ou do milho), fabricavam azeite, fiavam algodão, teciam as redes,

produziam as peças de cerâmica utilizada na armazenagem dos alimentos, trançavam os cestos, cuidavam das pinturas e preparos para os rituais e cerimoniais. Os homens ocupavam-se da derrubada de árvores e preparação da terra para o plantio, caça, pesca, fabrico de canoas, arcos, flechas, adornos, lenha, construção das habitações, protegiam as aldeias, expedições guerreiras e sacrifício de inimigos. As atividades dos xamãs estavam também a cargo dos homens, embora haja estudos que apontem a participação de mulheres em tais práticas. Alguns desses grupos nativos da terra se especializaram no plantio de feijão, milho, abóbora e, principalmente, a mandioca, produtos desenvolvidos pela agricultura indígena.

É importante salientar que cada grupo tinha sua própria estrutura, esse é apenas um panorama geral da divisão do trabalho das sociedades tupis, não se referindo especificamente a um único grupo.

Esse modo de viver foi completamente alterado quando os portugueses ancoraram suas caravelas e pisaram pela primeira vez esse solo, dando início ao processo de conquista e colonização que teve como consequência direta um morticínio sem precedente,

(...) fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil. Motivos mesquinhos e não uma deliberada política de extermínio conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos pouco mais de 800 mil índios que hoje habitam o Brasil. (CUNHA, 2012, p. 14)

Em se tratando dos portugueses, é importante compreender o que levou um reino relativamente pequeno a se tornar uma das principais potências europeias no período das Grandes Navegações. Nada do que os portugueses fizeram no que diz respeito ao universo das navegações seria possível sem a unificação precoce de seu território. E esta unificação, que criou as bases para a formação

do reino de Portugal, deve ser analisada levando em consideração alguns pressupostos.

Na Baixa Idade Média e a partir das Cruzadas, iniciou-se na Península Ibérica uma sucessão de conflitos entre soberanos cristãos e muçulmanos (*mouros*) conhecidos pelos reinos cristãos como **Guerra de Reconquista**. Nesse período de intensas batalhas por controle territorial, que se iniciou a partir do século X com a retomada de territórios controlados pelos mouros, é que se forma, ainda no século XI, o Condado Portucalense. Nesse mesmo século, no ano de 1139, ele conquista a independência frente ao reino de Leão e Castela. O condado, portanto, torna-se um reino: o reino de Portugal. A dinastia de Borgonha reinou absoluta até a morte de D. Fernando I, no ano de 1383. Como não deixou um herdeiro masculino para assumir seu posto, temia-se em Portugal que sua filha, D. Beatriz, então casada com o monarca do reino de Castela, unificasse os territórios, transformando-os em um só. É o início de outro levante em Portugal: a **Revolução de Avis**.

O auxílio de pequenos nobres, burgueses e artesãos foi fundamental para que Portugal não caísse nos domínios do reino de Castela, tornando-se assim "um dos pioneiros no processo de unificação nacional e conseguindo muito cedo, em relação à França, Espanha ou Inglaterra, uma identidade nacional" (SILVA, 1990, p. 36). Assim, em meio à construção dessa identidade nacional portuguesa, vemos surgir uma aliança importante entre a monarquia com nobres, ávidos por conquistar territórios em outras regiões, e burgueses, interessados na expansão de seus negócios e na ampliação de seus lucros. Esses elementos devem ser entendidos como primordiais para o processo que viria logo a seguir: a navegação pelo Oceano Atlântico.

Com a morte de D. João I, como ficou conhecido o Mestre de Avis, seu filho, D. Henrique, passou a incentivar a navegação portuguesa como forma de obter acesso a especiarias e metais preciosos, buscando assim rotas comerciais alternativas pelo oceano. Assim, com o domínio de Ceuta, cidade localizada ao norte da África, no ano de 1415, navegadores portugueses iniciam o longo processo de colonização e dominação português; conquistam a Ilha da Madeira e as Ilhas Açorianas entre as décadas de 1420 e 1430; conseguem

contornar o Cabo Bojador em 1434, localidade até então vista como o "fim do mundo"; Bartolomeu Dias consegue enfim romper o temido Cabo das Tormentas – rebatizado como Cabo da Boa Esperança –, abrindo o caminho para a navegação pelo Oceano Índico em 1487; e a expedição de Vasco da Gama consegue, no ano de 1497, chegar à cidade de Calicute, na Índia (BARRETO, 1997, p. 368). A aventura marítima seguinte desembarcou, no dia 22 de abril de 1500, no litoral do território que hoje chamamos Brasil.

Desbravar o Oceano Atlântico decididamente não foi tarefa fácil. Os vários aventureiros que se colocaram à disposição dessa tarefa enfrentaram desafios até então inimagináveis. Navegar "por mares nunca dantes navegados", frase imortalizada pelo poeta português Luís de Camões e presente no clássico literário *Os lusíadas*, personifica o ineditismo de tal realização.

Nesse cenário de exploração marítima, Portugal acabou beneficiando-se da localização em que se encontra, justamente pelo fato de ocupar uma posição de destaque no cenário europeu. Devido ao seu posicionamento geográfico, tornou-se um espaço de

encontro entre a Europa e a África, porque a Península Ibérica é uma meia Europa e uma meia África do Norte. Encontros entre europeus do sul e do norte, porque os mares e os litorais de Portugal são o espaço de cruzamento das redes e das rotas marítimas que ligam o Atlântico e o Mediterrâneo (...). Encontros ainda entre os universos comerciais, tecnológicos e políticos do Mediterrâneo e do Atlântico e os valores, heranças e saberes das Civilizações Cristã, Islâmica e Judaica. (BARRETO, 1997, p. 368)

Assim, em meio a um cenário favorável, a coroa portuguesa soube muito bem explorar as práticas de conquista e colonização de territórios pelo mundo, articulando-as com um conjunto de medidas tanto econômicas quanto políticas, que foram nomeadas séculos mais tarde como **mercantilismo**. Essas práticas difundidas entre as principais nações europeias, principalmente entre os séculos XVI e

XVIII, apresentaram características próprias de nação para nação, mas com alguns traços essenciais. Basicamente, procurava atender aos seguintes preceitos:

> (...) não há ganho para um Estado sem prejuízo de outro. Como alcançar o ganho? Atraindo para si a maior quantidade possível do estoque mundial de metais preciosos e tratando de retê-lo. Isso deveria ser alcançado por uma política de proteção dos produtos do país através de uma série de medidas: reduzir pela tributação elevada, ou proibir a entrada de bens manufaturados estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias-primas; inversamente, proibir a saída de matérias-primas produzidas no país e estimular a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional. (FAUSTO, 1995, p. 55)

Em conjunto com as práticas ligadas ao mercantilismo, temos que destacar o processo de dominação e exploração territorial conhecido como colonialismo. A busca por transformar territórios dominados em colônias de exploração de recursos naturais e minerais motivou Portugal e os demais países europeus a subjugar inúmeros povos. Dessa forma, criaram mecanismos de dominação dos povos que encontravam, como é o caso do estabelecimento de postos de comércio fortificados na costa africana, chamados de feitorias. Em território brasileiro, assim como em ilhas exploradas no Oceano Atlântico, realizaram experiências de plantio em larga escala, com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar.

As práticas do mercantilismo, em conjunto com o processo de dominação e exploração territorial conhecido como colonialismo, só se tornaram possíveis graças à utilização de um sistema de trabalho que é marca primordial do período colonial brasileiro: a utilização de mão de obra escrava oriunda do continente africano. Sem essa força de trabalho, dificilmente os portugueses atingiriam o sucesso que conseguiram frente aos demais reinos europeus no início da modernidade. Apropriando-se portanto, de territórios antes pertencentes a povos das mais distintas concepções culturais, os

portugueses tiveram a oportunidade de colocar em funcionamento práticas que caracterizam o sistema colonial como um evento único e marcante na história da humanidade.

Essa forma de dominação e exploração tinha como princípio básico *descobrir* novos territórios que reunissem condições para se pôr em prática a colonização portuguesa. Partindo dessa premissa é que os navegadores, já no século XV, utilizavam-se do termo *descobrimento* para se referir às atividades marítimas desempenhadas por esses aventureiros dos mares (GODINHO, 1998, p. 56).

O historiador português Vitorino Magalhães, no artigo intitulado *Que significa descobrir?* (1994), apresenta-nos a tese de que o termo descobrimento não pode ser abandonado pela historiografia atual justamente por ser uma terminologia utilizada pelos europeus que participaram desse processo colonizador. É claro que nós, como historiadores, devemos problematizar constantemente os efeitos das denominações que utilizamos, pois elas estabelecem relações de poder. Portanto, é fundamental, nesse caso, procurar entender o contexto no qual certas terminologias são construídas, justamente para se evitar a reprodução de uma lógica eurocêntrica, além de possíveis anacronismos.

O historiador Fábio Kühn, por exemplo, faz questão de frisar a importância de se desconsiderar a terminologia *descobrimento*, substituindo-a por outra mais condizente com as práticas alinhadas à colonização: conquista.

[...] podemos utilizar o eurocêntrico e politicamente incorreto termo *descobrimento*, ou devemos nos ater aos aspectos brutais da colonização europeia na América, utilizando o termo *conquista?* Para além de uma questão meramente semântica, a utilização de tais termos revela, isto sim, a adoção de uma determinada postura historiográfica. Assim, geralmente o uso do termo *descobrimento* está associado a uma produção historiográfica realizada em padrões tradicionais, saudosa dos grandes nomes e eventos e valorizadora das efemérides. Por outro lado, o uso do

termo *conquista* associou-se a uma determinada produção historiográfica, normalmente vinculada à esquerda, que prefere desnudar o processo violento de ocupação dos territórios "americanos" pelos "invasores" europeus. (KÜHN, 2000, p. 60)

Reflita

Você consegue entender quais são as diferentes consequências de se tratar o processo iniciado com a chegada dos portugueses a partir de diversas terminologias? "Descobrimento" ou "invasão"? "Colonização" ou "conquista"? Quando escolhemos um desses conceitos já estamos determinando a interpretação histórica que daremos aos eventos?

O encontro de perspectivas culturais tão distintas é o amálgama central da formação de nossa história. A relação entre os diversos povos indígenas e os portugueses, e posteriormente africanos, é elemento essencial da identidade do brasileiro. Portanto, problematizar questões que envolvem terminologias como *descobrimento* e *conquista* é importante justamente pelo fato de evitar reducionismos, ampliando assim nosso campo de compreensão para com um evento tão emblemático para a nossa história.

Exemplificando

No ano 2000, o governo brasileiro resolveu fazer uma homenagem aos 500 anos do *descobrimento* do Brasil. Diversos grupos indígenas mobilizaram-se contra esse evento, entendendo que não houve um *descobrimento*, já que existiam inúmeros grupos de seres humanos vivendo por aqui. Como descobrir algo que outras pessoas já "descobriram"? A seguir, segue o link de uma matéria publicada no site *Terra* sobre esse questionamento.

TERRA. **Índios planejam protesto durante festa de 500 anos do descobrimento.** 2000. Disponível em: <http://www.terra.com.br/brasil/2000/04/12/055.htm>. Acesso em: 14 out. 2017.

Sem medo de errar

Sabemos muito bem do desrespeito com a história das diversas comunidades indígenas do Brasil. Acompanhando reportagens em jornais, revistas, sites na internet, dentre outros meios de comunicação, não é difícil encontrar informações que apresentem essa situação de opressão cotidiana.

A situação-problema desta seção busca refletir justamente sobre isso, no intuito de que possamos construir uma visão distinta da que acabou predominando em nossa sociedade sobre as comunidades indígenas brasileiras. Questões ligadas à demarcação de terras indígenas, ao acesso à universidade, à valorização cultural como patrimônio de nossa história, enfim, são assuntos inesgotáveis, e a eles podemos agregar tantos outros.

Ao trilhar esse caminho, contribuímos para a construção de um olhar distinto daquela visão pejorativa que predominou em nossa sociedade sobre os ameríndios. Além das informações e reflexões que apresentamos, você também pode assistir ao vídeo Demarcação já, em que 25 artistas brasileiros, grandes nomes do cenário musical, como Gilberto Gil, Chico César, Ney Matogrosso, Zeca Pagodinho, dentre outros, reuniram-se para defender a causa da demarcação das terras indígenas.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HnR2EsH9dac>. Acesso em: 19 out. 2017.

Depois do questionamento proposto sobre o conceito de descoberta e do vídeo assistido, você pode, como tarefa de casa, procurar por informações que tratem do assunto ligado à disputa

de terras no Brasil: na internet, jornais, revistas, enfim, nos mais diversos canais de comunicação, buscar por reportagens e imagens que abordam esse tema. Você pode se reunir em grupo com temas semelhantes para, em seguida, com os dados em mãos, elaborar uma reportagem com as informações apresentadas, utilizando-se como referência também a problematização em torno do conceito de *descobrimento*.

A reportagem a ser elaborada na situação-problema desta seção tem por intuito justamente a problematização do modo como são tratados os indígenas brasileiros em pleno século XXI. Muitas conquistas foram realizadas, mas muito mais ainda precisa ser feito.

Como profissionais da área de humanas, não podemos deixar passar essa oportunidade! Afinal, se reflexões como essas não forem feitas e não aprendermos a tratar de forma diferente questões tão profundas como essas, correremos o sério risco de acompanhar, nos próximos anos, pouco a pouco o fim de inúmeras comunidades indígenas que lutam na atualidade contra as injustiças históricas que enfrentam diariamente.

Faça valer a pena

1. "A história colonial brasileira está intrinsecamente ligada à política mercantilista dos Estados Modernos. O mercantilismo é considerado antes de tudo, um serviço da política, uma administração do tesouro real, um instrumento de grandeza política e militar" (DEYON, 2004, p. 10-11).
Sobre o conjunto de medidas econômicas e políticas conhecido como mercantilismo, assinale V para verdadeiro e F para falso:

(   ) Liberais do fim do século XVIII, ávidos por fazer predominar suas ideias e concepções capitalistas vinculadas ao desenvolvimento industrial, teceram ferrenhas críticas ao conjunto de práticas econômicas que nomearam como mercantilismo.

(   ) Para os defensores desse conjunto de prática econômicas, era necessário defender a balança comercial sempre positiva, pois o valor das mercadorias exportadas deveria ser sempre maior do que o das importadas, garantindo o acúmulo de capital.

(   ) O conjunto de práticas econômicas nomeado na Idade Média como mercantilismo afirmava que a melhor forma de garantir a riqueza nacional era incentivar a produção industrial, buscando nas colônias as matérias-primas necessárias para o desenvolvimento da Revolução Industrial.

(   ) Como arma do poder dos reis, foi criada uma série de medidas alfandegárias protecionistas que garantiam que as colônias consumiriam somente os produtos que suas metrópoles desejassem, fortalecendo a economia dos impérios que se formavam.

Agora, assinale a alternativa que apresente a sequência CORRETA:

a) V – F – F - V.
b) F – F – V – F.
c) V – V – F – V.
d) F – V – F – V.
e) V – V – V – F.

2. Conversa entre Jean de Léry e um velho índio Tupinambá no século XVI: Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arabutan (madeira pau-brasil). Uma vez um velho perguntou-me:
– Por que vindes vós outros, maírs e perôs (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?
Respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele supunha, mas dela extraímos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente:
– E porventura precisais de muito?
– Sim, respondi-lhe, pois em nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que poderíeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados.
– Ah! retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas; acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que me falas não morre?
– Sim, disse eu, morre como os outros.
Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo:
– E quando morrem para quem fica o que deixam?
– Para seus filhos, se os têm, respondi; na falta destes, para os irmãos ou parentes próximos.
– Na verdade, continuou o velho, que como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros maírs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais

tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois de nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados. (LÉRY, 1972, p. 161)

O texto anterior é do francês Jean de Léry (1536-1613), que conviveu com os índios tupinambás durante alguns meses e, a partir das experiências vividas, escreveu o livro *Viagem à Terra do Brasil*. Considerando o diálogo narrado, assinale a alternativa historicamente correta a respeito desse encontro:

a) O diálogo mostra como o desenvolvimento tecnológico dos europeus frente aos tupinambás maravilhava o velho indígena, que desejava viver aos moldes da sociedade narrada por De Léry.
b) O diálogo mostra como as relações entre franceses e tupinambás – ou entre europeus e indígenas – sempre se deram de maneira violenta, sem negociações ou trocas culturais.
c) O diálogo permite refletir a respeito das dificuldades de comunicação entre dois mundos tão diferentes: uma sociedade evoluída e civilizada e outra ainda selvagem e sem cultura.
d) O diálogo expõe profundas diferenças entre a cultura dos tupinambás – baseada em uma noção de transitoriedade da vida e de confiança na terra – e a dos europeus, fundamentada na acumulação de riquezas.
e) O diálogo expõe a superioridade da cultura tupinambá, como o pacifismo típico dos grupos indígenas demonstra.

3. Frequentemente também a desigualdade tecnológica, o monopólio de machados, espingardas e objetos manufaturados em geral, que foi dado aos brancos, deriva, no mito, de uma escolha que foi dada aos índios. Eles poderiam ter escolhido ou se apropriado desses recursos, mas fizeram uma escolha equivocada. Os Krahô e os Canela, por exemplo, quando lhes foi dada a opção, preferiram o arco e a cuia à espingarda e ao prato. Os exemplos dessa mitologia são legião: lembro apenas, além dos já citados, os Waurá, que não conseguem manejar a espingarda que lhes é oferecida em primeiro lugar pelo Sol (IRELAND, 1988, p. 166), os Tupinambás setecentistas do Maranhão cujos antepassados teriam escolhido a espada de madeira em vez da espada de ferro (D'ABBEVILLE, [1614] 1975, p. 60-61). Para os Kawahiwa, os brancos são os que aceitaram se banhar na panela fervente de Bahira: permaneceram índios os que recusaram (MENÉNDEZ, 1989). (CUNHA, 2012, p. 24).

O texto anterior faz referência às relações estabelecidas entre indígenas e europeus. De acordo com a visão apresentada, é possível afirmar que:

a) Os indígenas foram massacrados e suas cultura ancestral foi completamente apagada no processo de dessocialização imposto pelo homem branco.
b) Os indígenas não aceitavam negociar por ferramentas com os europeus, pois sabiam que seriam sempre traídos.
c) A presença da desigualdade tecnológica na mitologia indígena indica a importância desse dado na relação dos grupos nativos com os europeus.
d) Os colonos, ao tratarem os indígenas com brutalidade, destruíram seus instrumentos dados pelos deuses, como o arco e a flecha e a espada de madeira.
e) Todos os grupos indígenas aceitaram igualmente as ferramentas oferecidas pelos portugueses como instrumentos de barganha.

Seção 1.2

A relação com os nativos e o bandeirantismo

Diálogo aberto

Os conquistadores portugueses encontraram aqui, no território que hoje chamamos de Brasil, grupos humanos com hábitos completamente diferentes daqueles que conheciam. Nesse contexto de encontro de culturas tão distintas, os interesses comerciais e religiosos de portugueses não demoram muito para se materializar em práticas colonialistas – como a escravidão de diversos grupos indígenas, a exploração do território e as tentativas de conversão dos nativos.

Mesmo com tanta informação ao nosso dispor, em pleno século XXI ainda é comum encontrar pessoas que enxergam os diversos grupos indígenas que existem no Brasil de maneira pejorativa, muito próximo, por sinal, do modo como os próprios europeus enxergavam os nativos americanos. Desfazer esses estereótipos históricos que insistem em se fazer presentes em nossa sociedade é preceito básico do profissional envolvido com a educação na atualidade.

Assim, dando continuidade aos nossos estudos, propomos para esta seção a seguinte situação-problema: a ideia é dar continuidade às reflexões que você iniciou com os alunos do 6º ano. Você, como professor de História da turma, resolve propor um debate pautado nos seguintes questionamentos: por que, em pleno século XXI, o preconceito contra as comunidades indígenas brasileiras se mantém? De que maneira o trabalho realizado nas escolas na atualidade colabora diretamente para uma ressignificação dos olhares pejorativos e preconceituosos que ainda insistem em se fazer presentes em nossa sociedade?

Inicialmente, apresentará aos alunos o primeiro vídeo de uma série de uma série produzida em conjunto pela Secretaria de Estado

de Educação do Rio de Janeiro e pelo Museu do Índio, localizado na cidade de Botafogo, no Rio de Janeiro, chamado *Povos indígenas: conhecer para valorizar*.

PARTE 1 - Povos indígenas: conhecer para valorizar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tf-tOJGRYOI>. Acesso em: 7 nov. 2017.

Nesse vídeo é problematizada uma ideia recorrente e equivocada: a de que os indígenas são todos iguais, ao contrário das diferentes etnias que habitavam a América. Concepções como essa precisam ser problematizadas, e a escola deve ser compreendida como o espaço ideal para esse propósito. Como tarefa, você irá elaborar com seus alunos perguntas a serem realizadas para pessoas próximas, algum membro de sua família ou até mesmo pessoas da comunidade em que vive.

1 – Quando falamos de "índio", de quem estamos falando? Existe um único modelo de "índio"?

2 – É correto afirmar que os indígenas são atrasados e primitivos?

3 – E quanto a afirmar que eles pararam no tempo e não "evoluíram"?

O intuito é fazer que as pessoas compreendam que muito do olhar preconceituoso que existe em nossa sociedade se deve às construções pejorativas e preconceituosas criadas ao longo da história.

Não pode faltar

Quando consideramos fontes escritas a respeito dos povos nativos durante o século XVI, temos em mãos relatos produzidos exclusivamente por europeus. Desse modo, mesmo nos documentos que retratam os hábitos dos ameríndios, temos, sobretudo, mais do que uma descrição dos povos locais, uma perspectiva de mundo típica (*a possível!*) da cristandade europeia do século XVI. Essas fontes dizem mais sobre a mentalidade de portugueses, espanhóis e franceses daquele período do que nos fornecem informações fidedignas do modo de pensar e viver dos nativos. Você já imaginou como esses povos faziam para se comunicar? As línguas indígenas

eram diversas e mesmo entre europeus não existiam ainda línguas nacionais oficiais como conhecemos hoje – os primeiros dicionários, por exemplo, estavam surgindo. Naquele momento histórico, poucos povos tinham uma versão da língua escrita e, nas culturas que possuíam escrita, raríssimas pessoas eram alfabetizadas. Tente pensar, além disso, nas gigantescas diferenças culturais e linguísticas entre portugueses e as diferentes nações encontradas na América: muitas ideias e noções elementares de suas culturas não encontravam uma tradução para o mundo do *outro*. O português, que valorizava a acumulação infindável de determinados metais a despeito de qualquer outra coisa, que queimava vivo os infiéis na Inquisição, ou o indígena, que via *espíritos* (e isso é mais uma tradução limitada) na água e na floresta, que se alimentava da carne de um inimigo – era indecifrável para aquele *outro* que estava ali, desafiando suas maneiras de ver o mundo. Enquanto europeus escravizavam indígenas e a Igreja Católica debatia se os nativos tinham alma, muitos povos ameríndios afogavam portugueses em seus rios na tentativa de entender o que eram aqueles seres e se eles estavam de fato vivos.

Dos vários grupos indígenas existentes no atual território brasileiro, aqueles que marcaram mais profundamente o imaginário europeu do século XVI foram, sem dúvida, os **tupinambás**. Pertencentes ao tronco linguístico tupi, ocupavam as regiões litorâneas situadas entre os atuais estados da Bahia e de São Paulo. A organização social se dava por meio de vastas e complexas redes de intercâmbio, mantendo-se a autonomia política dos diversos grupos locais. A vida era permeada por cerimônias em todas as esferas e **o mais importante desses rituais era a guerra**. A guerra era vista como um caminho para a manutenção da sociedade, era um meio, inclusive, para o casamento: de acordo com sua linhagem, o jovem deveria entregar ao sogro um inimigo para que fosse considerado adulto.

As guerras na sociedade tupinambá se davam por disputas internas: o inimigo era um semelhante e estava próximo, normalmente pertencia ao grupo local circunvizinho e os capturados serviam como troféus. Estes conviveriam com os guerreiros e com o grupo desde os rituais de recepção até o cerimonial de sua morte, tornando-se parte do **ritual antropofágico**. Diferentemente do que os relatos dos viajantes informam, o que importava aos guerreiros não era o uso da carne humana como alimento: na realidade a guerra

era movida pela vingança, era o desejo de vingar os antepassados que movia os tupinambás na arte da guerra. O capturado deveria mostrar-se valente na hora de sua morte, pois a carne de um homem fraco faria mal a quem a ingerisse. Os guerreiros que seriam sacrificados deviam, inclusive, atender aos processos do ritual, mantendo-se com uma conduta altiva. Quando a carne do capturado era ingerida, o nome do guerreiro que havia feito a captura era alterado e utilizado para lembrar de seus feitos, era uma cerimônia festiva, com ingestão de bebidas como o cauim, danças e músicas. Os rituais se sucederiam com as guerras que seriam empreendidas para vingar antepassados em uma espiral infindável.

São muitos os trabalhos realizados nas últimas décadas que procuraram refletir a respeito dos tupinambás e os povos indígenas em geral. Podemos citar como exemplo o livro publicado pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes *A organização social dos tupinambás* (1949). Questionando a famosa descrição colonial de povos sem lei, sem fé e sem rei, o sociólogo ajudou a desconstruir mitos criados e reforçados nos últimos séculos, demonstrando a especificidade dos códigos sociais do mundo tupinambá. O próprio ritual de antropofagia não era um ato desumano dentro do universo cultural daqueles nativos:

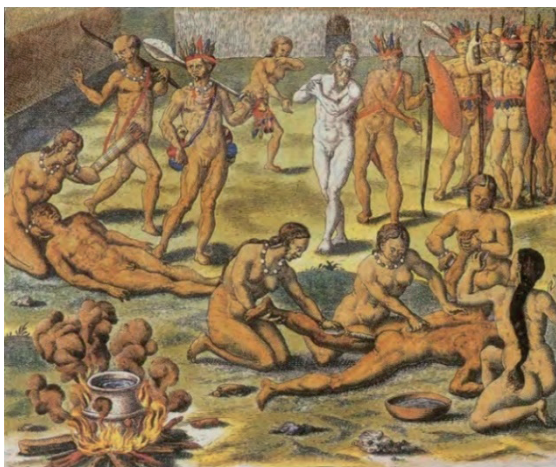
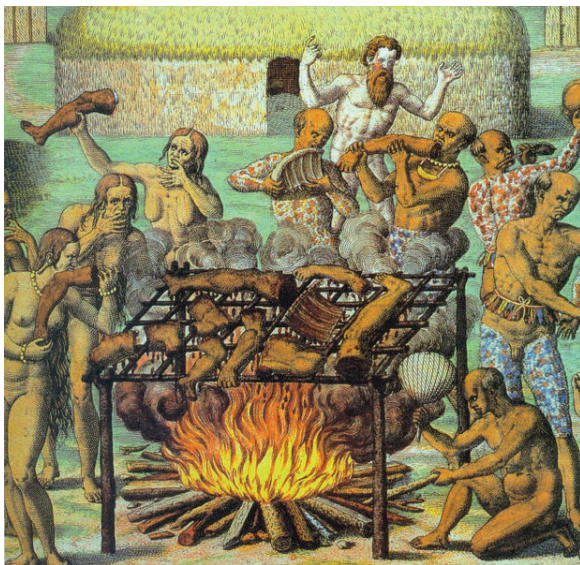
> **[...] para os tupinambás, ser morto e ter as partes degustadas pelo inimigo eram ato de maior coragem e virtude. O capturado sentia orgulho de descansar no estômago do inimigo, pois assim, poderia alcançar a terra do além vida. Aos que degustavam o inimigo, não se tratava ali de uma refeição, mas sim de uma vingança completa. (DOSSA, 2015, [s.p])**

Assim, questões como a alteridade e o *perspectivismo ameríndio* – conceito de Eduardo Viveiros de Castro – podem nos servir para melhor compreender os códigos culturais dos tupinambás e a cerimônia antropofágica. Há no ritual uma completa identificação do matador com a vítima, pois o guerreiro precisa se transformar no capturado, apreendendo o inimigo de dentro e, desse modo "[...] o matadores obtêm aspectos cruciais de suas identidades sociais e metafísicas da pessoa da vítima – nomes, almas suplementares, tro-

féus, prerrogativas rituais – mas, para fazê-lo, precisam primeiro virar o inimigo" (CASTRO, 1992, p. 908).

Esse ritual, que possuía um profundo simbolismo religioso na cultura tupinambá, foi visto por europeus apenas como canibalismo, uma ação bárbara e cruel, causando profundo espanto na cristandade europeia da modernidade. E muito deste espanto e horror diante da prática antropofágica empreendida por grupos como os tupinambás foi alimentado por histórias de navegadores, que, de uma forma ou de outra, mantiveram contato com esse grupo indígena. Talvez o mais famoso deles, **Hans Staden**, súdito do Sacro-Império Romano Germânico, foi capturado pelos tupinambás, vivendo um longo período entre os nativos. Em uma reviravolta inesperada, Staden conseguiu retornar à sua cidade natal, Hesse, no Sacro-Império, e pôde relatar os momentos que viveu junto aos tupinambás. Nesta época, na Europa, circulavam inúmeras histórias fantásticas sobre os povos *selvagens* do novo continente descoberto pelos europeus. Relatos de seres míticos e fantasiosos supostamente encontrados por aqui alimentavam o imaginário da população europeia, fazendo que Staden se preocupasse com a possibilidade de que seus relatos caíssem em descrédito. Assim, contou com o auxílio de **Theodor de Bry** (1528-1598), ourives e editor europeu, que ilustrou, como podemos perceber nas imagens a seguir, a narrativa de Staden a respeito dos rituais de canibalismo e barbárie empreendidos pelos tupinambás.

Exemplificando

Figura 1.4 | De Bry, Staden e a antropofagia

Fontes: <https://goo.gl/TmHpFe> e <https://goo.gl/TcPXtR>. Acesso em: 14 out. 2017.

Várias destas ilustrações sobre o Novo Mundo continuam sendo reproduzidas atualmente em livros didáticos e periódicos. Contudo, na maioria das vezes, são incluídas não como representações de um artista europeu, mas sim como retratos fiéis do período. Parte da historiografia também analisou as ilustrações dessa maneira, afirmando que, através delas, seria possível obter "informações etnográficas" sobre os indígenas e a natureza, como Alexander, Bouyer e Duviols. Para eles, apesar de nunca ter saído da Europa, de Bry copiou "detalhes 'etnográficos' 'registrados' pelos artistas e gravuristas em que baseou suas imagens".

No entanto, segundo Laura de Mello e Souza, não havia no período uma busca dos artistas por uma representação do "real" do novo continente. Vários dos denominados "detal-hes etnográficos" remetiam a elementos da cultura euro-peia e eram repetidos em ilustrações de diferentes regiões: "não se representava o que se tinha diante dos olhos, mas o que era possível e lícito representar, segundo normas e cânones muito bem fixados" (KALIL, 2010, p. 262).

Se Staden ajudou a alimentar no imaginário europeu a ideia de barbárie empreendida pelos tupinambás, caminho contrário tomou o pensador francês **Michel de Montaigne**. Com o artigo *Sobre os canibais*, presente em sua obra *Ensaios* (1580), o filósofo dedicou uma atenção especial à antropofagia e à lógica da vingança na cultura tupinambá:

Não o fazem entretanto para se alimentarem, como o faziam os antigos citas, mas sim em sinal de vingança, e a prova está em que, tendo visto os portugueses, aliados de seus inimigos, empregarem para com eles, quando os aprisionavam, outro gênero de morte, que consistia em enterrá-los até a cintura, crivando de flechas a parte fora da terra e enforcando-os depois, imaginaram que essa gente da mesma origem daqueles seus vizinhos que haviam espalhado o conhecimento de tantos vícios, que essa gente, muito superior a eles no mal, não devia ter escolhido sem razão um

> tal processo de vingança, o qual por isso adotaram, porque o acreditavam mais cruel, e abandonaram seu sistema tradicional. *Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos.* Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. (MONTAIGNE, 1984, p. 103, grifo nosso)

Montaigne apresenta uma relativização interessante: em sua visão humanista, a guerra e a antropofagia tupinambá não eram mais violentas que as práticas da cristandade europeia daquele momento, em meio à Inquisição e ao massacre de povos da América.

Os escritos de Montaigne constituem um importante registro do imaginário europeu a respeito dos ameríndios no século XVI. Leia o artigo *O Brasil de Montaigne*, de Frank Lestringant, sobre as perspectivas apresentadas por esse intelectual do início da modernidade.

LESTRINGANT, Frank. O Brasil de Montaigne. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, v. 49, n. 2, jul.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012006000200001&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 13 nov. 2017.

No entanto, apesar de esforços da alteridade e empatia de alguns contemporâneos como Montaigne, a narrativa sobre o encontro entre nativos e europeus foi feita a partir de uma lógica eurocêntrica que se repetiu de diferentes maneiras até os dias de hoje. A valorização de uma história do *descobrimento portu-*

guês em terras brasileiras acabou silenciando as vozes e histórias daqueles que foram subjulgados pela conquista europeia. Dar voz às diversas comunidades que por aqui viviam antes da chegada dos portugueses é essencial para romper com uma perspectiva de "história dos vencedores".

O intelectual Ailton Krenak, figura importante no processo de ressignificação da história dos nativos brasileiros das últimas décadas, ficou reconhecido internacionalmente como uma das grandes lideranças dos povos indígenas. Em seu artigo *O eterno retorno do encontro* (1999), ele questiona o marco da "descoberta" do Brasil em 1500:

> Os fatos e a história recentes dos últimos 500 anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado que pudéssemos chamar de 1500 ou de 1800. Estamos convivendo com esse contato desde sempre. Se pensarmos que há 500 anos algumas canoas aportaram aqui na nossa praia, chegando com os primeiros viajantes, com os primeiros colonizadores, esses mesmos viajantes, eles estão chegando hoje às cabeceiras dos altos rios lá na Amazônia. [...]
> Quando a data de 1500 é vista como marco, as pessoas podem achar que deviam demarcar esse tempo e comemorar ou debaterem de uma maneira demarcada de tempo o evento de nossos encontros. Os nossos encontros, eles ocorrem todos os dias e vão continuar acontecendo, eu tenho certeza, até o terceiro milênio, e quem sabe além desse horizonte. Nós estamos tendo a oportunidade de reconhecer isso, de reconhecer que existe um roteiro de um encontro que se dá sempre, nos dá sempre a oportunidade de reconhecer o *Outro*, de reconhecer na diversidade e na riqueza da cultura de cada um de nossos povos o verdadeiro patrimônio que nós temos [...] (KRENAK, 1999, p. 25).

A França Antártica

Parte dos estudos que abordamos até aqui se basearam em grande parte na documentação produzida por franceses em disputa com portugueses pelo pau-brasil e em aliança com nativos. Vamos entender melhor essa complexa relação entre reinos cristãos europeus e povos nativos?

Entre os séculos XVI e XVII, a França passou a figurar como potência dos mares, entrando também na corrida colonial. Interessados no pau-brasil, franceses desrespeitaram propositalmente o **Tradado de Tordesilhas**. Mantendo relações com certos grupos de indígenas – muitos descontentes com o domínio português –, a monarquia francesa, a princípio, não tinha como interesse principal fixar bandeira no território. Esse interesse se modificou quando o princípio jurídico do *Uti Possidetis* – que afirmava que a posse de um território era de quem o ocupa – passou a nortear as atitudes das grandes nações europeias. Aos poucos, o Tratado de Tordesilhas seria ignorado por diferentes reinos.

Alberto Cantino, um comerciante italiano, no ano de 1501 viajou à Lisboa como agente do Duque de Ferrara com um propósito: obter mapas. Como a produção de mapas era uma atividade desenvolvida praticamente de forma secreta pelos portugueses, Cantino teve que subornar um cartógrafo português que produziu o que ficou conhecido como Planisfério de Cantino.

Nele, é possível perceber a linha divisória de Tordesilhas, indicada com o seguinte escrito: *Este he o marco dantre Castela e Portuguall.*

Figura 1.5 | Mapa – Planisfério de Cantino

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Planisf%C3%A9rio_de_Cantino#/media/File:Cantino_planisphere_(1502).jpg>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Em 1554, cerca de 600 homens liderados pelo vice-almirante Nicola Durand de Villegagnon, com o incentivo do rei Henrique II, partiram da França rumo ao Brasil com basicamente dois objetivos: explorar o pau-brasil e fundar uma comunidade de protestantes calvinistas (SILVA, 1990). Assim, chegaram a formar uma colônia francesa no Rio de Janeiro: a **França Antártica**. Aqui, é interessante destacar o auxílio dos nativos brasileiros nesse processo, já que, como afirmou a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida,

> as narrativas históricas sobre a conquista do Rio de Janeiro sempre incluíram os índios. Afinal, o território foi conquistado mediante uma guerra violentíssima na qual participaram todos os segmentos sociais da colônia: autoridades, missionários, colonos e povos nativos de diferentes etnias. [...] A identificação dos diferentes grupos étnicos que responderam ao contato com os europeus de formas distintas desmonta esquemas simplistas que apresentavam os combatentes em blocos monolíticos e cristalizados nos papéis de aliados ou de inimigos. No Rio de Janeiro, ao invés de franceses e tamoios de um lado e portugueses e temiminós de outro, percebemos uma complicada rede de interações na qual circulavam os diferentes subgrupos tupis, em um vaivém de acordos e disputas entre si e com os europeus. Mudavam de lado frequentemente, conforme as circunstâncias e seus

interesses, que se modificavam com as experiências do contato. (ALMEIDA, 2017, p. 21-22)

Podemos, assim, problematizar as explicações simplistas sobre a colonização: "europeus" e "indígenas" não são categorias que explicam satisfatoriamente a diversidade das relações e lutas que se organizaram nesse território a partir do século XVI. É importante, ainda, enfatizar a ação dos nativos e as escolhas operadas em suas alianças, ora com franceses ora com portugueses.

Os portugueses realizaram maiores ataques a essa região a partir de 1560 e, agindo de forma pontual, conseguiram expulsar definitivamente os franceses ao final desta mesma década, fundando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Ainda durante o século XVI, os franceses realizaram um segundo esforço na tentativa de colonização do território brasileiro, concretizado no século seguinte, no ano de 1612, com a fundação da cidade de São Luís do Maranhão, no Nordeste brasileiro. É a origem da França Equinocial, derrotada pelos portugueses no ano de 1614, resultando na expulsão definitiva dos franceses no ano seguinte (KECHICHIAN, 2009).

Bandeiras e bandeirantes

Em meio aos embates e disputas desse período, na capitania de São Vicente, foram estabelecidos os primeiros engenhos de cana de açúcar, motivando a abertura de novos caminhos e com a fundação de vilas e pequenos povoados. As novas vilas resultavam das entradas no interior para a busca de indígenas, que serviriam como mão de obra para o trabalho nos engenhos. Desse modo, as entradas percorreram e abriram caminhos pelo Vale do Paraíba e a partir da vila de Santana de Parnaíba. Expedições de apresamento afluíam em todas as direções para o interior.

Os indígenas que haviam fugido da escravidão no litoral e haviam se refugiado no interior tornaram-se, mais uma vez, objeto de cobiça para o trabalho escravo nas lavouras e nos engenhos

de cana de açúcar. Tais entradas eram de interesse próprio dos colonos, mas houve outras, menos numerosas, a mando da Coroa para a prospecção de metais preciosos.

Aos poucos se configurou um novo personagem na história da colonização, a figura do **mameluco**, formado a partir das relações entre europeus e indígenas. Reunindo um número expressivo de atores sociais, *as bandeiras* lançavam-se

> **pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. Não é difícil entender que índios já cativos participassem sem maiores problemas dessas expedições, pois, como vimos, a guerra – ao contrário da agricultura – era uma atividade própria do homem nas sociedades indígenas. O número de mamelucos e índios sempre superou o dos brancos. A grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares que atacou a região do Guaíra em 1629, por exemplo, era composta de 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas. (FAUSTO, 1995, p. 94)**

As *bandeiras de apresamento* eram, portanto, as expedições motivadas pela caça de nativos americanos. É importante destacar a resistência empreendida pelos indígenas contra essa escravidão: seja pela guerra e revolta, fugindo para a mata ou pela simples recusa em realizar as atividades ligadas ao trabalho compulsório, os indígenas dificultaram como puderam a submissão e a escravidão.

Além disso, com a publicação da Bula *Sublimis Dei* pelo Papa Paulo III, em 1537, os indígenas deixariam de ser vistos como seres incapazes de salvação pela Igreja. Como a escravidão indígena passou a ser condenada por grande parte do catolicismo – em especial os *jesuítas*, que passariam a entrar em conflito com os bandeirantes –, foi no continente africano que se buscou a mão de obra que deu continuidade ao processo de exploração do território conquistado. Assim, a partir da década de 1570, iniciou-se o comércio de seres humanos pelo Atlântico que atravessou séculos e marcou profundamente a sociedade brasileira.

O artigo de Odair Giraldin a seguir ajuda a compreender a resistência empreendida por comunidades indígenas do centro-oeste brasileiro.

GIRALDIN, Odair. Fazendo guerra, criando imagens, estabelecendo identidades: a ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Kayapó. **História Revista**, Goiás, v. 6, n. 1, p. 55-74, jan.-jun. 2001.

Embrenhando-se por áreas pouco ou nada exploradas até então, os bandeirantes, como ficaram conhecidos esses aventureiros, logo passaram a se interessar também pela riqueza advinda do encontro de metais e pedras preciosas. Nesse processo, as muitas doenças que os europeus trouxeram contribuíram para o extermínio de comunidades inteiras.

Eles acabaram disseminando enfermidades que se tornaram doenças epidêmicas, por atingir grande número de pessoas ao mesmo tempo, doenças antes desconhecidas no Mundo Novo, tal como gripe, sarampo, varíola, tuberculose, 'mal de câmaras' (disenteria), febre amarela, pneumonia epidêmica, cólera, tifo, etc. (BAIDA & CHAMORRO, 2011, p. 14)

Assim, com diversas motivações para a gradual falência das *bandeiras de apresamento* – fuga e enfrentamento dos indígenas, oposição dos jesuítas e da Igreja –, vemos fortalecer as *bandeiras de prospecção*, que resultariam mais tarde na descoberta de ouro nas Minas Gerais – além da expansão da ocupação portuguesa na América. Este último dado foi utilizado após séculos para a criação de um mito bandeirante no estado de São Paulo nas primeiras décadas da República (com uma interpretação anacrônica do que era a região de São Paulo na colônia), dando origem a uma série de homenagens e monumentos que ignoraram a escravidão e o massacre indígena, enquanto se valorizava a valentia dos "desbravadores" do Brasil e até mesmo uma suposta superioridade racial paulista.

Figura 1.6 | A representação dos bandeirantes

Fonte: <https://goo.gl/g5hXcc>. Acesso em: 6 out. 2017.

Fonte: <https://goo.gl/vvo8sH>. Acesso em: 6 out. 2017.

A primeira pintura pertence a Jean Baptiste Debret (1830), e a segunda, a Henrique Bernardelli (1923). Perceba como a criação do mito do bandeirante herói afetará profundamente a representação desse personagem histórico em menos de um século.

Sem medo de errar

Vivemos, desde o fim dos anos de 1980, após longos anos de ditadura civil-militar, em uma sociedade democrática, mas, até o Brasil conseguir atingir esse momento de sua história, em que somos incentivados a valorizar perspectivas ligadas ao respeito à pluralidade cultural tão marcante em nosso país, a narrativa de nosso passado se deu de modo a reiterar uma visão eurocêntrica da colonização. Indígenas foram vistos de modo genérico, como se compusessem um único povo, sinônimos de atraso e de selvageria. Como o vídeo proposto em nossa problematização nos informa, o "índio" é uma invenção do europeu: ele só existe como categoria do imaginário do colonizador. Aqui existiam diferentes nações, de diferentes etnias e nenhuma delas se via como "índio" ou em termos de qualquer categoria homogeneizante.

Estudar momentos como a Confederação dos Tamoios, as guerras tupinambás e o sistema de alianças entre indígenas e franceses ou portugueses – assim como a sua resistência – nos permite mostrar como nunca houve qualquer homogeneidade dos povos nativos. A pluralidade desses povos foi apagada por uma narrativa eurocêntrica que desconsiderou, portanto, até mesmo dados elementares que nos informam as fontes do período colonial. Ao mesmo tempo, tratar os povos nativos apenas como vítimas da história colonial nos impede de refletir sobre a sua própria atuação e articulação diante dos dilemas que enfrentaram ao longo de séculos. Assim, o resultado do questionário proposto inicialmente não deve ser visto como uma espécie de verdade histórica sobre quem são os indígenas da América, mas, antes, como um indício de como a sociedade brasileira trata esses povos na contemporaneidade.

Como pretendemos continuar vivendo em um regime democrático, em que temos a possibilidade de nos expressar democraticamente, é primordial compreender a importância de refletir sobre certas opiniões que, a princípio, podem parecer inofensivas, mas que carregam em si nosso histórico de uma opressão profunda.

Para isso se concretizar, é primordial criar condições para que a sociedade entenda que a necessidade de criar as condições para

uma ressignificação coletiva de noções pejorativas sobre povos historicamente oprimidos em nosso país. Do contrário, corremos o sério risco de frear a continuidade de um processo de respeito à pluralidade jamais vivenciado pelo brasileiro antes. As últimas décadas de democracia só se estenderão para a posteridade pela produção do conhecimento reflexivo e crítico e por meio do diálogo oposto às adjetivações superficiais.

Faça valer a pena

1. Analise com atenção as frases a seguir:

I- "A propósito da antropofagia, é preciso informar que era uma característica de tribos tupis, não existindo entre os jês e os caraíbas. Além disso, como concluiu o sociólogo Florestan Fernandes, tratava-se de um ritual religioso esporádico que permitia aos índios incorporarem as qualidades combativas do guerreiro devorado."

PORQUE

II- "Outros pesquisadores afirmam que ela era uma forma de inspirar terror nos adversários para que se afastassem do caminho das peregrinações periódicas das tribos antropofágicas" (MESGRAVIS, 2015, p. 16).

Com base no texto, assinale a alternativa CORRETA sobre as asserções acima:

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II justifica a I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não justifica a I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II, falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II, verdadeira.
e) Ambas as asserções são falsas.

2. Leia a citação a seguir:
"Os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, grosso modo, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam. Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e

possibilidades aos processos de conquista e colonização das diferentes regiões do Brasil".

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História, São Paulo,** 37, n. 75, p. 18-19, maio/ago. 2017.

Agora, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. Principalmente no século XX, intelectuais brasileiros se esforçaram para estudar os diversos grupos indígenas que habitavam o Brasil, questionando narrativas tradicionais e entendendo a importância de considerá-los tão protagonistas quanto os bandeirantes e jesuítas para a formação de nossa nação.

PORQUE

II. Seja como heróis ou como vilões, ao português sempre foi relegado o papel de desbravador capaz de dominar vários povos guerreiros. E como a citação faz questão de destacar, é importante ressaltar sempre a participação atuante dos indígenas no processo de construção do Brasil.

Com base no texto, assinale a alternativa CORRETA sobre as asserções anteriores:

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a I é uma justificativa da II.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não está relacionada a I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

3. Leia o texto a seguir:
"Paulistas e paulistanos convivem com as alegorias aos bandeirantes, homenageados com os nomes das principais autoestradas do Estado, como as vias dos Bandeirantes e Anhanguera, que trilham os antigos caminhos às minas de Goiás e Mato Grosso; rodovia Fernão Dias rumo ao estado de Minas Gerais. Avenidas e ruas continuam as homenagens, com destaque para o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista" (TIRAPELI, 2007, p. 68).

Baseando-se na citação, avalie as afirmações:

I. Durante o período que vai da Proclamação da República até a Revolução Constitucionalista de 1930, podemos perceber a construção de uma histórica mítica em torno da figura do bandeirante, fato que justifica as

inúmeras homenagens presentes em construções na cidade de São Paulo.
II. A partir principalmente da década de 1960, essa lógica é invertida, já que trabalhos passam a ser publicados visando quebrar essa imagem positiva construída em torno da figura do bandeirante, desconstruindo a áurea mítica elaborada no início do século XX.
III. Alinhando teoricamente a disciplina de História com o que temos de mais atual no campo da historiografia, é necessário retomar a ideia elaborada por intelectuais do início do século em torno da figura do personagem mítico, aqui, no caso, os bandeirantes, e os principais feitos realizados por este grupo de heróis de nossa nação.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

a) As afirmativas II e III estão corretas.
b) As afirmativas I e III estão corretas.
c) Apenas a afirmativa I está correta.
d) Apenas a afirmativa II está correta.
e) As afirmativas I e II estão corretas.

Seção 1.3

Ameríndios, Portugal e a Companhia de Jesus

Diálogo aberto

O processo de ocupação territorial que os portugueses empreenderam em sua colônia americana deve ser compreendido buscando sempre valorizar a participação dos diversos atores sociais que se envolveram nesse processo, evitando assim focar a atenção apenas na ação de determinados grupos – como acontece normalmente quando utilizamos a noção de *colonização*.

Ao destacar a heterogeneidade presente nas relações sociais que ocorreram na colônia portuguesa, contribuímos de maneira significativa para o questionamento de certas concepções construídas ao longo da história sobre as comunidades que aqui habitavam muito antes da chegada dos portugueses – ainda que muitas dessas concepções tenham sido elaboradas com boas intenções. O clérigo Bartolomé de Las Casas, crítico ferrenho da atuação cruel empreendida pelos conquistadores europeus para com os indígenas, considerava os nativos como fracos, medrosos e passivos, incapazes de enfrentar com "guerrinhas sem nenhuma força" (BRUIT, 1995, p. 14) o ímpeto colonizador europeu. Essa visão que atribui ao indígena uma espécie de eterno estado de infância foi reproduzida continuamente na perspectiva eurocêntrica e é incapaz de pensar o nativo como personagem histórico: os indígenas são sempre vítimas das circunstâncias nessa abordagem. Como historiadores, precisamos repensar essa perspectiva, que – ainda quando plena de boas intenções – desumaniza o *outro*.

Para o historiador Hector Hernan Bruit, os nativos usaram diferentes estratégias, inclusive simular fraqueza, medo ou passividade para manipular os conquistadores europeus. Em seu livro *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos* (2000), problematiza a questão das diversas simulações empreendidas pelos ameríndios como forma de resistência e oposição às práticas

coloniais autoritaristas e repressoras – o simples silenciamento; falas metafóricas e de sentidos figurados; mentiras descaradas; simulações de obediência, ingenuidade, passividade. Bruit denomina essas e tantas outras atitudes como uma "melação", expressão corrente em vários países hispano-americanos e que pode ser compreendida como uma atitude proposital de querer estragar, sujar algo.

Assim, como situação-problema para esta seção, os alunos do 6º ano para os quais você leciona deverão problematizar a seguinte conjuntura: ao contextualizar em sala de aula essa questão da simulação como forma de oposição ao processo colonizador português, é necessário explicar aos alunos que atitudes como essa foram extremamente importantes para a resistência indígena e contribuem significativamente para romper com preconceitos que ainda entendem como passivos os indígenas que primeiro se relacionaram com os europeus.

Após essa reflexão, como pesquisa a ser feita em casa, é necessário que os alunos procurem por reportagens que apresentem informação sobre como atualmente os povos indígenas estão se mobilizando para reivindicar seus direitos. Assim, na aula seguinte, é necessário propor uma conversa entre os alunos tendo como referência os seguintes questionamentos: quais são os modos de resistência atualmente? Assemelham-se à forma como fizeram no passado, como as simulações colocadas em prática, ou optam por uma resistência mais incisiva? De que maneira trabalhos como esse colaboram tanto para a valorização da história dos povos indígenas brasileiros com relação a essa luta contemporânea de reinvindicação de direitos?

Não pode faltar

E segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhe falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos

serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar (Carta de Pero A. Caminha, [1500] apud CORTESÂO, 1967, p. 255).

Essa descrição inaugural e famosa do potencial cristão dos nativos da América Portuguesa exemplifica uma das visões que os europeus estabeleceram sobre os indígenas. A noção de que os ameríndios eram uma página em branco para a conversão constituiu uma das justificativas dos jesuítas nas missões, que, em sua crença, tratavam de *salvar a alma dos gentios*.

O encontro que ocorreu no continente americano entre as diversas comunidades indígenas e os europeus colocou frente a frente duas maneiras muito distintas de compreender o mundo. Os nativos que os portugueses encontraram por aqui apresentavam hábitos completamente diferentes daqueles existentes na Europa. Em função disso, inúmeras concepções sobre o *outro* gentio, índio, foram elaboradas nesse período, subjugando a capacidade dos próprios indígenas – muitas inclusive insistem em se fazer presentes em nossa sociedade até os dias atuais.

Com a publicação da bula *Sublimis Deus*, assinada pelo papa Paulo III no ano de 1537, os ameríndios passam a ser vistos como seres humanos e, desse modo, poderiam ter suas almas salvas se fossem convertidos à fé cristã. Esse tipo de debate exige o entendimento do complexo imaginário religioso do período:

Os homens do século XVI, principalmente os franciscanos, viram na descoberta de outros povos (para muitos, os descendentes das tribos perdidas de Israel) os sinais da plenitude dos tempos e da chegada da "undécima hora" (Mateus, 20:1-16). Na História eclesiástica indiana, por exemplo, Jerônimo de Mendieta escrevia que a Igreja se regeneraria com os índios das Antilhas vivendo sem pecado num paraíso terrestre, e Toribio Motolinia, um dos doze primeiros "apóstolos" franciscanos enviados à Nova Espanha, pregava a urgência da conversão dos gentios, na iminência do fim do mundo. (POMPA, 2002, p. 84)

Para realizar essa tarefa, são recrutados membros da Companhia de Jesus, os jesuítas, clérigos responsáveis pela conversão dos inúmeros "pagãos" que por aqui viviam. Como veremos mais à frente, a atuação desses cristãos católicos catequizando os indígenas também está alinhada à preocupação que a ascensão do protestantismo europeu gerava.

Em se tratando dessa nova maneira de se pensar e viver o cristianismo proposto por luteranos, calvinistas, anglicanos e tantos outros, é interessante pensar que essa ressignificação do cristianismo está alinhada a outras transformações que já vinham ocorrendo no próprio cerne da Igreja Católica: reformas como a da Abadia de Cluny (910), na atual Borgonha, França. Tanto o mosteiro de Cluny quanto os demais mosteiros alinhados a ele modificaram regras instituídas por aquele que é considerado o "patriarca dos monges" da cristandade latina, São Bento (DELEMEAU, 1997, p. 180). Esse importante religioso deu aos seus monges uma regra célebre, que propõe:

> **[...] uma dosagem equilibrada de oração e trabalho, e que insiste no amor fraterno, na pobreza individual, na obediência e na hospitalidade. Nascera o que se chamará mais tarde Ordem Beneditina, isto é, um conjunto de comunidades que vivem da mesma inspiração. (DELEMEAU, 1997, p. 180)**

A riqueza advinda das atividades realizadas pelos cluniacenses acabou despertando críticas, como as propagadas por São Bernardo de Claraval a partir do século XII. São Bernardo se torna o principal porta-voz da reforma cisterciense, pregando a volta dos monges às atividades manuais. A Ordem Cisterciense também influenciou diretamente dezenas de monastérios, que optaram por voltar a realizar as atividades manuais abandonadas pelos monges influenciados por Cluny. Já no século XIII vemos surgir também ordens mendicantes. Influenciados por São Domingos e São Francisco de Assis, os membros dessa ordem

> **[...] tinham em comum com os monges o compromisso de todo religioso, por meio dos três votos: pobreza, obediência**

e castidade. Mas não eram separados do mundo, pois deviam pregar e ensinar, vivendo portanto seu apostolado no meio da sociedade e, coisa nova, com frequência no centro das cidades, que estavam crescendo. Mendicantes significava que suas comunidades viviam de esmolas. (DELEMEAU, 1997, p. 183)

Em meio às várias ordens religiosas que se formam na Europa, na virada do ano mil, a partir do século XI, surgem as primeiras universidades instaladas no interior de igrejas ou mosteiros. No artigo *Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional*, escrito pela historiadora Terezinha Oliveira, são analisados especificamente dois pontos importantes com relação às universidades que surgem nesse período: o primeiro, a universidade enquanto um espaço novo de construção e de preservação dos saberes que surgem na Idade Média, e o segundo, a universidade como um patrimônio histórico, uma instituição cuja preservação e recordação são necessárias.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia História**, Belo Horizonte, jan.-jun. 2007, v. 23, n. 37, p. 113-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a07>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Esses e tantos outros movimentos de ressignificação dos preceitos cristãos influenciaram a atuação dos clérigos. Assim, o posicionamento da Igreja Católica foi o de combater grupos considerados hereges, ou seja, aqueles que de uma forma ou de outra, de dentro da Igreja, passaram a criticar de maneira contundente os dogmas do cristianismo católico vigente. Heresia, portanto, passou a ser compreendida como "um desvio dogmático que colocava em perigo a unidade de fé" (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 91). Interessante é constatar que muitas atitudes consideradas como heresias por parte de religiosos católicos foram, essencialmente, movimentos sociais de contestação aos dogmas impostos pela própria Igreja

Católica. Combatê-los, portanto, era essencial justamente para evitar que esses movimentos se espalhassem, influenciando um número significativo de pessoas.

A partir do século XVI, alguns religiosos, como o monge alemão **Martinho Lutero** e o teólogo francês **João Calvino**, passaram a protestar de maneira mais incisiva contra as imposições do catolicismo católico. Agindo dessa maneira, deram os primeiros passos rumo à fundação de uma nova maneira de entender e praticar o cristianismo. É o início do que historicamente ficou conhecido como **Reforma Protestante**.

Em 2017, a Reforma Protestante completou 500 anos. Como se trata de um acontecimento marcante, vários eventos foram realizados mundo afora para comemorar o nascimento dessa nova perspectiva cristã. Assim, nos links a seguir você terá acesso a uma reportagem apresentando um pouco desse contexto histórico e a outra mostrando a declaração conjunta assinada no dia 31 de outubro de 2017 entre a Federação Luterana Mundial e o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos cristãos.

REFORMA Protestante completa 500 anos e a data é comemorada no Brasil e no mundo. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6256276/>. Acesso em: 1º nov. 2017.

LUTERANOS e católicos assinam declaração conjunta pelos 500 anos da Reforma. "Pedimos perdão pelas formas como os cristãos se ofenderam mutuamente". 2017. Disponível em: <https://goo.gl/k7LwrN>. Acesso em: 1º nov. 2017.

Sendo alvo de inúmeras críticas, a Igreja Católica resolveu se reinventar: colocou em andamento o movimento religioso conhecido como **Contrarreforma**, ou **Reforma Católica**, que tinha como pressuposto básico reformar os preceitos e dogmas católicos que estavam sendo questionados por praticamente toda a Europa. Como vimos no início desta seção com os exemplos das reformas de Cluny, das ordens mendicantes e do nascimento

das universidades europeias, havia entre os intelectuais cristãos profundas divergências no que diz respeito às questões teológicas. Nesse contexto, o protestantismo, confrontando diretamente os dogmas católicos, foi, nas palavras do medievalista Hilário Franco Junior,

> [...] **em última análise apenas uma heresia que deu certo**. Isto é, foi o resultado de um processo bem anterior, que na Idade Média tinha gerado diversas heresias, várias práticas religiosas laicas, algumas críticas a um certo formalismo católico. Nesse clima, a crise religiosa do século XIV comprovou ser inviável para a Igreja satisfazer aquela espiritualidade mais ardente, mais angustiada, mais interiorizada. Foi exatamente nesse espaço que se colocaria o Protestantismo. E sem possibilidade de ser sufocado pela ortodoxia católica (ao contrário do que ocorrera com as heresias medievais), por ele atender às necessidades profundas decorrentes das transformações socioculturais verificadas desde os últimos tempos da Idade Média. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 91, grifo nosso)

Foi em meio a esse contexto turbulento que clérigos católicos, no ano de 1534, fundaram a **Companhia de Jesus**. Quase vinte anos depois de Martinho Lutero fixar, na Catedral Wittemberg, suas 95 teses, esta ordem religiosa criada por **Inácio de Loyola** (1491-1556) pode ser considerada como fruto direto do movimento da Contrarreforma ou Reforma Católica. Conhecidos como os "soldados de Cristo", os membros da Companhia de Jesus, os **jesuítas**, movidos pelo ideal de converter o maior número possível de pessoas à fé católica, cruzaram os mares e se espalharam pelo mundo. Do Ocidente ao Oriente, vários são os exemplos que podem ser citados a respeito da atuação dos inacianos (referência a Inácio de Loyola).

Exemplificando

O diretor Martin Scorcese lançou recentemente o filme *Silêncio* (EUA, 2016), em que retrata a atuação de jesuítas no Japão do século XVII.

A seguir, disponibilizamos uma reportagem que trata justamente da atuação jesuíta no Japão.

OLIVEIRA, Maria José. **Jesuítas no Japão**: de pregadores venerados a "bárbaros do sul". 2017. Disponível em: <http://observador.pt/especiais/jesuitas-no-japao-de-pregadores-venerados-a-barbaros-do-sul/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

O território de ação jesuítica por excelência, no entanto, foi a América Ibérica. Basicamente, além da conversão dos indígenas à fé católica, aos jesuítas também foi delegada a tarefa de vigiar os hábitos e a moral presente entre os portugueses que se instalaram na colônia portuguesa. Assim, em 1549, a frota marítima que levaria o primeiro governante geral, Tomé de Souza, à América, traria também padres da Companhia de Jesus, como **Manoel da Nóbrega** (1517-1570), que coordenou a primeira missão jesuítica no Brasil. Além de Manoel da Nóbrega, outro jesuíta muito famoso que desembarcou no Brasil nesse mesmo período foi o padre José de Anchieta (1534-1597).

Nos links aqui disponíveis, você pode realizar uma visita virtual à reconstrução do Pátio do Colégio, localizado no centro histórico de São Paulo, que abriga igreja, biblioteca e museu, e também ao site do Museu Anchieta. Oportunidade interessante para se conhecer um pouco deste espaço que reproduz um local significativo para a história não só da cidade de São Paulo, mas do Brasil como um todo.

360 Cities. Pateo do Colégio. Disponível em: <https://www.360cities.net/pt/virtual-tour/pateo-do-colegio?view=simple>. Acesso em: 1º nov. 2017.

Não é difícil imaginar o quão difícil foi a tarefa que os jesuítas vieram empreender na América Portuguesa. Trabalho árduo e ao mesmo tempo perigoso, concentraram a atenção, sobretudo, na catequização das crianças. Assim, com o tempo, obtiveram

sucessivas vitórias – tanto na conversão de indígenas quanto na disputa com bandeirantes e governo local. Desse modo, os jesuítas contribuíram significativamente para a conquista territorial dos portugueses.

Além dos inúmeros conflitos enfrentados pelos jesuítas com os bandeirantes e colonos, outros problemas de grande conjuntura a que estavam submetidos os padres era a resistência do indígena à conversão. As cartas dos padres, do período colonial, fazem alusão aos problemas enfrentados por eles na conversão dos nativos. Por isso torna-se tão importante averiguar os diferentes problemas descritos pelos padres nos relatórios enviados a Portugal. Dentre as adversidades mencionadas pelos padres da Companhia de Jesus está a poligamia, o xamanismo, a cauinagem (bebidas fermentadas), a antropofagia, as guerras por vingança, a nudez, a fuga dos nativos para o interior e as revoltas.

Outras formas de resistência, mais sutis, também podem ser encontradas nesses documentos – embora tenham sido apontadas apenas recentemente por historiadores e antropólogos. Um dos problemas relatados pelos grupos nativos era a "inconstância" dos "selvagens". O indígena que dizia ter aceitado a fé católica, que parecia uma página em branco na visão do europeu, muitas vezes voltava aos seus antigos hábitos rapidamente. A conversão bem-sucedida, o ritual do batizado, tudo isso poderia ser rapidamente reinterpretado pelos grupos nativos – sem um entendimento muito claro por parte dos padres jesuítas. Esse era o maior problema para a conversão dos indígenas, ao menos na sociedade tupinambá, nas cartas de Anchieta e cia. (Castro, 1992). Os indígenas estiveram dispostos ao aprendizado, do ponto de vista dos europeus, porém, com a mesma rapidez com que se dispunham a aprender, tão rápido era o "esquecimento" de tudo quanto lhes havia sido ensinado.

Muitas das dificuldades enfrentadas na América pelos jesuítas podem ser constatadas na leitura de cartas escritas por estes clérigos relatando as intempéries vividas, como destaca Sheila Moura Hue na introdução do livro *Primeiras cartas do Brasil: 1551-1555* (HUE, 2006, p. 15). O relato a seguir é extraído de uma carta escrita pelo padre jesuíta João de Azpilcueta Navarro (1522-

1557), que chegou à América Portuguesa no ano de 1549 com a primeira missão jesuíta que por aqui aportou. Foi um dos primeiros a aprender a língua dos índios. Neste trecho de sua carta, você terá a oportunidade de ler sua narrativa sobre sua *suposta* atuação – *é sempre importante lembrar da intencionalidade na produção destes documentos* – junto a um grupo indígena, convencendo-os a não se alimentar de carne humana:

> Depois de algo introduzidos os desta aldeia na fé, passei adiante, a outra, e, chegando, me disseram que então haviam acabado de matar uma moça, e mostraram-me a casa e, entrando nela, percebi que a estavam cozendo para comê-la; a cabeça estava pendurada em um pau. Comecei-lhes a estranhar e enfear o caso, tão abominável e contra a natureza. Respondeu-me um deles que, se eu continuasse a falar, outro tanto nos faria, eu não o entendi, senão o língua [intérprete] que levava comigo, ao qual insisti que falasse o que eu lhe dissesse, mas nunca ousou dizer palavra, então, quando vi aquilo, comecei-lhes a falar do que sabia, e ao final ficaram nossos amigos e nos deram de comer, e depois fui a outras casas, nas quais achei pés, mãos e cabeças de homens no fumo. Aos donos dessas casas também enfeei muito aquilo e os persuadi que aborrecessem tão grande mal. Depois nos disseram que todos enterraram as carnes, até a moça que estava sendo cozida, e parece-me que algum tanto se emendaram, **ao menos não vemos mais ao descoberto tais coisas**. (HUE, 2006, p. 77, grifo nosso)

São muitos os relatos e exemplos de alianças e enfrentamento entre ameríndios e jesuítas, assim como também são muitos, e de ambos os lados, os personagens que ficaram marcados na história como atores ativos do processo de colonização do território pertencente a Portugal nas Américas. Do lado dos indígenas, podemos destacar a atuação do líder tupiniquim **Tibiriçá** (1470-1562), rebatizado pelos portugueses como Martim Afonso. Quando teve contato com os portugueses na década de 1530, Tibiriçá logo enxergou na possível aliança com os portugueses um fator do qual poderia tirar proveito na luta contra seus próprios inimigos. Tendo isto em mente, autorizou a construção, no interior de sua aldeia, uma capela, permitindo que os padres catequizassem os membros de sua tribo. Ele próprio foi

o primeiro a se converter à fé cristã. Tibiriçá, inclusive, incorporou, antes mesmo da chegada dos jesuítas, à sua comunidade o primeiro europeu, o português João Ramalho (1493-1580), que tornou-se genro do chefe tupiniquim.

Já na década de 1550, os jesuítas decidiram escalar a serra do Mar para fundar o Colégio de São Paulo de Piratiniga, espaço que, além de abrigo aos padres serviria de base para incursões ao interior do território ocupado, distanciando-se assim cada vez mais do litoral. Nesse espaço aliaram-se aos colonos da região no intuito de resistir contra as investidas e ameaças constantes de uma "coalização de diversos grupos tupi – espalhados por um vasto território compreendido entre Bertioga e Cabo Frio – unidos em guerra contra os portugueses" (PERRONE-MOISÉS & SZTUTMAN, 2010, p. 401).

Com a extinção da vila de Santo André a mando do então governador Mem de Sá, no ano de 1558, os habitantes do povoado se deslocaram e passaram a viver, por segurança, nas proximidades do Colégio de São Paulo de Piratininga. Com esta fusão, no ano de 1560, é fundada a vila de São Paulo. Nos anos seguintes, liderados por parentes próximos a Tibiriçá que não se aliaram aos portugueses, como Piquerobi e Jaguaranho, irmão e sobrinho de Tibiriçá, grupos indígenas investiram contra a vila que acabara de se formar, ameaçando-a seriamente. O fim derradeiro deste embate se deu no ano de 1567, com saldo extremamente negativo para toda a comunidade (MONTEIRO, 1994, p. 39). O papel desempenhado pelos jesuítas Manuel de Nóbrega e José de Anchieta foi importante, mas, segundo o historiador John Manuel Monteiro,

[...] não no sentido que aparece na historiografia convencional. Estes, na verdade, conseguiram promover um acordo entre certos grupos belicosos, o que, no entanto, não redundou propriamente na paz. De acordo com o relato de Anchieta, os Tupinambá mostravam-se dispostos a negociar precisamente porque a configuração das alianças estava mudando no contexto da guerra. Cientes da rebelião das facções tupiniquim contra os aliados portugueses, os Tupinambá enxergaram a oportunidade de estabelecer uma aliança com os portugueses para combater seus rivais tradicionais – os Tupiniquins. (MONTEIRO, 1994, p. 40)

Se, neste caso específico, jesuítas e colonos se aliaram em prol de um interesse em comum, com o tempo, uma situação alimentou intensos conflitos entre estes dois grupos: a escravidão dos indígenas, já que os membros da Companhia de Jesus eram contrários à essa prática. Enquanto os jesuítas estavam esperançosos no processo de catequização que vieram empreender, os bandeirantes eram movidos tanto pelas riquezas da terra quanto pela captura de povos indígenas. Sobreviver às adversidades que uma região inóspita tem para oferecer era o propósito de vida desses homens, e a chegada dos jesuítas poderia ser um entrave para seus interesses. Diante de tantas pressões, os jesuítas levaram à Coroa o pedido de que a escravização dos indígenas fosse proibida, exceto se houvesse necessidade pela guerra justa: assim, no ano de 1570 foi decretada a lei sobre a **Liberdade dos Gentios**. Porém, a este regimento outros tantos se seguiram, afrouxando as diretrizes da escravização dos nativos, como se pode perceber no apelo dos Camaristas da Capitania de São Vicente, que passaram a fazer apelos à justiça, como a declaração de guerra justa contra os índios Carijó no ano de 1585. Tal carta, antes mesmo de relatar a hostilidade dos indígenas, apresentava os motivos econômicos que os levava ao pleito, citando a falta de mão de obra para os engenhos, agravada pelas doenças que haviam dizimado cerca de seis mil escravos em apenas dois anos. No envio de representações das Câmaras para a prática das guerras justas, vigários das Vilas eram incluídos como representantes eclesiásticos das povoações, a fim de evitar interferências dos padres da Companhia de Jesus, que tentavam minar a escravização dos indígenas pelos colonos. É importante refletir acerca das leis promulgadas quanto à escravização dos gentios, uma vez que possuem caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que requeriam que os indígenas ficassem libertos para serem ressocializados e evangelizados, permitiam a escravização dos nativos que ofereciam resistência. A respeito do tema, afirmou Darcy Ribeiro:

> Em diversas regiões – mas sobretudo em São Paulo, no Maranhão e no Amazonas – foram grandes os conflitos entre jesuítas e colonos, defendendo, cada qual, a sua solução relativa aos aborígenes: a redução missionária ou a escravidão. A curto ou longo prazo, triunfaram os colonos,

que usaram os índios como guias, remadores, lenhadores, caçadores e pescadores, criados domésticos, artesãos; e sobretudo as índias, com os ventres nos quais engendraram uma vasta prole mestiça, que vinha a ser, depois, o grosso da gente da terra: os brasileiros. (RIBEIRO, 1995, p. 54)

Procurando se adaptar às novas condições conflitantes de vida na qual estavam inseridos, justamente para alcançar o objetivo final que era o de "salvar" o maior número possível de almas nativas, os inacianos desenvolveram os aldeamentos jesuíticos, espaços onde os jesuítas puderam pôr em prática os ensinamentos católicos para os indígenas. Nestes espaços, índios pertencentes a grupos étnicos distintos eram reunidos e mantidos, sempre sob os cuidados da "administração espiritual e temporal jesuítica" (POMPA, 2002, p. 89). Nestes espaços, os ameríndios eram "transformados" em "homens civis", logo em seguida, em cristãos,

[...] ideia que acompanhará todo o processo de evangelização no Brasil e será também apropriada por outras ordens. [...] E esse trabalho só pode ser realizado em lugares específicos, as aldeias, cidadelas de Deus, onde exercer o "bom governo", a educação dos corpos e das almas, em uma palavra, a redução, no duplo sentido em latim de "reducere": "conduzir" (para a humanidade civil) e "retirar", "afastar" (os índios do convívio com os colonos). (POMPA, 2002, p. 89)

Principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, muitos destes aldeamentos missionários se transformaram em vilas ou povoados, deixando de ser administrados pelos jesuítas e demais ordens religiosas. Nesse momento, somavam-se cerca de meio milhão de religiosos (vindos de fora e nascidos na colônia), contabilizavam-se 25 residências, 36 missões e 17 seminários e colégios, espalhados pelos quatro cantos da colônia. Como veremos mais à frente, com as reformas elaboradas pelo estadista português **Marquês de Pombal** (1699-1782), a Companhia de Jesus foi definitivamente expulsa dos territórios pertencentes a Portugal em 1759. Os jesuítas seriam obrigados a deixar a América Portuguesa

por questões relacionadas aos processos de modernização do século XVIII, pois constituíam um empecilho aos interesses do Estado Moderno (NETO & MACIEL, 2008, p. 183).

De que maneira podemos contribuir para que a cultura dos diversos povos indígenas seja cada vez mais valorizada, mas, ao mesmo tempo, que eles também possam ter acesso as mesmas oportunidades que devem ser disponibilizadas a todo cidadão brasileiro, como trabalho, estudo e saúde?

Os indígenas ofereceram diversas formas de resistência à conversão e à escravização: além das já mencionadas, cabe destacar as alianças de guerra ou confederações, as migrações para o interior, como os grupos que fugiram de Pernambuco e se estabeleceram na região amazônica; as rebeliões armadas de escravos e aldeados (MOREAU, 2003). No entanto, como apontam diversos estudos, talvez a maior e mais contínua resistência dos grupos colonizados foi a ressignificação dos símbolos dos conquistadores: a manipulação de sua linguagem e imaginário, a "simulação dos vencidos". Essa resistência, capaz de fugir dos códigos da cultura do conquistador, buscou formas alternativas de sobreviver em meio à opressão: ela está no que costumamos chamar de "sincretismo religioso", na desobediência disfarçada de aceitação em uma luta que, nas sombras, dedica-se a *melar* o poder organizado e colonizador ao longo dos séculos.

Sem medo de errar

A situação-problema desta seção fecha a reflexão proposta para esta unidade, que é justamente problematizar questões ligadas aos diversos povos indígenas que vivem em território brasileiro. A valorização e o respeito para com estes grupos é de suma importância para o Brasil, haja vista que estamos falando na preservação da memória de nosso passado.

A opção por propor uma situação-problema que tenha como perspectiva básica refletir sobre os nativos brasileiros com alunos

do 6º ano não é à toa, mas sim um caminho proposital. Isso porque devemos entender a escola como o espaço ideal para se desconstruir ideias pejorativas que ainda existem em nossa sociedade, como é o caso do estereótipo que diz que índio não gosta de trabalhar. Entender que aquilo que o português via como uma espécie de preguiça crônica no indígena poderia constituir, na verdade, uma forma de resistência sistemática contra a exploração de sua mão de obra reposiciona por completo os *agentes* da história colonial – o nativo deixa de ser apenas uma vítima da história.

Toda construção como essa está ligada a um determinado contexto histórico e problematizá-las é preceito básico de todo aquele envolvido com a educação, que dirá de um professor de história. Não devemos jamais compreendê-las como algo naturalizado, mas como perspectivas que precisam ser ressignificadas o mais urgentemente possível. Por esse motivo, a escola deve ser compreendida como o local propício para se construir perspectivas que privilegiem a diversidade apresentada pelos indígenas de nossa terra. Devemos compreender que quando perspectivas como estas são abordadas desde a infância, a chance de preconceitos que se prolongam pela história serem definitivamente descartados é muito grande.

Assim, o propósito da situação-problema presente nesta última seção da primeira unidade de nosso diálogo sobre o período colonial brasileiro pretende fazer que nossos alunos busquem se informar, utilizando-se das mais diversas plataformas de conhecimento (televisão, internet, jornal, revista, enfim, o que estiver à disposição deles), sobre as formas de existência atuais das comunidades indígenas.

Como vimos com as reflexões apresentadas por Hernan Bruit, simulações das mais diversas foram utilizadas pelos nativos americanos como forma de resistência. Trabalhos como este contribuem de forma significativa para a quebra de pressupostos que ainda compreendem os nativos como povos passivos, que aceitaram a colonização portuguesa sem criar resistência ou até mesmo leituras que optam por colocá-los como simples vítimas

do processo colonizador. Foram, sim, protagonistas com outros diversos atores do processo de construção de nossa história.

Na atualidade a resistência persiste, e as estratégias utilizadas são as mais diversas. Podemos considerar como exemplo de resistência o fato de muitos indígenas, na atualidade, beneficiando-se de políticas de ações afirmativas, terem a oportunidade de ingressar em uma universidade, ocupando um espaço que anos atrás seria muito difícil. A atuação do Estado é primordial para que isso ocorra.

Esse é um dos vários exemplos que podem ser problematizados, fazendo que os alunos compreendam que atos de resistência não significam necessariamente a opção por atitudes ligadas à violência, ao confronto armado. Resistir, e consequentemente desconstruir estereótipos preconceituosos que foram arquitetados ao longo da história, é hoje a perspectiva que move muitos grupos indígenas na luta pela manutenção de sua história, de seu passado. Refletir e problematizar, no nosso caso, no ambiente escolar, sempre que possível, é a nossa maneira de contribuir para que esse impulso de resistência, que iniciou-se há séculos, permaneça e só se solidifique cada vez mais.

É preciso compreender, portanto, que somente o diálogo franco, sadio e respeitoso acerca de um tema tão rico de ser explorado é que pode elevar, com o tempo e muito trabalho, o Brasil a outro patamar de democracia. Caminhar neste sentido é o que se espera de cidadãos brasileiros do século XXI, já que não podemos mais compactuar com atitudes que não valorizam a história dos primeiros habitantes do Brasil.

Faça valer a pena

1. Sobre a relação entre grupos tupis e os portugueses nos anos iniciais do processo de colonização, analise a citação a seguir:

"Durante este período, as ações e reações indígenas foram contrárias às expectativas portuguesas e, como tais, pesaram de modo significativo na elaboração de uma política lusitana de dominação na região. Os portugueses, em suas relações com os índios, buscaram impor diversas formas de organização do trabalho e, em contrapartida, defrontaram-se

com atitudes inconstantes que oscilaram entre a colaboração e a resistência. No entanto, das diversas formas de exploração ensaiadas, nenhuma delas resultou satisfatória e, igualmente, todas tiveram um impacto negativo sobre as sociedades indígenas, contribuindo para a desorganização social e o declínio demográfico dos povos nativos". (MONTEIRO, 1994, p. 18)

Agora, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:
I. Assim, em meio às conturbações descritas na citação, os portugueses se voltaram cada vez mais para a opção do trabalho forçado, buscando desse modo construir uma base sólida para a economia e também para a sociedade colonial.
PORQUE
II. Levando em consideração essas questões, podemos destacar que a escravidão (tanto dos povos indígenas quanto posteriormente dos povos africanos) originou-se nessa fase inicial do contato entre europeus e ameríndios.

A respeito dessas asserções, assinale a opção CORRETA:
a) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

2. Sobre os aldeamentos jesuíticos, avalie as afirmações:

I. Os aldeamentos jesuíticos foram uma iniciativa dos padres vinculados à Companhia de Jesus no Brasil e podem ser considerados como uma adaptação às condições locais de possibilidade de conversão.
II. Desde o início, os aldeamentos jesuíticos sofreram contínuos reajustes em razão dos resultados obtidos com a catequese que os inacianos vieram empreender na América Portuguesa.
III. Nos aldeamentos jesuíticos não era permitido que os indígenas tentassem interpretar os rituais católicos, por esta razão evitava-se a tradução dos princípios cristãos na língua dos indígenas. Apenas o latim era a língua autorizada na catequese.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:
a) A afirmativa I está correta.
b) A afirmativa II está correta.
c) As afirmativas I e II estão corretas.
d) As afirmativas I e III estão corretas.
e) As afirmativas II e III estão corretas.

3. Leia a citação a seguir:

"O papa Urbano VIII, na sequência da bula *Sublimis Deus*, de 2 de Junho de 1537, de Paulo III, proibiu uma vez mais a submissão dos índios à escravatura, através do breve *Commissum Nobis*, 22 de Abril de 1639, dirigido ao colector apostólico nos reinos de Portugal e dos Algarves. Interditava, sob pena de excomunhão *latae sententiae*, reduzir à escravidão os índios da América Central e do Sul e despojá-los dos seus bens. O citado breve incluía, entre os índios cuja liberdade era garantida pela proibição, os do Paraguai, Brasil e Rio da Prata". (PIMENTEL, 2013, p. 261)

A citação faz menção à bula *Sublimis Deus*, assinada pelo papa Paulo III em 2 de junho de 1537. Além de proibir a submissão dos indígenas à escravidão, nesta bula os nativos americanos:

a) Passam a ser vistos como seres humanos e, assim como os demais donatários portugueses, também recebem da Coroa Portuguesa seus lotes de terras, as conhecidas sesmarias.

b) São forçados a aceitar os dogmas impostos pelas autoridades religiosas, que não mediram esforços para catequizar forçosamente a maior quantidade possível de selvagens nativos.

c) São orientados pelos clérigos portugueses a continuar com as suas práticas religiosas pagãs, desde que aceitassem o batismo cristão e a consequente conversão ao cristianismo católico.

d) Passam a ser vistos pelos clérigos católicos como seres humanos e, desse modo, poderiam ter suas almas salvas, desde que fossem convertidos à fé cristã.

e) Ficaram encarregados de construir templos religiosos, como igrejas e mosteiros, como forma de punição às investidas que realizavam nas embarcações portuguesas, destruindo-as sempre que possível.

Referências

360 Cities. Pateo do Colégio. Disponível em: <https://www.360cities.net/pt/virtual-tour/pateo-do-colegio?view=simple>. Acesso em: 1º nov. 2017.

AGNOLIN, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambás. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 1, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, mai.-ago. 2017.

BAIDA, Rosangela; CHAMORRO, Cândida Graciela Arguello. Doenças entre indígenas do Brasil nos séculos XVI e XVII. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 5, n. 9, jan.-jun. 2011.

BARRETO, Luís Lima. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII). **Revista da Administração Pública de Macau**, Macau, v. X, n. 36, p. 367-381, 1997.

BASTIEN, Carlos. **A divisão da história do pensamento econômico português em períodos**. Lisboa: GHES – Gabinete de História Econômica e Social, 2000.

BRUIT, Héctor Hernan. **Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos**: ensaio sobre a conquista hispânica da América. Campinas: Unicamp; São Paulo: Iluminuras, 1995.

CALAZANS, Marília Oliveira. Casqueiros, concheiros, berbigueiros, minas de sernambys, ostreiras: sambaqui. In.: **Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em História Social)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta ao rei D. Manuel**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasileiense, 1984.

CINTRA, Jorge Pimentel. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. **Bol. Ciênc. Geod.**, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 421-445, jul.-set., 2012.

CORTESÃO, Jaime. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Lisboa: Editora Portugália, 1967.

COSER, Miriam Cabral. De *primus inter pares* a soberano: o discurso político

da realeza portuguesa no limiar do séc. XV. **Rev. Univ. Rural**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, P. 68-80, jan.-jun. 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 10-11.

DOSSA. Ana Carolina. Visões de mundo: o olhar de Montaigne sobre os índios tupinambás da costa brasileira. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - UDESC, 25., 2015, Florianópolis.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, Florestan. A economia tupinambá: ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 14, p. 7-77, fev. 1949.

FONSECA, Vitória Azevedo da. *Eus* e olhares sobre os outros: relatos de Hans Staden e suas releituras cinematográficas. **Outros Tempos**, São Luís, v. 7, n. 9, jul. 2010. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/revista_vol7_9_pdf/vitoria_azevedo.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Oriente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da prouincia sa[n]cta Cruz a qui vulgarme[n]te chamamos Brasil**. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1576. Disponível em: <http://purl.pt/121/3/#/71>. Acesso em: 31 out. 2017.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. Sítio arqueológico com peças de 6 mil anos está ameaçado por casas em SC. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2016/05/21/sitio-arqueologico-com-pecas-de-6-mil-anos-esta-ameacado-por-casas-em-sc.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

GIRALDIN, Odair. Fazendo guerra, criando imagens, estabelecendo identidades. **História Revista**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 55-74, jan.-jun. 2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Companhia de Jesus no século XVI no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 222-244, dez. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Fundamentos geográficos da história brasileira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Orgs.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial. São Paulo: Difel, 1981.

________. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUE, Sheila Moura. **Primeiras cartas do Brasil**: (1551-1555). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KALIL, Luis Guilherme Assis. Os espanhóis canibais: análise das gravuras do sétimo volume das Grands Voyages de Theodore de Bry. **Tempo** [online], Niterói, v. 17, n. 31, p. 261-284, 2011.

KECHICHIAN, Melissa (Coord.). **A presença francesa no Brasil**: de Villegagnon ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In.: NOVAES, Adauto. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KÜHN, Fábio. A reinvenção do Brasil: considerações em torno dos 500 anos. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, p. 58-62, jul. 2000.

LÉRY, Jean. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes; EDUSP, 1972.

LESTRINGANT, Frank. O Brasil de Montaigne. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, v. 49, n. 2, jul.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012006000200001&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 13 nov. 2017.

LIMA, Leandro Santos de. **Bandeirantismo paulista**: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil (Taubaté, 1645 a 1720). 2011. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LUTERANOS e católicos assinam declaração conjunta pelos 500 anos da Reforma. “Pedimos perdão pelas formas como os cristãos se ofenderam mutuamente”. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/k7LwrN>. Acesso em: 1º nov. 2017.

MENDONÇA, Manuela. Introdução à história medieval de Portugal. **OPSIS,** [S.l.], v. 6, n. 1, p. 142-155, mar. 2010.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaios**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**: colonialismo e regressão cultural. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

OLIVEIRA, Maria José. Jesuítas no Japão: de pregadores venerados a "bárbaros do sul". 2017. Disponível em: <http://observador.pt/especiais/jesuitas-no-japao-de-pregadores-venerados-a-barbaros-do-sul/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a07>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa confederação Tamoio. **Revista MANA**: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 401-433, 2010.

PIMENTEL, Maria do Rosário; MANSO, Maria de Deus Beites. **Os jesuítas nas Américas**: a república dos guaranis. Las Palmas de Gran Canaria, Espanha: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia, 2013.

POMPA, Cristina. O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 64, p. 83-95, nov. 2002.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo: Hucitec, 2002.

REFORMA Protestante completa 500 anos e a data é comemorada no Brasil e no mundo. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6256276/>. Acesso em: 1º nov. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

A economia colonial e o mundo atlântico

Convite ao estudo

Nesta unidade discutiremos sobre as idas e vindas das tentativas de construção de um aparato colonial português no chamado “mundo atlântico”, que integrou violentamente Europa, América e África. Para organizar e facilitar o seu estudo, dividimos a unidade em três seções com os seguintes temas: *As capitanias hereditárias e a distribuição das terras; O governo-geral e as disputas com as potências coloniais; Pau-brasil, drogas do sertão e a exploração do território.*

Entre os séculos XVI e XVIII o pequeno reino de Portugal construiu um vasto império atlântico, estendendo seu domínio sobre povos muitas vezes mais numerosos do que os habitantes da metrópole. Aquilo que foi narrado pelo poeta Luís Vaz de Camões como uma epopeia – uma história heroica – do povo lusitano nas Grandes Navegações é também uma história profundamente violenta e o nascimento doloroso do mundo moderno. A escravidão moderna, o tráfico negreiro, o contato com diferentes povos e o lucro gerado pelo comércio colonial marcariam indelevelmente os povos conquistados e os conquistadores. No entanto, os povos que viveram essa época de profunda transformação – assim como a nossa época – não tinham clareza dos rumos para os quais suas ações e os acontecimentos os levariam – assim como nós não temos. O estudo da colonização da América Portuguesa é, portanto, muito importante para entendermos as características atuais da nossa sociedade. Em especial nesta unidade, compreenderemos melhor a estrutura fundiária da nossa nação, bem como a implantação de algumas práticas econômicas e a exploração do nosso território.

Para facilitar o estudo e torná-lo mais significativo, problematizamos uma situação fictícia, mas que é perfeitamente verossímil no cotidiano de um professor de História. Vejamos agora a contextualização e como ela se insere no tema desta nossa unidade.

O professor Jozimar atua em uma escola pública estadual de uma grande cidade brasileira. Sua escola é bem organizada, o que combinou com a postura ética e comprometida deste profissional. No início do ano letivo, a escola onde Jozimar atua decidiu aproveitar o tempo destinado à organização pedagógica para propor uma ampla discussão, em todas as áreas do conhecimento, sobre a Base Nacional Comum e as mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio. Como sabemos, uma das prerrogativas da Base é a de enxugar alguns conteúdos, focando o estudo em temas que sejam mais pertinentes aos estudantes. Contudo, erros podem acontecer.

Durante as discussões, o palestrante responsável por apresentar a proposta da Base para a disciplina de História disse que vários conteúdos do que conhecemos como História do Brasil Colonial seriam retirados de pauta, por serem muito antigos e desconexos da atual realidade dos educandos.

Indignado, o professor Jozimar pediu a palavra e disse que apresentaria alguns exemplos que comprovam não só a importância do estudo de História do Brasil Colonial, mas também a atualidade do tema, especialmente para o entendimento da conjuntura política, econômica e social do Brasil contemporâneo. Veremos nas próximas seções como o professor utilizou suas próprias experiências na escola para defender esse tema.

Seção 2.1

Aspectos políticos e econômicos da América Portuguesa nos séculos XVI e XVII

Diálogo aberto

Em uma de suas aulas sobre a colonização do Brasil, Jozimar é questionado por um aluno sobre uma reportagem lida em um grande site da internet. A reportagem faz uma análise da política brasileira às vésperas de uma eleição e destaca que os sobrenomes dos políticos são sempre os mesmos. Filhos, netos, sobrinhos, primos, enfim, de uma forma ou de outra, as grandes famílias famosas da política acabam se perpetuando no poder. O aluno levou para o professor um interessante trecho da reportagem:

> Segundo o cientista político e professor da UFPE, Michel Zaidan, essa família política, na verdade, tem origem na família patriarcal colonial, matriz da formação do Estado brasileiro. 'É como Gilberto Freyre aborda em sua obra: a família patriarcal é a dominação primeira do Brasil e se pode perceber a sobrevivência desse grande patrimonialismo até hoje na política brasileira', (BEZERRA, 2013, [s.p.])

O aluno questionou o professor sobre a veracidade dessa afirmação realizada pela reportagem, especialmente sobre o fato de esta estrutura remontar realmente à colonização. Como você trabalharia esse tema, à luz da história colonial brasileira? Vejamos como o professor Jozimar conseguiu contextualizar essa situação.

Não pode faltar

Como você já deve ter entendido até aqui, caro aluno, no estudo de qualquer época é preciso lembrar que, diferentemente de nós, que olhamos a história já sabendo o que aconteceria depois – assim

como os desdobramentos de cada processo –, todas as pessoas viveram seu presente como puderam, a partir do que eram capazes de saber, escolher e fazer com o tempo do qual dispuseram. Nesse sentido, é preciso um cuidado especial ao estudar a história da colonização/conquista portuguesa nas Américas: como brasileiros, estamos habituados a olhar para esse processo como o início de nosso país e atribuir um sentido de marco zero à data de 22 de abril de 1500. No entanto, como a história nos ensina, os processos históricos não são inevitáveis nem estão destinados a acontecer: a história é movida pela ação humana, por idas e vindas, incertezas e experiências. Assim, é importante que você, caro estudante, consiga se colocar no lugar desses europeus, indígenas e africanos da modernidade, imaginando o mesmo futuro em aberto e repleto de possibilidades que eles encararam. Nenhum português chegou em 1500 com um plano de colonização traçado em seus bolsos, assim como nenhum indígena poderia antever o genocídio dos povos nativos, tampouco os mercadores africanos imaginavam que estavam prestes a conhecer a maior migração forçada da história a partir do tráfico negreiro.

As capitanias hereditárias e a distribuição das terras

Após a chegada oficial dos portugueses em 1500, as terras portuguesas nas Américas – de acordo com o Tratado de Tordesilhas – ficaram sem colonização efetiva até 1530. O comércio com as Índias, grande objetivo das Grandes Navegações, havia rendido uma excelente e lucrativa rota comercial para os lusitanos, até que a concorrência com outras monarquias modernas, como Inglaterra, Holanda e França, fez com que os comerciantes e a Coroa portuguesa vissem a necessidade de voltar suas atenções para as terras descobertas na América do Sul.

[...] entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. [...] à medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. [...] os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetivos de pouco valor para os portugueses. (FAUSTO, 2009, p. 42)

No ano de 1532 o rei dom João III escreveu para Martim Afonso de Souza (1490-1564), líder daquela que foi a primeira expedição portuguesa considerada propriamente colonizadora e que ainda se encontrava na colônia, explicando seu interesse em dividir as terras do Brasil com o intuito de povoá-la. Começavam assim as capitanias hereditárias, que podem ser definidas como enormes extensões de terra:

> **[...] distribuídas entre fidalgos da pequena nobreza – já que os grandes se interessavam mais pelas Índias ou por terras no Reino e suas ilhas adjacentes – e funcionários da burocracia monárquica, muitos de extração burguesa, e, mesmo, com estreitas ligações com cristãos-novos [...]. (SILVA, 1990, p. 57)**

Exemplificando

Figura 2.1 | Mapa das capitanias hereditárias

Luís Teixeira, *Litoral Brasileiro com as Capitanias Hereditárias*, Portugal, Biblioteca da Ajuda, 1574

Fonte: <https://goo.gl/vazbMY>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Para um melhor entendimento e crítica desse famoso mapa – presente em tantos materiais didáticos –, leia também o artigo do link a seguir.

CINTRA, Jorge Pimentel. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 23, n. 2, jul.-dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000200011>. Acesso em: 4 dez. 2017.

O sistema de capitanias não era uma novidade no governo português, uma vez que já havia sido utilizado na Ilha da Madeira. Era uma iniciativa que buscava atrair a pequena burguesia para financiar a colonização. Assim, o governo português não arcaria com todos os custos desse empreendimento bastante oneroso. Essa lógica, em que o rei concedia o uso da terra, sem, contudo, perder sua propriedade, estava alicerçada em uma lógica típica do Antigo Regime, que considerava toda a propriedade uma concessão real aos seus vassalos.

Foram no total 15 capitanias distribuídas a 13 donatários. Não precisamos saber o nome de cada uma delas e dos seus respectivos donatários. O importante é entender a lógica do poder político e econômico que aí se estabeleceu, assim como lembrar que esse sistema é um dos fatores presentes nas raízes do problema fundiário do Brasil. As terras no Brasil eram compreendidas como propriedade real, e as sesmarias funcionavam como uma espécie de licença para ocupação e utilização das terras.

A concessão de sesmarias, divisões das capitanias realizadas pelos donatários, foi a forma de distribuição das terras brasileiras até a Independência, em 1822. Entre essa data e 1850, quando a Lei de Terras foi promulgada, já no Segundo Império, há um vazio legal. Nesse momento, a posse e a expansão territorial ocorrem por ocupações tanto por parte de grandes proprietários que invadiam as terras desabitadas quanto pela figura do posseiro, que, munido de poucos recursos e armamentos, literalmente ocupava uma porção de terra desabitada (SOUZA, 2013). Os grandes latifúndios improdutivos do Brasil e a ausência da reforma agrária podem ser

entendidos como uma herança das desigualdades da era colonial. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as capitanias "inauguraram uma fase bem definida na política adotada pela Coroa portuguesa com relação ao Brasil" (HOLANDA, 1981, p. 95), que pode ser traduzida como a máxima exploração com o menor custo possível.

Como podemos questionar as visões esquemáticas e simplistas do passado, nas quais as mudanças se dão do dia para a noite? Ou, de outro modo, como evitar interpretações que atribuem a um único elemento ou acontecimento do passado a explicação para tudo que ocorreu posteriormente?

Pensando nisso, recomendamos a leitura do artigo a seguir. Nele, o autor questiona a visão quase hegemônica da nossa historiografia que consagra a Lei de Terras como a culpada por todos os problemas fundiários da nação.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar 'uma quinta parte da atual população agrícola'. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n70/1806-9347-rbh-2015v35n70014.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

No Brasil, o sistema de capitanias não foi tão bem-sucedido como na Ilha da Madeira. Como já é clássico afirmar, apenas duas capitanias apresentaram o desenvolvimento econômico esperado pela Coroa: Pernambuco e São Vicente. O sistema foi substituído paulatinamente pelo governo-geral, mais centralizador e com supervisão direta de um vice-rei. Em um primeiro momento, que foi aproximadamente de 1534, início da colonização, até 1580, com o início da **União Ibérica**, a ocupação portuguesa do território ficou restrita ao litoral. A interiorização e ocupação mais extensiva do território devem-se a vários fatores. Dentre eles, destacamos o **bandeirantismo**.

A capitania de São Vicente e o planalto paulista foram um dos primeiros locais de povoamento português das terras brasileiras.

Posteriormente, mesmo com o avanço para além da serra, as condições da região não eram tão propícias ao desenvolvimento da cana-de-açúcar como no Nordeste – lembre-se: o açúcar era um produto extremamente valorizado na Europa daquele momento. Os primeiros anos da colonização na região do atual Sudeste foram marcados por pequenos povoados, pelo apresamento de indígenas e pelo início das expedições que incessantemente buscavam por ouro e demais metais preciosos no interior do território, enquanto no Nordeste a cultura do açúcar criou uma colonização mais próspera, principalmente para os poderosos senhores de engenho.

Na antiga capitania de Pernambuco (que incluía seis estados do Nordeste atual) foi colocado em prática um projeto de colonização agrícola, com o plantio de cana de açúcar e montagem dos engenhos. Além disso, foi possível estabelecer acordos no Velho Continente para escoar a produção do açúcar e ao mesmo tempo obter recursos para o financiamento dos engenhos, muitas vezes com cristãos-novos. A capitania também era fonte de tabaco e algodão, produtos tropicais valorizados na Europa (SILVA, 1990).

Pesquise mais

Você sabe quem são os cristãos-novos? Sabia que tiveram um papel fundamental na colônia, mas também eram alvos da Inquisição no Brasil? Leia a respeito no link a seguir.

IBGE. Brasil 500 anos. Território brasileiro e povoamento. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/judeus/cristaos-novos-no-brasil-colonia.html>. Acesso em: 28 dez. 2017.

Apesar dos casos de sucesso, havia uma sensação de abandono por parte dos colonos em relação à Coroa portuguesa. Reclamações e pedidos de auxílio eram constantes. Os ataques frequentes de piratas ao litoral e confrontos com os indígenas desestimulavam os donatários. O capitão Luís de Góis escreveu ao rei em 1548 afirmando que "se Vossa Alteza não socorre a essas capitanias e costas do Brasil, ainda que nós percamos a vida e fazendas, Vossa

Alteza perderá o Brasil" (SILVA, 1990, p. 60). Diante dessa situação, o governo lusitano teve que mudar de estratégia para manter seu domínio sobre suas terras d'além mar.

O governo-geral e as disputas com as potências coloniais

No ano de 1548 a Coroa instaurou a sede do **governo-geral** na Capitania Real da Baía, região que mais tarde daria origem ao estado da Bahia. Tal região era estratégica por estar próxima da região açucareira e com contato rápido (o que equivalia a cerca de dois meses de viagem) com Lisboa. O primeiro enviado foi **Tomé de Sousa** (1503-1579), que ao Brasil chegou no ano de 1549, tendo sido um fidalgo rico e aventureiro das viagens às Índias (SILVA, 1990). A instauração do governo-geral significou um olhar mais atento do governo português sobre o Brasil e uma organização colonial mais sistemática e organizada. O governador-geral era a personificação do rei em terras brasileiras. Portanto, o rei deveria transferir parte de seus poderes aos governadores-gerais do Brasil, por via de regimentos, cartas e forais, escritos e enviados por ou para esses prestadores de serviços na nova colônia (COSENTINO, 2009). Sérgio Buarque de Holanda explica, assim, que "o governo geral deveria dar favor e ajuda às outras povoações, ministrar-lhes justiça e prover nas coisas que cumprissem ao serviço de Sua Alteza e aos negócios da Real Fazenda e ao bem de suas partes" (HOLANDA, 1981, p. 109).

Entre os desafios impostos ao recém-criado governo estava a resolução de vários conflitos, especialmente contra os índios tupinambás, piratas (sobretudo franceses) e entre os próprios colonos. A ideia do governo-geral era, principalmente, transformar os colonos em moradores, incentivando a implantação de engenhos e o aldeamento de indígenas e chegando mesmo a distribuir gado bovino, vindo de Cabo Verde, para incentivar a distribuição de terras para a formação de pastos (SILVA, 1990).

Dentre os povos que tentaram conquistar terras na América Portuguesa, os holandeses foram os mais famosos, mas não os únicos. Os franceses tentaram se apropriar do território recém-descoberto durante décadas. Contudo, os portugueses foram mais competentes no combate contra os franceses do que contra os flamengos.

Em 1555 a expedição de Nicolas de Villegagnon (1510-1571) tentou conquistar a região da Baía de Guanabara, denominando-a de França Antártica. Os franceses conseguiram se relacionar com os índios tamoios, que os ajudaram na exploração do pau-brasil em troca de artefatos de metal, como ferramentas. A convivência entre calvinistas franceses, os huguenotes, e católicos na Baía da Guanabara foi inicialmente amistosa, mas contribuiu para o enfraquecimento da organização da França Antártica.

Pesquise mais

Para aprofundarmos o tema da invasão francesa no Brasil, indicamos a leitura do artigo **Villegagnon ou a utopia tropical**, de Serge Elmalan. O autor produz uma interessante perspectiva sobre esse personagem.

ELMALAN, Serge. Villegagnon ou a utopia tropical. **História**, Franca, v. 27, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000100013>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Como já estudamos na **Confederação dos Tamoios**, há uma intrincada dinâmica de negociação entre franceses, portugueses e indígenas de diferentes grupos até a vitória da reação portuguesa. Em 1560, Mem de Sá conseguiu consolidar a expulsão dos invasores. Além do Rio de Janeiro, entre 1612 e 1615, os franceses tentaram construir a França Equinocial, edificando o forte de São Luís, atual Maranhão. Essa invasão ocorreu no mesmo momento da União Ibérica e teve como resposta uma ação conjunta de portugueses, espanhóis e alianças indígenas para expulsar definitivamente os franceses da colônia brasileira.

Após esses dois fracassos, os franceses rumaram para o norte da América, colonizando as regiões da atual Guiana Francesa, Louisiana (atual Estados Unidos) e Quebec (atual Canadá). No Brasil, a presença estrangeira mais marcante foi a holandesa, como ainda abordaremos posteriormente.

Pau-brasil, drogas do sertão e a exploração do território

Buscando afirmar a ocupação do território, ao mesmo tempo em que afastava demais estrangeiros, o governo português criou o

estado do Maranhão e Grão-Pará, com governo separado do restante da colônia, para fomentar a colonização do Norte do futuro país. Data do mesmo período a fundação de Belém, "apontada como a cabeça de uma ampla rede que se deveria estender para o interior, comandando todo o movimento de entrada e saída de produtos da região" (SILVA, 1990, p. 85). Vários motivos determinaram a criação de um governo separado nessa região:

> [...] a facilidade de navegação entre a Europa e o litoral norte e a quase-impossibilidade de fazê-lo, com as condições técnicas da época, a partir da Bahia; a inexistência de caminhos terrestres regulares e seguros; a continuada presença de holandeses e ingleses, que chegaram a construir fortes em pontos ribeirinhos do rio Amazonas [...]. (WEHLING; WEHLING, 1994, p. 136)

A partir dos anos de 1640, a decadência do controle português na Índia e o conhecimento do território amazônico transformaram o descobrimento de novas especiarias em tema central para os portugueses. Em carta do ano de 1674, o rei português escrevia aos oficiais da Câmara de São Luís para que eles incentivassem o descobrimento das drogas e minas naqueles sertões (CHAMBOULEYRON; BONIFÁCIO; MELO, 2010).

As chamadas drogas do sertão eram especiarias na sua maioria nativas da região amazônica e que se tornariam muito cobiçadas no Velho Continente. Urucum, cravo, canela, pimenta, castanha, noz de pixurim, salsa, gergelim, guaraná, anil e o cacau eram os principais objetos de desejo dos portugueses e, por anos, uma lucrativa fonte de renda. No início essas especiarias eram extraídas pelos índios em missões jesuíticas e transportadas principalmente pelo rio Amazonas. A partir de 1616, a Coroa portuguesa afastou os jesuítas desse comércio e assumiu o controle das especiarias.

Mais ao sul, partindo de São Paulo, os bandeirantismos foram a mola propulsora da expansão territorial. As entradas e bandeiras intensificaram-se durante o período da União Ibérica, especialmente porque a linha imaginária que separava as colônias estava, teoricamente, apagada. Estas expedições foram fundamentais

na expansão territorial portuguesa, especialmente por conta da descoberta de ouro na região, que, mais tarde e após conflitos com os paulistas, seria denominada Minas Gerais.

Exemplificando

No link abaixo temos uma sugestão de atividade para o ensino fundamental que trata com inteligência e leveza um tema espinhoso da nossa historiografia: o papel e a atuação dos bandeirantes.

NOVA ESCOLA. **Mudou a imagem**. 1 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2430/mudou-a-imagem>. Acesso em: 13 dez. 2017.

No início da colonização, as lendas acerca dos metais preciosos que poderiam ser encontrados no Novo Mundo fizeram com que a Coroa enviasse grupos de exploradores para adentrarem o território em busca de riquezas. As *entradas* foram, assim, expedições financiadas por Portugal e, portanto, oficiais, realizadas no princípio da colonização. Mais ainda, em busca de uma alternativa à produção do açúcar na região Nordeste.

Enquanto a região de Pernambuco e Bahia estava inserida na economia do sistema atlântico por meio da produção de açúcar e do contato frequente com as embarcações que vinham da África e da Europa, em outras partes do território da colônia os portugueses e seus descendentes buscavam diferentes opções para viver (e enriquecer) longe do Velho Continente.

Como já abordamos anteriormente, *São Paulo de Piratininga* é um exemplo dessa situação: uma vila pequena situada na região da atual cidade de São Paulo, portanto, distante da produção açucareira que movia a economia colonial. Saindo de São Vicente – a primeira vila fundada na colônia – rumo ao interior, os colonos encontrariam uma grande planície, conhecida pelos indígenas como *Piratininga*, formada pelos Rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí. A geografia e o clima do local foram fundamentais para a instalação não só dos primeiros colonos nessa região, mas também do Colégio de São Paulo, fundado em 1554 pelos jesuítas, o que fez com que seis anos mais tarde o povoado fosse transformando em vila (ELLIS, 1981).

Transformando-se em escala intermediária das comunicações entre o planalto e o litoral – utilizando o chamado Caminho do Mar rumo a São Vicente, antiga trilha dos índios cuja dificuldade de ser transposta era grande –, a presença dos rios estabeleceu também a comunicação fluvial com as regiões do interior, atingindo até o distante Mato Grosso. Essa vila foi ainda fundamental nos primeiros tempos da colonização pelo povoamento de São Paulo, que se estendeu também até o Vale do Paraíba.

Pesquise mais

Leia, no link abaixo, o artigo Estudo toponímico do Caminho do Peabiru. Nele temos um debate muito interessante sobre esse caminho, que comprova uma integração antes improvável entre os indígenas brasileiros.

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos; ZAMARIANO, Márcia. Estudo toponímico do Caminho do Peabiru: contribuição ao resgate da história do Paraná. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 10, n. 2, p. 141-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/449>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Exemplificando

Figura 2.2 | Mapa da ocupação portuguesa no início do século XVIII

Fonte: <https://goo.gl/yiATx8>. Acesso em: 29 nov. 2017.

O mapa projeta o futuro território brasileiro a partir dos nomes das regiões no século XVIII e não corresponde a fronteiras reais com as colônias espanholas - de difícil delimitação à época.

A Serra do Mar era uma barreira complexa de se ultrapassar e dificultava a comunicação com o litoral, fazendo com que os paulistas se voltassem ainda mais para o interior, onde, de maneira brutal, iam buscar o que consideravam o "remédio para sua pobreza: o índio" (DAVIDOFF, 1994, [s.p.]). Se no início os paulistas conseguiram atrair alguns nativos que colaboravam de maneira espontânea, passado algum tempo, os métodos violentos imperavam na relação entre eles, tanto para a captura, quanto para o trabalho forçado. O colonizador paulista deu início ao apresamento em larga escala, em verdadeiras operações de guerra (DAVIDOFF, 1994). Assim teve início o bandeirantismo, que, como vimos na unidade anterior, buscava

também metais preciosos e contribuiu para a expansão territorial portuguesa.

Como já estudamos, com a extinção de várias reduções jesuíticas e a Restauração Portuguesa de 1640 (o fim da União Ibérica), as bandeiras de apresamento começaram a diminuir. Além disso, a conquista de Angola em 1648 permitiu aos portugueses acesso mais fácil à mão de obra escravizada africana para a lavoura da cana-de-açúcar, em detrimento dos indígenas (ELLIS, 1981). Apesar da independência com que agiam os bandeirantes na região de Piratininga – longe do centro administrativo de Salvador e, mais ainda, de Portugal –, a busca por metais preciosos, o apresamento de índios e a ampliação das fronteiras antes estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas iam ao encontro dos interesses da Coroa portuguesa. Além disso, os bandeirantes foram utilizados pela administração do governo geral para a batalha contra os indígenas na região do atual Nordeste e foram responsáveis pela destruição de quilombos, como o famoso **Quilombo de Palmares**, além de caçar escravos fugitivos pelas matas, prática essa conhecida como *sertanismo de contrato*.

Nesta seção compreendemos melhor o funcionamento do sistema de capitanias hereditárias, suas motivações, sucessos, fracassos e consequências. Também discutimos sobre o processo de expansão territorial, que está intimamente ligado ao desenvolvimento de algumas práticas econômicas, como o comércio das drogas do sertão, o extrativismo de pau-brasil e a busca por ouro na colônia.

Sem medo de errar

Após as aulas ministradas, os alunos tiveram uma perspectiva mais completa e histórica com relação às estruturas do poder na América Portuguesa. Se, por um lado, a terra e o poder político pertenciam legalmente ao rei, por outro, na prática, esse poder era executado de fato pelos proprietários – de terras e pessoas – que constituíram a elite colonial. Durante o império e com a lei de terras, os herdeiros dessa antiga elite se consolidaram no poder, constituindo até os dias de hoje famílias muito ricas, importantes e antigas.

Não podemos ser simplistas e achar que essa é a única origem da desigualdade social do país, ou que a política no Brasil se resume apenas a jogos de poder de umas poucas famílias. Mas, historicamente, é impossível negar que há grupos privilegiados no país que remontam à era colonial – cuja riqueza e influência foram construídas, portanto, a partir da escravidão – e que usaram do seu poder econômico para permanecer também como parte do poder político.

Para exemplificar esse tema com seus alunos e ao mesmo tempo provocar neles uma reflexão mais profunda, Jozimar finalizou sua última aula com uma espécie de árvore genealógica de uma das famílias mais destacadas da política nacional .

Figura 2.3 | Árvore genealógica

2ª GERAÇÃO

Martim Francisco Ribeiro de Andrada II
(1825-1886)
Presidente da Câmara dos deputados e ministro durante o Segundo Império

José Bonifácio de Andrada e Silva
(1827-1886)
Deputado e senador

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva II
(1830-1902)
Deputado durante o Segundo Império

3ª GERAÇÃO

José Bonifácio de Andrada e Silva
(1871-1955)
(embaixador, deputado federal e revolucionário em 1930)

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada
(1870-1946)
presidente de Minas Gerais, da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e da Câmara dos Deputados

4ª GERAÇÃO

José Bonifácio Lafayette de Andrada
(1904-1986)
Deputado federal por oito mandatos e revolucionário em 1930

Antonio Carlos Lafayette de Andrada
(1900-1974)
Presidente do STF

5ª GERAÇÃO

Bonifácio José Tamm de Andrada
(1930)
Deputado federal, relator da denúncia contra Michel Temer

Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/andrada-familia-do-relator-da-denuncia-contra-temer-ocupa-cargos-no-poder-desde-o-imperio.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2017.

O professor Jozimar reforçou, finalmente, com seus alunos o fato de que vivemos sob uma república e que cabe a cada cidadão, exercendo a contento o seu papel, transformar as estruturas brasileiras que ainda precisam de aperfeiçoamento, em especial a política.

Faça valer a pena

1.

Os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista [...]. Muitos nunca vieram ao Brasil, ou desanimaram com o primeiro revés. el-rei (o rei) cedeu às pessoas a quem doou capitanias alguns dos direitos reais, levado pelo desejo de dar vigor ao regime agora organizado; muitas concessões fez também como administrador e grão-mestre da Ordem de Cristo. (ABREU, 2009, p. 32)

Com relação à citação acima e ao que foi estudado, podemos considerar:

I- O texto apresenta algumas concessões feitas pelo rei para incentivar os donatários.
II- O texto demonstra que muitos donatários nem vieram conhecer as suas terras.

III- O texto afirma que as capitanias hereditárias fracassaram.
IV- O texto permite concluir que os donatários não pertenciam à elite lusitana.

Estão corretas as afirmativas:
a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV.

2.

> Na última década do século XVII, ocorreu um fenômeno que foi fundamental para o processo da formação territorial, porque levou a uma interiorização maior da colonização: a descoberta do ouro. A mineração foi também uma atividade essencialmente urbanizadora; em qualquer lugar onde ela ocorria criava cidades. Em consequência, gerou a primeira rede de cidades do Brasil. A produção aurífera gerou um setor dominante para a economia colonial brasileira. A partir daí, a colônia, como um todo, trabalhou para a região mineradora. (MORAES, 2001, p. 112)

Com base na citação e no que foi estudado nesta seção, podemos afirmar que:

I- A descoberta de ouro fomentou o desenvolvimento urbano brasileiro.
II- O processo de interiorização não tem relação com a urbanização do Brasil.
III- Segundo o autor, a partir da descoberta de ouro, toda a colônia trabalhou em prol da região aurífera.
IV- A urbanização do Brasil ocorreu de forma mais sistemática e organizada depois da expansão cafeeira.

Estão corretas as afirmativas:
a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV.

3.

> A criação das Capitanias Hereditárias marca o começo de uma nova relação entre a colônia brasileira e sua metrópole. Foi um movimento essencialmente político que, além de constituir o primeiro esforço formal de colonizar as terras do Novo Mundo, definiu uma mudança de postura por parte de Portugal com relação ao seu mais novo território. O descaso com uma terra aparentemente pobre e pouco povoada transformava-se em assunto de primeira importância nas discussões governamentais em Lisboa. A partir de então, entender a situação de Portugal e os motivos que o levaram à busca de novas terras é indispensável para a compreensão dessa mudança drástica de comportamento. (MATTOS, 2012, p. 437)

Após a diminuição dos lucros dos portugueses no comércio de especiarias no oriente, Portugal voltou as suas forças para a colonização do Brasil. A primeira tentativa de colonização foi a de organização das capitanias hereditárias. A respeito dessa tentativa, assinale a alternativa correta.

a) As capitanias foram entregues a capitães-donatários, com o compromisso de promoverem seu povoamento e exploração; contudo, poucos eram os direitos e os privilégios que recebiam em troca.

b) O sistema foi adotado devido à presença de estrangeiros no litoral, à complicada situação econômico-financeira de Portugal e ao seu sucesso nas ilhas do Atlântico.

c) As capitanias eram pessoais, transferíveis, inalienáveis e não podiam ser passadas para seus herdeiros.

d) O sistema era regulamentado por dois documentos: a Carta de Doação e o Foral, sendo que na Carta de Doação vinham detalhados os direitos e deveres dos donatários, além dos impostos e tributos a serem pagos.

e) A administração política da colônia tornou-se centralizada, assim como a da metrópole.

Seção 2.2

América portuguesa, África e o mundo atlântico

Diálogo aberto

Vinte de novembro, feriado municipal, Dia da Consciência Negra, data escolhida em homenagem a Zumbi dos Palmares. Apesar do decreto, o professor Jozimar, durante sua argumentação sobre a importância do tema Brasil Colonial, em suas aulas de história, relembra que há uma grande polêmica em sua cidade sobre esse feriado. Vários setores da sociedade, como o Sindicato Patronal do Comércio Varejista, não aceitam o feriado e tentam, de todas as formas, boicotá-lo.

O pouco valor dado a esse feriado não é um problema isolado. Ele está relacionado ao olhar que a sociedade brasileira tem sobre seu passado e presente: em vários sentidos, a população negra escravizada aparece no imaginário – e em muitos livros de história – apenas na própria condição de escrava, sem qualquer característica humana mais elementar, como uma cultura e uma maneira própria de encarar sua existência. Durante décadas após a abolição, o passado brasileiro foi construído numa narrativa repleta de heróis brancos ou embranquecidos (como os bandeirantes ou os inconfidentes mineiros, em detrimento de lideranças indígenas, negras ou da Inconfidência Baiana), com monumentos e datas comemorativas aos supostos feitos desses personagens. Ao mesmo tempo, nas políticas cotidianas, a desigualdade entre brancos e negros no Brasil da República se manteve: imigrantes europeus foram trazidos em uma política de embranquecimento do país e para ocupar os postos de trabalho da população negra local em muitas regiões; homens e mulheres negras foram expulsos dos centros das grandes cidades, sofreram desproporcionalmente (em relação à população branca) com a pobreza, o desemprego e o subemprego, com a ausência de políticas públicas e, nas últimas décadas, com a violência urbana. A escravidão de quase quatro séculos e a reprodução do racismo na sociedade brasileira do pós-abolição deixaram, portanto,

marcas indeléveis no país. É claro que podemos apontar exceções e casos de integração, mas todos os índices sociais comprovarão os resultados nefastos do passado escravocrata e da reiteração do racismo na sociedade brasileira contemporânea – como o absurdo dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2016 que revelou que jovens negros têm 147% a mais de chances de serem assassinados do que brancos.

Diante disso tudo, o professor se recorda, então, de uma das suas aulas com alunos do período noturno, em que muitos deles já trabalhavam. Nela, Jozimar apresentou uma grande contextualização histórica para demonstrar não só a importância desse feriado, mas também como medidas mais abrangentes são necessárias para corrigir séculos de opressão e desigualdades. Se você fosse o professor Jozimar, como trabalharia essa questão com seus alunos?

Não pode faltar

Os entrepostos portugueses na África

Quando pensamos em colonialismo, temos em mente, num primeiro momento, o movimento empreendido por portugueses e espanhóis que dominaram a América a partir do século XV. Contudo, esse colonialismo também teve outras áreas de dominação, principalmente na África, que tinha posição geográfica estratégica como entreposto comercial com as Índias e com a América. Além disso, a possibilidade de utilizar a mão de obra de africanos escravizados, assim como a criação de um lucrativo comércio a partir do tráfico negreiro, tornou a África elemento central da cobiça de mercadores do império português (muitos deles colonos das terras brasílicas) e consolidou a criação de um mundo atlântico colonialista que integrou violentamente os três continentes. Segundo Gerald Bender (1980), há uma intensa relação existente entre o colonialismo português no Brasil e na África. Para o autor, Angola, por exemplo, serviu de colônia indireta do Brasil, fornecendo mão de obra escravizada, mantendo-se como uma das bases do sistema colonial português.

Antes de nos aprofundarmos no tema, é importante que você entenda, caro estudante, que a presença portuguesa na África não se fez de modo linear e constante: pelo contrário, esse foi um movimento cheio de revezes, desafios e dificuldades a serem enfrentados.

Os portugueses começaram a se estabelecer no continente africano, de maneira estável, a partir de 1415. Esse ano marcou a conquista da cidade islâmica de Ceuta – no lado africano do Estreito de Gibraltar – e o início de um processo de expansão territorial diretamente ligado às navegações em oceano aberto. Após conquistar Ceuta, os portugueses iniciaram, em 1434, a colonização da Ilha da Madeira e, em 1439, das ilhas dos Açores. A iniciativa mais importante, porém, foi a colonização da ilha de Cabo Verde, em 1456, e de São Tomé e Príncipe, em 1470, pois, nessas ilhas, culturas tradicionais de subsistência seriam logo substituídas pelo plantio de cana-de-açúcar e pela fabricação e distribuição comercial desse produto. A experiência que os portugueses tiveram em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe seria de grande utilidade para que, posteriormente, a partir do século XVI, a produção de açúcar na colônia brasileira e o comércio de escravos se transformassem em grande negócio para a metrópole.

No século XV, os portugueses começaram a ocupar também as terras continentais africanas, criando estabelecimentos costeiros pontuais que funcionavam como bases de apoio à descoberta de um caminho marítimo para as Índias. Logo, porém, eles se transformaram em **feitorias**, que eram ao mesmo tempo fortificações militares e entrepostos comerciais. Os portugueses estabeleceram contratos e relações comerciais crescentes com as populações locais. A África foi deixando de ser apenas um caminho para transformar-se no objetivo em si.

Segundo Marian Malowist (2010), até 1500 o mundo era composto por várias regiões mais ou menos isoladas, sem um comércio que as interligasse como os latinos e os eslavos na Europa, os otomanos no Oriente Médio e a África. Entre 1500 e 1800 esse panorama sofreu uma grande mudança, com um novo sistema geoeconômico que tinha o Atlântico como ponto principal, triangulando Europa, África e América, corroborando para a dominação europeia sobre a África.

Para Malowist, o panorama do mundo entre os séculos XV e XVII é marcado

[...] por um movimento de expansão além-mar que atingiu imensos territórios situados na borda do Atlântico e, até mesmo, no Pacífico. A costa africana sofreu este movimento desde o início do século XVI, ainda que a África do Norte conhecesse uma situação diferente daquela da região situada ao sul do Saara. O Mediterrâneo foi o palco de uma violenta rivalidade que opôs Espanha, Portugal, França e África do Norte muçulmana, ao passo que a influência do Império Otomano continuava em ascensão. (MALOWIST, 2010, p. 31)

Os portugueses conseguiram estabelecer domínios importantes e estratégicos na África, principalmente em Marrocos, onde conseguiram desviar boa parte dos recursos antes destinados ao **império turco-otomano**, um dos grandes rivais dos lusos no domínio da região norte da África. Aliás, é importante ressaltar que, na virada do século XV para o XVI, os otomanos se constituíam em uma grande força no Oriente Médio e, com a conquista do Egito, fortificaram ainda mais suas bases no continente africano.

Paulatinamente, os portugueses conseguiram se estabelecer na costa africana, organizando diversas feitorias que serviam de entrepostos comerciais importantes, especialmente para o tráfico negreiro. Segundo Malowist (2010), a partir de 1481-1482, Elmina, na Costa do Ouro, tornou-se o mais importante desses entrepostos.

Assim que os portugueses escolhiam um local para as suas instalações, ele era imediatamente fortificado. Ali residia o feitor, que era um funcionário da Coroa ou alguém autorizado pelo reino a desempenhar funções administrativas. Ele deveria estabelecer relações amistosas com populações e chefes locais para conseguir deles proteção, trabalho e produtos de valor comercial. Deveria, ainda, organizar e proteger o estoque dos artigos obtidos das populações locais por meio da troca e gerenciar seu embarque nos navios que as levariam à Europa. Não se tratava, portanto, de ocupar o território africano de maneira extensiva e sólida, mas sim

de garantir uma presença mínima e pragmática, voltada puramente aos interesses comerciais dos portugueses. Também era comum, ao lado dessas feitorias "fixas" em terra, os portugueses utilizarem feitorias "móveis". Nesse caso, ancoravam barcos próximos ao litoral, e a partir deles realizavam suas transações comerciais.

A primeira feitoria portuguesa na África foi criada na ilha de Arguim, no litoral da atual Mauritânia, em 1445. O objetivo era desviar para lá o comércio feito a partir da região ocidental do Sudão em direção aos portos do Mediterrâneo, cruzando o Saara em caravanas de camelos. Em troca de cavalos, tecidos, trigo, ostras e objetos variados de cobre, latão e vidro, os portugueses obtinham marfim, ouro e escravos, além de macacos e papagaios, que podiam ser vendidos a bons preços na Europa.

A feitoria de Arguim prosperou, e o continente africano tornou-se cada vez mais atrativo para os investimentos de mercadores. Eles passaram a financiar e organizar expedições mais para o sul do continente, licenciadas pela Coroa, e que alavancaram a expansão marítima e territorial portuguesa. Em 1482, foi construída a fortaleza de São Jorge da Mina, na Guiné, que logo superaria em atividades comerciais a feitoria de Arguim. Esse montante financeiro oriundo dessa dominação também tem valor considerável:

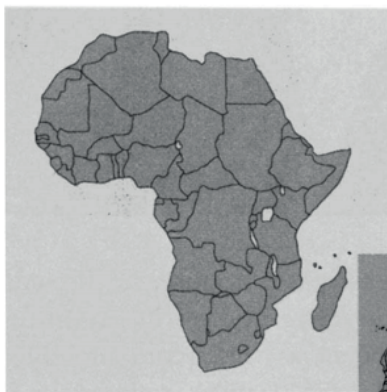
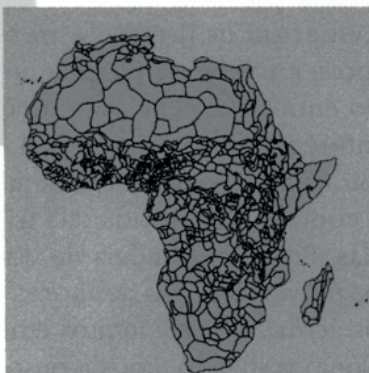
Segundo os cálculos de Lúcio de Azevedo, os ganhos da coroa, que se elevavam a cerca de 60 milhões de reais, na década de 1480, já atingiam 200 milhões sob o reinado de rei Manoel (1491-1521) e não menos de 279,5 milhões em 1534. Ao que tudo indica, esta progressão explica-se não só pelas trocas com a Índia, mas também, e, sobretudo, pelas relações econômicas com a África. (MALOWIST, 2010, p. 33)

Apesar dos grandes lucros, Portugal não conseguiu consolidar seu domínio no território africano até o século XIX, com o **neocolonialismo** já característico do domínio da Europa industrializada no mundo contemporâneo. Embora contasse com uma ampla rede de extração de ouro e escravos na África, o reino luso tinha altos gastos para manter esse comércio, tendo mantido uma presença mais intensa no litoral.

Os povos bantos às vésperas do encontro com os portugueses e as suas relações

Os portugueses que começaram a explorar o comércio de escravos na África, no século XV, identificaram os nativos pelas expressões genéricas e imprecisas de “negos da Guiné” ou “gentios da Guiné”. À medida que esse comércio se desenvolvia e seus exploradores conheciam melhor a diversidade humana e cultural dos povos africanos, passaram a agrupá-los em nações intituladas minas, angolas, moçambiques, jejes, cassagues, cabindas e benguelas, entre outros.

Exemplificando

Figura 2.4 | Mapa da divisão política e étnica africana

Fonte: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2005/2005_amarela.pdf>, p. 4. Acesso em: 13 dez. 2017.

O mapa político atual do continente é marcado pela divisão neocolonial europeia das terras africanas – atente, por exemplo, para as linhas retas das fronteiras, que foram desenhadas com réguas, pelas potências capitalistas na Conferência de Berlim de 1884. Por outro lado, à direita temos as características étnicas, com todos os diferentes povos que habitam o continente. Perceba como a África é um continente diverso, apesar da histórica visão homogeneizada/colonialista sobre sua população.

É muito difícil agrupar a grande diversidade de povos subsaarianos que habitavam o continente na época em que este começou a ser explorado comercialmente pelos portugueses. Mesmo assim, é costume identificar dois ramos étnicos: o dos **sudaneses**, que eram maioria na África Ocidental, no Sudão Egípcio e na costa norte do Golfo da Guiné; e o dos **bantos**, predominantes na África equatorial e tropical, em parte do Golfo da Guiné, no Congo, em Angola e em Moçambique.

> A África Centro-Ocidental, desde o século XVI já era habitada por uma variedade de povos organizados em aldeias, confederações e reinos, com uma movimentação populacional intensificada e um tráfico intenso de escravos. Mas, esta variedade é difícil de ser reconstruída devido à ausência de fontes escritas e à constante mistura entre aqueles povos. Com o passar dos anos, eles acabaram por constituir uma unidade linguística e puderam ser organizados em uma mesma família à qual os estudiosos denominaram banto (MELLO E SOUZA, 2002, p. 139). O banto, porém, não é nenhuma língua ou povo específico, mas um macro grupo com características linguísticas e culturais semelhantes. Posteriormente, os estudiosos constataram que em quase todas as palavras existiam as letras *ntu*, com o sentido de gente, pessoa, indivíduo. (OLIVEIRA; SILVA, 2006, p. 70)

O grande fluxo migratório africano durante o colonialismo, ainda que forçado, colocou o continente africano numa estranha evidência, especialmente se pensarmos na sociedade capitalista que estava em sua fase embrionária a partir da Europa naquele momento. Para Malowist:

Vê-se, portanto, que desde o começo do século XVI e, em particular, ao longo da segunda metade desse século, a África desempenhou um papel extremamente importante, ainda que pouco invejado, de fornecedora de mão de obra e de certa quantidade de ouro para uma economia mundial em pleno desenvolvimento. (MALOWIST, 2010, p. 40)

Hoje, muitos historiadores, antropólogos e linguistas empenham-se em caracterizar os povos africanos da época da escravidão e do tráfico de acordo com suas etnias originais. Se seguirmos a divisão tradicional entre sudaneses e bantos, podemos dizer que a maioria dos africanos escravizados trazidos ao Brasil compunha-se, entre os sudaneses, de iorubás, tapas e hauçás e, entre os bantos, de angolas, bengalas, monjolos e moçambiques.

Pesquise mais

No artigo abaixo, temos Stephan Palmié, da Universidade de Chicago, "argumentando contra anacrônicas atribuições de origem feitas por acadêmicos", detalhando como "tais origens, identidades e religiões foram ativamente construídas na Nigéria, em Cuba e no Brasil durante o século vinte".

PALMIÉ, Stephan. O trabalho cultural da globalização iorubá. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100005>. Acesso em: 13 dez. 2017.

Os números são incertos, mas é bem provável que entre 1450 e 1500 cerca de 150 mil africanos tenham sido capturados ou comprados pelos portugueses – números assombrosos para as dimensões do comércio da época. Os lucros com o tráfico de africanos contribuíram para que os governos de d. João II (1481-1495) e d. Manoel I (1495-1521) tivessem condições de fazer grandes investimentos na expansão marítima portuguesa e, consequentemente, na construção do império ultramarítimo português.

Navios negreiros e a escravidão transatlântica

Para Malowist (2010), o objetivo inicial da dominação portuguesa na África foi a busca pelo ouro. Contudo, o comércio de escravos foi, aos poucos, ganhando importância maior do que a extração do metal. Tanto para abastecer de mão de obra suas colônias quanto para comercializar com outras nações, o tráfico de escravos enriqueceu e deu enormes subsídios para o império ultramarino português. A partir de 1440, a escravidão tornou-se o grande negócio dos portugueses na África. Não apenas porque o trabalho desses homens podia ser explorado até a exaustão, mas também porque, na condição de cativos, eles próprios passavam a ter valor comercial. Podiam ser vendidos e trocados e, com isso, gerar grandes lucros para seus mercadores.

A escravidão e o comércio de escravos já eram práticas comuns na África antes da chegada dos portugueses no século XV. Em muitos casos, eles eram vendidos em rotas que passavam pelo Saara, pelo Mar Vermelho e pela África Central e Oriental, em direção aos portos do Mediterrâneo, ao Egito, à Península Arábica e ao Oceano Índico. É por isso que, até hoje, a população de países do Oriente Médio, como Arábia Saudita, Omã, Iêmen, Kuwait e os Emirados Árabes Unidos, é formada por números significativos de homens e mulheres negras.

Em diversas sociedades africanas, populações escravizadas eram utilizadas como criados domésticos, concubinas e soldados. Isso ocorria tanto em regiões rurais como em centros urbanos. As principais formas de redução de africanos ao cativeiro eram a guerra e o sequestro. Não só homens adultos eram escravizados, mas também mulheres, crianças e idosos. Também havia a escravização familiar, em que uma pessoa era vendida como escrava por um pai ou uma mãe para pagar uma dívida, por exemplo, ou para amenizar uma situação de extrema pobreza.

A resistência à escravidão praticada na própria África deu origem aos mocambos ou quilombos, agrupamentos de escravos fugidos que seriam muito frequentes e conhecidos no Brasil a partir do século XVI, quando a escravidão africana passou a se desenvolver na América.

Outra profunda transformação operada pelos portugueses na escravidão africana foi transformar uma prática tradicional local em comércio internacional. Se inicialmente os portugueses recorreram à compra de grupos escravizados, em um segundo momento eles tentaram obter escravos realizando expedições militares pelas regiões mais afastadas da costa africana para saquear comunidades e escravizar seus moradores, atingindo aldeias e famílias muitas vezes completamente desarmadas.

O lucro obtido com o tráfico teve consequências imediatas para os objetivos mercantis portugueses. Foi com os recursos aplicados nas viagens portuguesas que Bartolomeu Dias pôde cruzar o Cabo das Tormentas, que Vasco da Gama conseguiu chegar às Índias e que os portugueses puderam consolidar sua presença no Oceano Índico e no Extremo Oriente. Foi também com esses recursos que Pedro Álvares Cabral iniciou o reconhecimento da América portuguesa.

Joseph Inikori (2010) destaca que alguns países que hoje são considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento foram fundamentais na formação e no desenvolvimento da civilização ocidental. Se, por um lado, este é um dos fatores fundamentais para explicar as desigualdades globais atuais, por outro, essa percepção de que algo tão abominável quanto o tráfico humano na África está nas bases do desenvolvimento econômico de nações ocidentais é algo que não costuma ser lembrado – por motivos óbvios – na reconstrução da história da Europa Moderna.

Temos na historiografia brasileira contemporânea duas grandes interpretações a respeito da formação de um Sistema Colonial luso, ambas referenciadas ao longo desta unidade. Segundo Fernando Novais, no clássico livro ***Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial***, devemos sempre buscar o entendimento da colonização do Brasil como sendo a extensão do império ultramarino português. Portanto, nessa interpretação, a nossa análise deve partir das ações de Portugal e sua lógica econômica no desenvolvimento de um capitalismo comercial. Por outro lado, autores como João Fragoso, em obras como ***A América portuguesa e os sistemas atlânticos***

na época moderna, minimizaram o protagonismo da metrópole no império português, abordando outros agentes dos dois lados do Atlântico e destacando, por exemplo, a atuação de colonos *brasílicos* no tráfico de escravos em Angola, com o objetivo de buscar outras dinâmicas internas no sistema atlântico. Nas palavras do autor, tratou-se de "ultrapassar a tese da sociedade da América lusa como um simples canavial escravista submetido aos humores de um *suposto capitalismo comercial* e de um *Estado Absolutista*". (FRAGOSO, 2012, p. 1)

Reflita

No link abaixo você terá acesso à reportagem do programa televisivo *Fantástico* exibido em novembro de 2017, sobre o caso de uma *socialite* que realizou uma série de ofensas raciais contra a filha dos atores Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank. Na reportagem, temos algumas explicações de senso comum para esse caso. Você deverá refletir, com base em perspectiva histórica mais aprofundada, sobre essa situação. Afinal, apesar de todas as críticas contra as barbaridades proferidas, por que situações como essa, de reprodução do racismo, ainda são tão comuns em nossa sociedade? Por que uma sociedade republicana que, segundo a lei, não aceita descriminação de cunho racial, ainda enfrenta desigualdades tão flagrantes a partir da cor da pele de seus cidadãos?

BRUNO Gagliasso e Giovanna Ewbank falam sobre racismo contra filha Titi. Globo Play. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6331715/>. Acesso em: 13 dez. 2017.

Pesquise mais

O link abaixo o levará para a mais fantástica coleção sobre a história da África já produzida até hoje. ***História geral da África*** foi produzida com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e reúne impressionantes oito volumes, alguns dos quais com mais de mil páginas, com textos e revisões dos principais historiadores mundiais sobre a história desse continente, desde a Pré-História até a contemporaneidade. Não há como não se encantar.

KI-ZERBO, J. **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/>. Acesso em: 13 dez. 2017.

Sem medo de errar

Para convencer seus alunos, a escola e a comunidade sobre a importância do Dia da Consciência Negra, o professor Jozimar utiliza uma argumentação baseada no seguinte elemento central: rememorar o peso da maior migração forçada da história da humanidade – o tráfico de pessoas da África para a América – como elemento constituinte do país, partindo da cultura banto, por exemplo, para demonstrar quanto os traços culturais mais enraizados em nossa sociedade possuem uma origem africana: nossa religiosidade, nosso vocabulário, nossos hábitos. Ao mesmo tempo, ao demonstrar a importância dessas populações escravizadas no passado, o professor Jozimar pode abordar as desigualdades e opressões que deram origem ao nosso país – e às desigualdades reproduzidas até os dias de hoje.

Como você, caro estudante, o professor Jozimar sabe que a escravidão e suas consequências constituem um tema ainda delicado em nossa sociedade. Afinal, por que, ainda hoje, com tantos casos de racismo divulgados cotidianamente, tantas pessoas questionam a existência de preconceito racial em nossa sociedade? Além disso, por que tantas pessoas que admitem a existência do racismo rejeitam políticas voltadas para combater esse preconceito? Se analisarmos com cuidado, perceberemos que o fato de que no Brasil ter sido necessária a criação de uma lei (a Lei nº 10639/2003) para obrigar o ensino da cultura africana e dos afrodescendentes é um exemplar da resistência em relação à abordagem desses temas por parte da sociedade. Apesar de haver um avanço com relação à valorização da cultura africana, a imposição por parte do governo de uma prática que deveria ser óbvia demonstra a predominância dos preconceitos em relação ao tema.

A criação de uma lei não resolve o problema. O reconhecimento dele já é um grande passo, mas medidas mais efetivas, principalmente aquelas ligadas à conscientização da população e valorização da matriz cultural africana, ainda são necessárias.

Faça valer a pena

1.

[...] cada um dos povos africanos tinha as suas particularidades que o distinguia dos demais. Isso fez com que, por um lado, em muitos séculos, os povos da África Centro-Ocidental convivessem lidando com a diversidade étnica, mas, ao mesmo tempo, desenvolveram tradições, religiões comuns, partilhando culturas diferenciadas. Mas, estudos mostram que no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, existiam sete nações principais: Cabinda, Congo, Mina, Angola (ou Loanda), Cassanje (ou Angola), Benguela e Moçambique. (OLIVEIRA; SILVA, 2006, p. 71)

Os povos africanos trazidos para o Brasil eram classificados, de forma rudimentar, como bantos e sudaneses. Conforme a citação, podemos perceber que:

a) A classificação em sudaneses e bantos é justificada pelo partilhamento cultural que existia entre as diferentes etnias africanas que habitavam o Brasil.
b) Os africanos mina e benguela conseguiram suplantar as demais etnias africanas, por isso fundaram os dois grupos principais, bantos e sudaneses.
c) Bantos e sudaneses vieram para o Brasil como grupos uníssonos e se dividiram aqui em diversas etnias.
d) As culturas das diversas etnias africanas que vieram ao Brasil escravizadas eram relativamente simples, por isso a classificação em dois grandes grupos.
e) Para além da classificação comum, havia várias etnias diferentes representadas na colônia, como cabinda, congo e angola.

2. "O balanço de Alencastro é que a intervenção militar brasílica em Angola e o domínio dos mercados angolanos pelos produtos originários da América portuguesa criaram uma identidade de interesses entre Brasil e Angola que se mostrou incontornável" (TEODORO, 2005, p. 189).

Com base na citação, podemos concluir que:

I- As relações entre o Brasil e o continente africano eram mais próximas do que se imagina.

II- Portugal limitava o contato entre Brasil e Angola para impedir uma união contrária à sua monarquia.
III- Alencastro conclui que o intercâmbio estabelecido entre Angola e Brasil teve consequências incontornáveis.
IV- O Brasil sempre esteve em condição colonial superior a Angola.

Estão corretas as afirmativas:
a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV.

3.

> Segundo os cálculos de Lúcio de Azevedo, os ganhos da coroa, que se elevavam a cerca de 60 milhões de reais, na década de 1480, já atingiam 200 milhões sob o reinado de rei Manoel (1491-1521) e não menos de 279,5 milhões em 1534. Ao que tudo indica, esta progressão explica-se não só pelas trocas com a Índia, mas também, e, sobretudo, pelas relações econômicas com a África. (MALOWIST, 2010, p. 33)

Com base na citação e no que foi estudado, é possível afirmar que:
a) Os lucros dos portugueses obtidos nas Índias e no Brasil sempre superaram àqueles ligados ao continente africano.
b) Os lucros obtidos pelos portugueses vinham principalmente das plantações de café localizadas ao sul de Angola.
c) A principal atividade lucrativa dos portugueses com a África era ligada ao comércio do açúcar.
d) O lucro obtido pelos portugueses tinha origem principalmente no comércio triangular.
e) Os lucros obtidos pelos portugueses tinham origem no tráfico de escravos e na extração de ouro.

Seção 2.3

A economia canavieira e as "invasões" holandesas

Diálogo aberto

A notícia de que o percentual de etanol na gasolina aumentará de 25% para 27% causou indignação nos alunos do 3º ano que estão na sala de aula do professor Jozimar. Eles questionam sobre os motivos desta medida. A justificativa oficial do governo é que os estoques de etanol no país estão muito altos e, para evitar um grande prejuízo dos produtores e queda abrupta dos preços, foi necessária tal medida. Além disso, com o preço do açúcar em baixa, as refinarias concentraram sua produção no etanol, o que explicaria os estoques abarrotados. Afinal, por que o governo se preocupa tanto em ajudar os produtores de etanol e açúcar?

O poder de grandes latifundiários e produtores de açúcar não é recente nessas terras. Durante o período colonial, especialmente nos séculos XVI e XVII, os senhores de engenho compunham uma espécie de nobreza local. A partir do trabalho de grandes contingentes de homens e mulheres escravizados, os engenhos constituíam a atividade econômica mais lucrativa da colônia, incentivada pela Coroa Portuguesa, interessada no comércio deste valioso produto na Europa.

Apesar de todas as transformações da sociedade capitalista e industrializada contemporânea, podemos observar que algumas estruturas sociais foram reafirmadas na história brasileira. Os latifúndios, o extensivo uso da terra para produção de monoculturas voltadas mais para a exportação do que para a produção e consumo interno de alimentos, a relação predatória na exploração da mão de obra no campo e o poder dos latifundiários na política nacional, nada disso é novidade para quem acompanha os acontecimentos cotidianos de nossa sociedade. Apesar do nome moderno, a agroindústria brasileira, como tem sido chamada, tem – no tamanho de suas terras, nas relações de trabalho e no poder de seus senhores

– raízes na colônia.

Pensando nisso, para além das justificativas apresentadas oficialmente pelo governo, Jozimar realiza com seus alunos uma aula sobre a produção açucareira no Brasil atual e, dando sequência ao que já abordamos aqui, trabalha com a manutenção do poder dos grandes senhores de terras no cenário político brasileiro. Ao mesmo tempo, destaca as condições de trabalho nas regiões que utilizam do corte manual da cana e a dura vida dos chamados "boias-frias".

A partir daí, o professor abordará o desenvolvimento econômico na região nordeste da colônia, a fim de apresentar a historicidade do tema trabalhado. Jozimar se recorda desta aula para, com mais um argumento de uma situação prática de sala de aula, defender a importância do ensino da história do Brasil colonial.

Não pode faltar

O açúcar, os senhores de engenho e o nordeste no século XVI

Pode parecer estranho para muitos de nossos estudantes imaginar uma época em que o açúcar, tão comum em nossos dias, tenha sido um produto tão valorizado quanto foi no século XVI. Assim como as especiarias das Índias, o lucro resultante de seu comércio era tamanho que justificaria grandes empreendimentos de reinos europeus. É preciso, portanto, tentar imaginar esse mundo pelos olhos daqueles que viveram essa época.

No caso dos europeus das grandes navegações, mais do que especiarias, era a acumulação de metais preciosos, resultante de seu comércio, o principal interesse das monarquias. Cristóvão Colombo chegou a escrever em seu diário que o ouro era capaz de curar doenças! A lógica metalista – a riqueza medida pelo acúmulo de ouro e prata – norteou o colonialismo a partir do século XV e resultou, no caso português, na busca incessante por ouro na colônia brasílica. Sem o ouro que atenderia ao metalismo dos colonizadores lusitanos, e com interesses mercantis de gerar dividendos com a colonização, os portugueses realizaram esforços pela implantação da cultura do açúcar no Brasil. Por que o açúcar? Não apenas porque o produto

era extremamente valorizado na Europa, mas também porque os portugueses já tinham experiência com este tipo de produção em outras colônias, como na Ilha da Madeira. Além disso, os canaviais facilitavam a ocupação do território, que sofria com expedições constantes de franceses, ingleses e holandeses e, por fim, o clima e o solo da região nordeste eram favoráveis para essa cultura.

Para viabilizar este empreendimento, os portugueses contaram com o financiamento de comerciantes e banqueiros holandeses, o que gerou uma rica parceria no comércio do açúcar transatlântico: Portugal produzia o açúcar na colônia e o vendia para a Holanda. Os flamengos refinavam e revendiam o produto para toda a Europa. A partir do fim do XVI, porém, com a **União Ibérica** (período em que o rei espanhol governava também Portugal), essa relação comercial seria abalada – como estudaremos mais tarde.

Para entendermos as complexas relações entre holandeses, portugueses e espanhóis no século XVI, leia o artigo *Os flamengos, os holandeses, a América – contribuições neerlandesas no novo mundo,* de Anderson Leon Almeida de Araújo. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivas-historicas/artigos/09.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Com diferentes explicações – tanto econômicas quanto religiosas – a escravidão era considerada fundamental para o sucesso da produção açucareira. No início, como já abordamos, os colonos tentaram utilizar a mão de obra dos indígenas para a lavoura e, aos poucos, ela foi substituída pela africana. Há um grande debate na historiografia sobre as causas desta substituição. Segundo Stuart Schwartz (1988, p. 70), dentre os fatores que influenciaram essa mudança, destaca-se:

Muitos negros provinham da África ocidental, de culturas em que os trabalhos com ferro, gado e outras atividades úteis para a lavoura açucareira eram praticados. Esses conhecimentos e a familiaridade com a agricultura a longo prazo tornava-os mais valiosos para os portugueses na escravidão específica da indústria do açúcar. Os africanos sem dúvida não eram mais "predispostos" ao cativeiro do que índios, portugueses, ingleses ou qualquer outro povo arrancado de sua terra natal e submetido à vontade alheia, mas as semelhanças de sua herança cultural com as tradições europeias valorizavam-nos aos olhos dos europeus.

Na mesma obra, Schwartz (1988) aponta que havia engenhos na colônia nos quais o mestre do açúcar (a figura mais importante para a produção deste produto) era negra escravizada, que já realizava este tipo de trabalho em sua terra natal. Também há relatos de escravos que vieram de regiões mineradoras da África para a mineração no Brasil, no século XVII. Portanto, podemos concluir que o índio não era menos disposto ao trabalho, ou incapaz de aprendê-lo, mas que havia um conjunto de tradições, práticas e conhecimentos que aumentaram o desejo pela mão de obra africana. Além disso, historiadores como Luis Felipe Alencastro já demonstraram que o lucro gerado pelo tráfico negreiro também serviu para justificar comercialmente a escravização de povos africanos.

Pesquise mais

No link a seguir, temos a entrevista que o historiador Luiz Felipe de Alencastro concedeu em 2011 à Revista de Pesquisa da Fapesp, intitulada *O observador do Brasil no Atlântico Sul.* Nela o historiador faz uma apresentação bastante interessante de alguns aspectos fundamentais do Brasil Colonial, especialmente das relações entre o Brasil e o continente africano. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2011/10/010-017-188.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Voltando ao aspecto mais direto da implantação da cultura do açúcar, é importante destacar as grandes fazendas monocultoras, destinadas à exportação e sustentadas pelos braços de escravos. Esta é a tríade clássica do sistema de *plantation*. Talvez em nenhum outro momento da história do Brasil tivemos tão claramente a oposição entre brancos e negros, neste caso representados pelos escravos e senhores de engenho. Os escravos trabalhavam exaustivamente nas lavouras de cana em suas demais funções dentro do engenho. Os riscos de mutilação e até mesmo de morte por conta do perigo no manuseio das moendas e o calor desumano das caldeiras são exemplos da insalubridade de seu trabalho.

A interpretação da história colonial baseada na noção de *plantation* destacou não apenas as condições do trabalho e da produção de riqueza e reprodução de desigualdades, mas também uma perspectiva do sistema colonial:

> [...] A colônia é vista como prolongamento, alargamento de metrópole (a mãe-pátria), mas é, ao mesmo tempo, a sua negação. Assim, a população da colônia na perspectiva metropolitana é equivalente à da metrópole, porém a metrópole é uma região de onde as pessoas saem (região de emigração) e a colônia é uma região para onde as pessoas vão (de imigração). Falamos de demografia na visão metropolitana porque, evidentemente, a mentalidade dos ameríndios não contemplava esse tipo de preocupação: o que, aliás, aponta a complexidade do fenômeno colonial, que envolvia um confronto de culturas. (NOVAIS, 1997, p. 20)

Nessa abordagem, muito embora seja necessário salientar que os habitantes do "Brasil" antes da chegada dos portugueses são agentes históricos importantes e fundamentais para o entendimento da nossa história, a ênfase se dá sobre a expansão do império português. Os senhores de engenho, por sua vez, constituíam aqui uma elite abastada, semelhante em certos pontos à nobreza europeia e são entendidos como parte desse sistema em expansão. Indiscutivelmente, estes compunham o topo da sociedade colonial, viviam nas conhecidas "casas grandes" com o conforto que era possível à época. Eles eram donos das terras, dos escravos dos quais

retiravam seus lucros e de uma posição de proeminência nesta sociedade.

Contudo, havia escravos, segundo Fausto (1995), que conseguiam subir de cargo na hierarquia colonial, chegando a ser até mesmo mestres do açúcar, cargo geralmente atribuído a profissionais liberais, que cuidavam do processo final do branqueamento e do controle da qualidade do produto. Nesse sentido, é importante que sejamos capazes de problematizar interpretações que utilizem o conceito de *plantation* de modo esquemático.

Quando estudamos nos bancos escolares, podemos erroneamente criar uma falsa imagem de que havia apenas uma simples divisão social: negros e indígenas escravizados de um lado e brancos membros da elite de outro. Contudo, as condições eram bem mais complexas:

> A diferença principal entre sociedades de escravos é o destino dos filhos dos mestiços. Nos EUA colonial, os filhos dos mestiços, a menos que fossem suficientemente claros para passar por brancos, eram relegados à categoria de não branco. O resultado foi o sistema bipolar americano de relações de raça, que reconhecia apenas as categorias de negro e branco. [...] O Brasil, como a maior parte da América Latina, desenvolveu uma terceira categoria, o mulato ou mestiço (mais ou menos equivalente a mestizo em espanhol). (SKIDMORE, 1998, p. 42)

Costumeiramente, quando trabalhamos com o Brasil colonial, ressaltamos a força econômica dos engenhos de açúcar, da mineração e da escravidão. Não que estes atores não sejam importantíssimos para entender o período colonial, mas há algumas ressalvas na historiografia que nos ajudam a entender melhor este período:

> A afirmativa de que a *plantation* foi a forma básica da colonização portuguesa no Brasil se tornou clássica a partir dos trabalhos de Caio Prado Junior. Em anos mais recentes, ela vem sendo criticada por historiadores como Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ciro Flamarion Cardoso. Teixeira

> considera que o projeto "plantacionista" era assumido pela classe dominante colonial, mas a Coroa sempre se preocupou em diversificar a produção e garantir o plantio de gêneros alimentícios para consumo na própria Colônia. Cardoso assinala que a obsessão com o conceito de *plantation* fez com que se deixassem de lado alguns fatos importantes da complexa realidade econômico-social brasileira. Assim, não se deu o necessário relevo às áreas geográficas periféricas e houve uma excessiva redução da estrutura social a senhores, em um pólo, e escravos, em outro, esquecendo-se a importância dos brancos e ignorando-se a existência de um campesinato, ou seja, de pequenos proprietários, na sociedade rural. (FAUSTO, 1995, p. 58)

A partir das considerações feitas por Bóris Fausto (1995), devemos considerar que o *plantation* e a atividade açucareira são restritas a uma parte da colônia, a região nordeste. E mesmo nessa região, havia outras atividades econômicas importantes, como a pecuária. **Apesar da preponderância do açúcar como principal produto de exportação da colônia, ele não era o único, e o esquema social baseado no cotidiano dos engenhos não pode ser encaixado em toda a colônia.**

Com essas ressalvas em mente, é claro que devemos compreender todos os aspectos da nossa colonização, e a empresa açucareira foi o principal núcleo social e econômico colonial até o fim do século XVII. Alguns números nos ajudam a comprovar este fato. A sede do governo-geral colonial e cidade mais importante até 1763 foi Salvador. Segundo Fausto (1995), a população da cidade era de 14 mil habitantes ainda em 1585 e chegou a 40 mil em 1750, sendo que metade dela era composta de escravos. O autor afirma que:

> Fatores climáticos, geográficos, políticos e econômicos explicam essa localização. As duas capitanias combinavam, na região costeira, boa qualidade de solos e um adequado regime de chuvas. Estavam mais próximas dos centros importadores europeus e contavam com relativa facilidade de escoamento da produção, na medida em que Salvador e Recife se tornaram portos importantes. (FAUSTO, 1995, p. 78)

A organização e instalação dos engenhos de açúcar demandavam grandes recursos e, por isso, os portugueses buscaram parcerias que dessem conta de prover este financiamento. Já citamos a parceria realizada com os holandeses, mas outros grupos também se interessaram no rico comércio açucareiro:

No século XVI, pelo menos parte desses créditos provinha de investidores estrangeiros, flamengos e italianos, ou da própria metrópole. Posteriormente, no século XVII, essas fontes parecem ter se tornado pouco significativas. Pelo menos na Bahia, as duas principais fontes de crédito vieram a ser as instituições religiosas e beneficentes, em primeiro lugar, e os comerciantes. Antes de 1808 não existiam bancos no Brasil. Instituições como a Misericórdia, a Ordem Terceira de São Francisco, o Convento de Santa Clara do Desterro, além de suas funções específicas, cumpriam o papel de financiar a atividade produtiva através de empréstimos a juros. (FAUSTO, 1995, p. 79)

É interessante perceber na citação que ordens religiosas participaram tão ativamente da economia colonial. Se ainda hoje a Igreja é uma instituição poderosa, no mundo ibérico e atlântico dos séculos XVI e XVII seus poderes políticos e recursos econômicos eram notórios. Portanto, quando analisamos este contexto, não é tão surpreendente imaginar que a Igreja utilizava seus recursos de variadas formas. Além disso, é importante considerar essa informação na tentativa de reconstituir um passado mais complexo do que a simples oposição entre senhores de engenho e negros escravizados.

No link a seguir, temos algumas aulas da TV Univesp disponibilizadas no YouTube. A selecionada é a do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta. Nessa aula, ele faz uma análise muito pertinente sobre o tema desta seção, sobre a economia e a sociedade do açúcar. Disponível em: <https://youtu.be/fCsnPnxLm9Y>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Outro ponto importante a ser repensado é a noção de uma história colonial em ciclos estanques. Na colônia, após a descoberta de ouro e da diversificação das atividades, como a produção de fumo, extração de madeira e pecuária, criou-se, em uma interpretação reducionista, a falsa impressão de que o "ciclo" do açúcar havia terminado:

> **No século XVI o açúcar tornou-se o principal produto de exportação brasileiro e não perdeu essa posição predominante até meados do século XIX. Mesmo durante a corrida do ouro, no século XVIII, quando o Brasil abarrotou os cofres da Europa com esse metal e, como observou Adam Smith, ajudou a impulsionar a Revolução Industrial, o valor das exportações brasileiras de açúcar sempre excedeu o de qualquer outro artigo. Entretanto a impressão muitas vezes transmitida pela historiografia da economia brasileira é que o açúcar viveu seu apogeu nos primórdios do século XVII e então mergulhou em um longo período de estagnação ou declínio, tornando-se nesse processo praticamente moribundo. (SCHWARTZ, 1988, p. 144)**

Segundo Fausto (1995), a interpretação correta desse período da nossa economia deve ser o da conjuntura. O ciclo nos dá a ideia de começo, meio e fim, mas não foi bem isso que ocorreu. Temos um maior destaque para esta ou aquela produção, mas não o encerramento de uma atividade para o início da outra. Trataremos mais especificamente nessa seção das conjunturas do açúcar, já discutido, e da mineração, mas não podemos nos esquecer da importância dos vários produtos e suas relações com a economia da colônia. Além disso, a ideia de uma história brasileira estruturada em "ciclos econômicos" gerou leituras que, por vezes, desconsideraram as realidades locais: o foco dessa narrativa está no nordeste nos séculos XVI e XVIII, em Minas no XVIII e no Rio de Janeiro e São Paulo no XIX, como se a cada século apenas uma região do território português na América materializasse a "realidade" da colônia.

Você já questionou de que modo o ensino de história, a patrimonialização e os museus colaboram para a construção da noção de uma história de "ciclos econômicos"? Qual período e aspecto da história são valorizados em cidades como Salvador e Ouro Preto? E no Rio de Janeiro? A simultaneidade dos processos costuma ser considerada nessa abordagem?

A União Ibérica e a disputa com os holandeses

A história das invasões holandesas no Brasil está diretamente ligada ao período da **União Ibérica**, por conta dos laços consanguíneos da realeza europeia e depois de uma crise na sucessão do trono lusitano, que encerrou a dinastia de Avis em 1580, em que Portugal aderiu a uma união de 60 anos com a Espanha.

Pesquise mais

D. Sebastião, rei de Portugal, foi morto em batalha no norte da África em 1578. Sem deixar herdeiros, o Infante, como foi chamado, gerou a crise sucessória mencionada. A tese a seguir apresenta uma análise bastante interessante sobre as permanências do *sebastianismo*, nome dado à crença daqueles que aguardavam o seu retorno e a recondução de Portugal a um período de glórias. Disponível em: <https://goo.gl/QMuFhU>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Nessa época, o comércio do açúcar já havia se estabelecido como uma atividade organizada e extremamente lucrativa. Os portugueses, conforme já citamos, possuíam diversas parcerias com os holandeses no negócio do açúcar, mas o relacionamento entre espanhóis e holandeses não era amigável. Havia, em 1580, um conflito entre o Império Espanhol – governado pela família Habsburgo – e a região dos Países Baixos, disputada pela mesma família do trono ibérico. Após um breve período de trégua, e enfrentando o domínio da Coroa espanhola na região açucareira, os holandeses organizam seus ataques.

A primeira tentativa de invasão feita pelos holandeses ocorreu na Bahia, entre 1624 a 1625. Os invasores conseguiram dominar a cidade com certa facilidade. Segundo Fausto (1995), eles levaram apenas um dia para estabelecer seu domínio, mas contaram com uma forte resistência dos habitantes locais, que organizaram contra-ataques que acabaram por expulsar os estrangeiros em aproximadamente um ano. Já a segunda tentativa, a partir de 1630, em Pernambuco, foi melhor sucedida e deu origem ao estabelecimento holandês na região do atual nordeste.

Fausto (1995) ressalta que podemos dividir a ocupação dos flamengos em três fases: a primeira, entre 1630 a 1637, foi bem conflituosa e resultou na vitória e no estabelecimento dos holandeses na região açucareira. A segunda, entre 1637 a 1644, é de relativa paz e com grandes avanços administrativos, por conta da chegada do conde Maurício de Nassau ao Brasil. Ele conseguiu reorganizar a produção açucareira, incentivou a produção de alimentos variados, permitiu a liberdade religiosa e trouxe a famosa missão artística europeia.

Nassau favoreceu a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco. Entre os artistas encontrava-se Frans Post, pintor das primeiras paisagens e cenas da vida brasileira. O príncipe teve ainda seu nome ligado aos melhoramentos feitos no Recife, elevado pelos holandeses à categoria de capital da capitania, no lugar de Olinda. Construiu ao lado do velho Recife a Cidade Maurícia, com traçado geométrico e canais – uma tentativa de réplica tropical da distante Amsterdam. Por causa de desavenças com a Companhia das Índias Ocidentais, Nassau regressou à Europa em 1644. (FAUSTO, 1995, p. 87)

Exemplificando

Figura 2.5 | Albert Eckhout e a representação dos indígenas

FONTE: Mulher tapuia, 1641. Disponível em: <https://goo.gl/wruaui>. Acesso em: 8 jan. 2018.

Albert Eckhout (1610 – 1665) é o nome mais conhecido entre os artistas do "Brasil holandês". Por um lado, suas obras reafirmam alguns dos elementos típicos da visão europeia sobre os nativos americanos, como a referência constante à antropofagia – repare nos restos mortais carregados pela personagem da pintura. Entretanto, por outro lado, sua pintura também introduz elementos de um rico detalhismo na descrição da natureza local e da presença colonizadora - como a flora nativa e o cão (introduzido pelo europeu nas Américas) na imagem acima demonstram. Sua obra, como a de todo artista, compõe, portanto, um duplo relato: permite pensar sobre os personagens retratados e, sobretudo, sobre a mentalidade do artista que os produziu.

Nassau entrou para a posteridade como um grande administrador, deixando diversos legados para a região durante sua passagem. Na citação a seguir, veremos como ele conseguiu reorganizar a produção açucareira no nordeste, mesmo com períodos tão conturbados. Segundo Evaldo Cabral de Mello (2009), dos 24 anos de invasão holandesa, entre 1630 a 1654, 16 anos foram de guerra, o que demonstra as dificuldades de organizar qualquer tipo de produção naquele momento.

> Os anos de guerra haviam gravemente comprometido seu funcionamento. Quase a metade dos engenhos havia sido abandonada pelos seus proprietários luso-brasileiros ao emigrarem para a Bahia na esteira do exército de resistência. E, o que era mais grave, muitos engenhos haviam tido suas instalações desmontadas, roubadas ou simplesmente danificadas. Sua escravaria fora dispersada ou aproveitara-se da confusão para fugir e engrossar os quilombos. A liberdade de comércio veio providencialmente permitir a reativação do parque açucareiro. Em 1637 e 1638, os engenhos abandonados foram confiscados pela Companhia e revendidos a prazo a comerciantes holandeses e judeus, a burocratas e oficiais do exército e a moradores lusobrasileiros. Os agentes e correspondentes do comércio dos Países Baixos estenderam créditos abundantes e a largo prazo aos novos proprietários, para que reconstruíssem suas fábricas, comprassem negros, fundassem safras. (MELLO, 2009, p. 166)

É exatamente com a saída de Nassau que temos o início da terceira fase das invasões holandesas, entre 1644 a 1654, com a reconquista portuguesa. O novo responsável pela administração mudou radicalmente a política exercida, especialmente com relação à cobrança de financiamentos concedidos aos senhores de engenho para fomentar suas produções. Além disso, a União Ibérica já se encerrara e o novo rei português, D. João IV, promoveu a guerra para retomada da região açucareira como uma prioridade. O bom relacionamento entre portugueses e holandeses havia ficado no passado.

No texto a seguir, de Evaldo Cabral de Melo, um dos grandes estudiosos do período colonial, temos um debate interessante sobre a participação holandesa na comercialização do açúcar brasileiro. Leia o texto e aproveite a polêmica. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_4_2.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Reflita

Sempre que trabalhamos com este tema, uma dúvida surge na mente dos nossos alunos: se a invasão holandesa tivesse conseguido dominar toda a colônia e permanecer por mais tempo, teríamos um panorama diferente do nosso país? A seguir temos a reflexão de Bóris Fausto (1995, p. 89):

> **Não há resposta segura para essa questão, pois ela envolve uma conjectura, uma possibilidade que não se tornou real. Quando se compara o governo de Nassau com a rudeza lusa e a natureza muitas vezes predatória de sua colonização, a resposta parece ser positiva. Mas convém lembrar que Nassau representava apenas uma tendência e a Companhia das Índias Ocidentais outra, mais próxima do estilo do empreendimento colonial português.**

Após a expulsão das terras lusitanas, os holandeses se dedicaram à produção açucareira nas Antilhas, com muito sucesso. Mais eficiente e de melhor qualidade, o açúcar antilhano roubou mercados dos portugueses. A produção açucareira e o reino lusitano passaram, então, a enfrentar uma crise econômica por conta dessa concorrência, que só se encerraria com a tão esperada descoberta de ouro no Brasil, no final do século XVII, como trataremos mais adiante.

Nesta seção, abordamos a sociedade colonial açucareira e as invasões holandesas na região nordeste da América Portuguesa. Percebemos como estava organizada a produção e distribuição do açúcar e relacionamos os aspectos políticos, econômicos e sociais desta importante atividade econômica do Brasil Colonial. Também estudamos sobre as invasões holandesas, entendendo seus motivos, contexto histórico e desfecho.

Sem medo de errar

Depois de apresentar os argumentos que estudamos nesta seção, o professor Jozimar conseguiu demonstrar aos seus alunos a importância da produção de cana-de-açúcar ao longo da história do Brasil. Mais do que isso, fez com que seus educandos refletissem sobre a historicidade desta atividade econômica, que estava ligada à elite colonial e que ainda hoje, em plena república, ainda tem grande importância e influência nos meios do poder, haja vista a participação política da chamada "bancada ruralista" no Congresso Nacional. Tentando não incorrer em argumentos simplistas, ele tentou mostrar a relação entre poder político e econômico dos grandes senhores de terras nas raízes do Estado brasileiro, destacando a influência dos latifundiários, senhores de engenho, que se tornaram também centrais na elite colonial e imperial.

Para aumentar a inquietação e reflexão de seus estudantes, o professor traz inúmeras notícias sobre o trabalho escravo em grandes lavouras no Brasil de hoje e produz uma genealogia dessa prática. Ao mesmo tempo, expõe a ausência de punições mais severas contra os grandes senhores de terras da contemporaneidade. Apresenta, ainda, as relações de interesse entre os governos recentes e essa classe. Há um protecionismo voltado para grandes empresas e grandes produtores rurais, com a justificativa de que essas atividades são primordiais para o desenvolvimento econômico da nação. Será que o objetivo é somente esse?

É importante que os estudantes desenvolvam seu próprio olhar e opinião sobre as questões atuais, mas o professor Jozimar se empenhou aqui para demonstrar que o entendimento profundo dos temas – da produção do açúcar, da posse da terra e da relação entre poder político e econômico – depende da capacidade de historicizar e contextualizar as desigualdades do passado.

Faça valer a pena

1. "A chegada de Maurício de Nassau em 1637 foi decisiva para a delimitação dos rumos da colonização holandesa em território brasileiro. O conde é considerado um dos homens mais cultos e liberais a terem visitado o Brasil na época, mantendo correspondência em alguns dos pensadores mais importantes do século XVII, como o filósofo René Descartes" (UZUN, 2014, p. 11).

Com relação à administração de Nassau, analise as afirmativas a seguir:

I- Nassau promoveu uma grande revolução da cidade do Recife, sendo constantemente ligado à insurreição pernambucana, por conta das suas ideias liberais.
II- Nassau conseguiu acalmar os ânimos acirrados entre os grandes donos de engenho e a nova administração holandesa. Para alcançar sucesso, concedeu empréstimos e reorganizou a produção do açúcar.
III- A administração de Nassau pareceu muito positiva num primeiro momento, mas depois apareceram inúmeros problemas ligados à corrupção do governo e o ressentimento com relação aos moradores de Olinda, cidade que foi menosprezada pela administração flamenga.
IV- Nassau buscou criar um centro urbano no Recife, instalando um plano urbanístico, com o calçamento das ruas, construção de pontes e a revitalização do centro da cidade.

Estão corretas as afirmativas:
a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e IV.
e) II e IV.

2. "Até o século XV, o açúcar era ainda uma especiaria, utilizada como remédio ou condimento. Em livros de receitas do século XVI, conseguimos perceber que ela começava a ganhar lugar no consumo da aristocracia, logo se tornando um bem de consumo de massa. Assim, seu mercado era garantido na Europa e a Coroa portuguesa estimulava na nova colônia a produção de uma mercadoria que se adequasse à economia mundial daquele período (MENDES, 2017, p. 77).

Com relação à empresa colonial açucareira no Brasil, analise as frases a seguir:
I- O plantio da cana-de-açúcar não era desconhecido pelos portugueses. Desde os tempos da conquista dos mouros, ela já vinha sendo cultivada. Na

Ilha da Madeira, por exemplo, havia a produção de açúcar com a utilização de mão de obra escrava.
II- A expansão açucareira portuguesa começou no nordeste brasileiro, depois se espalhou na Madeira e nas Canárias, ilhas do Atlântico que já faziam parte dos domínios portugueses.
III- Por engenho, podemos entender as plantações de cana, o equipamento para processá-la, as construções, os escravos e outros itens como gado, pastagens, carros de transporte, além da casa-grande. Portanto, o engenho não era somente uma fábrica, mas uma unidade produtiva complexa.
IV- Até meados do século XVII os portugueses só tinham realizado atividades extrativistas no Brasil. A colonização efetiva, com a organização da produção açucareira só tem início no fim do século XVII.

Estão corretas as afirmativas:
a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV.

3. "Grande parte dos historiadores entende que o avanço dos engenhos de açúcar se deu até meados do século XVII. Evaldo Cabral de Mello (2007) afirma que, entre os anos de 1570 a 1583, o número de engenhos na região do atual nordeste quase triplicou, mas que, de 1583 a 1608, esse número subiu de 66 para apenas 78. Com a introdução da moenda de ''palitos'', esse total quase duplicou, de 78 a 149 em 1630, dos quais 121 em Pernambuco e os restantes em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande" (MELLO, 2007, p. 76 apud MENDES, 2017, p. 81).

Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre a economia açucareira, analise as afirmativas a seguir sobre os motivos da crise deste modelo econômico:

(   ) A invasões espanholas na costa do nordeste durante a União Ibérica também contribuíram para a desestruturação da economia açucareira.
(   ) As revoltas indígenas na região, principalmente a dos Tupis, em 1687, foram fatores determinantes para desestabilizar a frágil estrutura açucareira do nordeste brasileiro.
(   ) A retração dos investimentos holandeses e o endividamento dos senhores com a compra de escravos africanos foi um dos motivos da crise.
(   ) Os piratas e corsários também ajudaram a intensificar a crise. Calculava-se em Lisboa que entre 1624 e 1626 foram perdidos mais de 120 navios.

A ordem correta que classifica as frases com V para verdadeiras e F para falsas está na alternativa:

a) V-F-V-F.
b) F-V-F-V.
c) F-V-V-F.
d) V-F-F-V.
e) F-F-V-V.

Referências

ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos; ZAMARIANO, Márcia. Estudo toponímico do Caminho do Peabiru: contribuição ao resgate da história do Paraná. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 10, n. 2, p. 141-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/449>. Acesso em: 28 nov. 2017.

ANTONIL, André João (João Antonio Andreoni). **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Cia Editorial Nacional, [s.d.].

BENDER, Gerald J. **Angola sob o domínio português**: mito e realidade. Tradução: Artur Morão. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

BEZERRA, Mirthiany. **Tradição familiar da política brasileira, que remonta à colonização, deve manter-se na eleição de 2014**. 11 nov. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/11/familias-dominam-politica-brasileira-desde-a-colonizacao.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017,

BRAUDEL, Fernan. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Duplicados clamores: queixas e rebeliões na Amazônia Colonial (século XVII). **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 159-178, dez. 2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2289/1383>. Acesso em: 1º dez. 2014.

CINTRA, Jorge Pimentel. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 23, n. 2, jul.-dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000200011>. Acesso em: 4 dez. 2017.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo**: verso e reverso. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. Bandeiras e entradas. **Revista de História**, São Paulo, v. 1, n. 2, 1950. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ revhistoria/article/view/34832>. Acesso em: 10 nov. 2014

ELMALAN, Serge. Villegagnon ou a utopia tropical. **História**, Franca, v. 27, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000100013>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

________. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 106-145, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/07.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2012.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa, Presença, 1981-1983.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul. In: ________; CAMPOS, Pedro Moacyr (Orgs.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I. A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial. 6. ed. São Paulo: Difel, 1981.

IBGE. Território brasileiro e povoamento. **Brasil 500 anos**. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/judeus/cristaos-novos-no-brasil-colonia.html>. Acesso em: 28 dez. 2017.

INIKORI, Joseph. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História geral da África**: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010. (Coleção História Geral da África). v. 5.

MALOWIST, Marian. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História geral da África**: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010. (Coleção História Geral da África). v. 5.

MATTOS, Enlinson; INNOCENTINNI, Thais; BENELLI, Yuri. Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 42, n. 3, dez. 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. Imagens do Brasil holandês 1630-1654. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 160-171, jun. 2009. ISSN 2178-0447. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/3068/3757>. Acesso em: 7 dez. 2017.

MENDES, Caroline Garcia. **História do Brasil colonial**. Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2001.

NOVA ESCOLA. **Mudou a imagem**. 1º out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2430/mudou-a-imagem>. Acesso em: 13 dez. 2017.

NOVAIS, Fernando. **Condições da privacidade na colônia**. História da vida privada no Brasil: cotidiano e a vida privada na América portuguesa. São Paulo,

Cia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Elisângela Magela; SILVA, Floriana Rosa da. O macrogrupo banto: etnia e escravidão, um pouco de cultura africana. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 18, p. 69-72, jun. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15418/8716>. Acesso em: 4 dez. 2017.

PALMIÉ, Stephan. O trabalho cultural da globalização iorubá. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100005>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. **Os engenhos baianos e seu mundo**. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 77-208.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Conquista e colonização da América portuguesa. O Brasil colônia – 1500/1750. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar 'uma quinta parte da atual população agrícola'". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n70/1806-9347-rbh-2015v35n70014.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, Almir Antonio de. O Brasil Império, a Lei de Terras, seu regulamento e os índios do planalto meridional (1850-1870). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal, Simpósios Temáticos. **Anpuh**. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371309027_ARQUIVO_ANPUH2013.OBRASILIMPERIO,Aleideterras,seuregulamentoeosindiosdoplanaltomeridional.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

TEODORO, Rodrigo da Silva. O trato dos viventes de Luiz Felipe de Alencastro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1 (24), p. 187-192, jan.-jun. 2005, p. 189.

UZUN, Júlia Rany Campos. **História do Brasil colonial**: a presença estrangeira na Colônia e o Brasil holandês. Caderno de Atividades. Anhanguera Publicações: Valinhos, 2014.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

A escravidão, a mineração e a sociedade colonial

Convite ao estudo

Ao longo desta unidade você terá a oportunidade de conhecer bases que moldaram nossa sociedade, fortemente alicerçada na escravidão e no colonialismo que predominou na América Portuguesa. Ter acesso a este passado é imprescindível a nós, cidadãos brasileiros do século XXI, justamente para que possamos ter a oportunidade de desconstruir muitos preconceitos criados ao longo de décadas e que precisam ser abandonados na atualidade.

Assim, na primeira seção, serão abordadas questões relativas às práticas escravocratas que foram disseminadas por todo o território hoje chamado de Brasil, e como este processo, que por aqui se desenvolveu, guarda particularidades em relação a outros sistemas escravocratas, inclusive com o próprio sistema que predominou na América Hispânica, por exemplo. Ter a possibilidade de conhecer e refletir sobre este passado permite desconstruir estereótipos que foram instituídos com o passar do tempo. Agindo dessa forma, criamos a oportunidade de abordar muitas atitudes de resistência por parte dos cativos (a formação de quilombos e mocambos é um belo exemplo), desfazer a ideia de uma suposta passividade escrava que, durante muito tempo, predominou em certos debates sobre o tema.

Já na segunda seção, vamos entender o processo de exploração de pedras e metais preciosos que ocorreu em nosso território, principalmente com a descoberta destes na região batizada, por este motivo, como *Minas Gerais*. Após décadas de exploração territorial ligada à prática do cultivo da cana de açúcar, primeira atividade economicamente organizada

realizada em solo colonial português na América, a riqueza advinda do garimpo passa a atender aos preceitos ligados ao conjunto de práticas econômicas nomeadas posteriormente como *mercantilismo*.

Finalizando, é muito importante disponibilizar um espaço para refletir as relações sociais que se desenvolveram em nosso território. Se queremos compreender melhor o Brasil do presente, olhar para o nosso passado é fundamental. Desse modo, a relação que por aqui se desenvolveu entre os vários atores sociais criou o amálgama necessário para se fundar um novo país, rico em seus diversos aspectos culturais, herança direta deste período.

Seção 3.1

Escravidão negra e resistência na América Portuguesa

Diálogo aberto

A escravidão e o colonialismo são duas das bases sobre as quais se construiu o país que conhecemos hoje. Por mais de trezentos anos, a América Portuguesa, como era conhecido o território onde hoje está localizado a República Federativa do Brasil, foi uma colônia de uma importante metrópole europeia do período das Grandes Navegações. A escravidão foi o elemento base da economia colonial e, por aqui, este modo de exploração perdurou por quase quatrocentos anos, fazendo do Brasil o último país a abolir definitivamente a escravidão de seu território.

Passados anos do fim derradeiro, tanto do colonialismo quanto da escravidão, podemos constatar que muitas noções do período colonial ainda alimentam, de alguma forma, o imaginário coletivo do brasileiro, e só nas últimas décadas estamos tendo a oportunidade de nos aprofundar em temas negligenciados por uma historiografia positivista, que valorizou os grandes feitos e acontecimentos de nossa história, relegando ao esquecimento temas tão importantes e dolorosos de serem debatidos.

Com tais informações em mente, imagine que você, como professor de História do terceiro ano do Ensino Médio, resolveu trabalhar junto aos seus alunos justamente o seguinte tema: por que é importante para o desenvolvimento de nosso país debater políticas de ações afirmativas, como as cotas, por exemplo?

Para que os alunos realizem esta atividade, primeiramente você vai apresentar o tema e diagnosticar quais são os estudantes que defendem esta política e quais são aqueles que discordam de sua implementação. Na sequência, é necessário dividir a turma em duas, a partir das posições ideológicas. E, por último, eles devem buscar na internet informações referentes a este tema, sendo que cada grupo vai buscar por reportagens, vídeos, artigos, dentre outros, alinhados entre a defesa e a contestação das políticas de ações afirmativas.

Após este levantamento, na aula seguinte você organizará um debate em torno deste tema, procurando fazer com que os alunos tenham como base de reflexão o seguinte pressuposto: as políticas de ações afirmativas, dentro de um contexto histórico. O propósito é justamente levar os estudantes a refletir sobre a importância desta política recente, que visa justamente amparar grupos sociais brasileiros que nunca foram beneficiados com leis efetivas de combate às desigualdades.

Não pode faltar

Caro estudante, apesar de recorrentes na vida escolar, os temas aqui estudados nem sempre são pensados com rigor conceitual ou debate historiográfico, reproduzindo antigos clichês de uma história nacional. Vamos, então, melhor fundamentar nosso debate sobre o colonialismo e a escravidão?

O ***colonialismo*** pode ser compreendido como a prática de dominação empreendida por reinos europeus aos povos nativos da América. Portugal e, posteriormente, Espanha, após as lutas de reconquista empreendidas contra os mouros, foram os primeiros reinos a se empenharem na dominação e conquista deste “novo” território. Aos poucos, foram seguidos por outros reinos como França, Holanda e Inglaterra, todos ávidos por explorar os territórios encontrados pelos navegantes do XVI.

O intelectual búlgaro Tzvetan Todorov (1939-2017), no livro *A conquista da América – a questão do outro*, nos apresenta o seguinte panorama:

Sem entrar em detalhes, e para dar somente uma ideia global (apesar de não nos sentirmos totalmente no direito de arredondar os números em se tratando de vidas humanas), lembraremos que em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 habitam as Américas. Em meados do século XVI, desses 80 milhões, restam 10. [...] Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, parece-me, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% e mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a esta hecatombe (TODOROV, 1982, p. 74).

Enfim, o colonialismo se impôs na América afetando profundamente a realidade presente neste território. Este modelo de controle sobre um determinado território foi estudado e reforçado em algumas das interpretações sobre o período colonial. *Em Formação do Brasil Contemporâneo* (1942-2006), por exemplo, o importante intelectual brasileiro Caio Prado Júnior (1907-1990) afirmava que a colônia assumiu um único papel no sistema colonial: fornecedora de matérias primas a sua metrópole, garantindo, em medidas como o Pacto Colonial, o monopólio sobre tudo o que acontecia nas terras conquistadas. Essa tese se tornou clássica, ecoando na obra de grandes historiadores atuais como Fernando Novais e Laura de Mello e Souza e é, até os dias de hoje, reproduzida em muitos materiais didáticos.

Outros trabalhos procuraram testar e até mesmo contrapor as perspectivas apresentadas por Prado Júnior. É o caso da pesquisa realizada pelo historiador José Roberto do Amaral Lapa, originalmente apresentada como tese de doutorado, e posteriormente publicada no livro *A Bahia e a Carreira da Índia* (1968). Lapa destaca a importância do porto presente na cidade de Salvador, na Bahia, que funcionou, a partir do século XVI, como um importante ponto de parada de embarcações com destino ao Oriente. Neste contexto, a população de Salvador e os tripulantes desses navios, de forma ilegal e clandestina, acabaram realizando a negociação de alguns produtos, movimentando a cidade e demonstrando que a América Portuguesa não esteve nem tão isolada de outros mercados, e nem totalmente ligada e subjugada pela sua metrópole, Portugal.

Temos também as reflexões estruturadas pelo também historiador João Luís Ribeiro Fragoso na obra *Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830* (1998). Baseando-se em uma vasta análise documental, Fragoso reforça a importância da crescente economia interna colonial, tendo a cidade do Rio de Janeiro do final do século XVIII e início do século XIX como referência. Neste recorte histórico, destaca a atuação dos chamados *homens de grosso trato*, comerciantes envolvidos tanto no comércio interno quanto externo e que conseguiram fazer com que o mercado interno neste período, principalmente ligados aos gêneros de subsistência, ultrapassasse o lucro obtido com a comercialização de produtos para o exterior. Este e tantos outros exemplos destacados por Fragoso em seu livro reafirmam "a relativa

autonomia da economia colonial, em seu processo de reprodução, frente à Metrópole" (FRAGOSO, 1998, p. 22).

É importante ter em mente que o processo de colonização territorial empreendido pelos europeus no continente americano só obteve o sucesso esperado graças a intensa prática da escravidão. Alinhados com as políticas mercantilistas, os portugueses souberam muito bem explorar em proveito próprio os dois sistemas citados.

E, em meio a este debate historiográfico acerca do *modus operandi* colonial português na América, a escravidão deve ser compreendida como a principal base de sustentação econômica da política colonialista. Nesta lógica exploratória, a escravidão se fez presente desde os primeiros contatos com as diversas comunidades indígenas. Mas com o passar do tempo, povos oriundos do continente africano também foram incorporados a esta lógica de trabalho.

Seja com o plantio de cana de açúcar e o consequente trabalho desumano realizado no interior dos engenhos, na exploração de metais e pedras preciosas descobertos na região do Rio das Velhas

[...] toda uma mentalidade senhorial e escravista se forjara durante os séculos de economia colonial. [...] (Assim), o recurso ao trabalho livre não parecia necessário quando o escravo provara até então sua eficácia. Nenhum motivo parecia existir para que se rompesse essa tradição (COSTA, 1998, p. 70).

E, nesta lógica, o escravo

[...] ia para onde seu senhor quisesse, ocupava-se das atividades que lhe fossem atribuídas, morava onde o senhor mandasse, comia o que ele lhe desse, e o que era mais importante: oferecia uma continuidade, uma permanência, que não era de esperar de um trabalhador livre, que a qualquer momento poderia abandonar a fazenda e deixar uma safra por colher (COSTA, 1998, p. 71).

Pesquise mais

No capítulo 3 da clássica obra *Raízes do Brasil* intitulado *Herança Cultural*, o historiador Sérgio Buarque de Holanda apresenta reflexões sobre a forte herança colonialista e escravocrata presente no mundo rural brasileiro, e como tais perspectivas influenciaram decididamente o universo citadino no Brasil. HOLANDA, Sérgio Buarque. "Herança Cultural". In.: **Raízes do Brasi**l. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp.71-92.

Em se tratando do modelo escravocrata predominante durante os séculos de colonização na América Portuguesa, é sempre interessante reforçar as especificidades que envolvem este modelo particular de escravidão que predominou não só em nosso território, mas em boa parte do continente americano. Isso porque a história nos apresenta diversos outros modelos de sistemas em que determinados grupos de seres humanos foram submetidos a práticas de escravidão. Na Grécia antiga, utilizando como exemplo a cidade estado de Atenas, os escravos ocupavam um papel extremamente importante. Segundo as palavras do historiador Pedro Paulo Funari, "não é exagero dizer que a democracia ateniense dependia da existência da escravidão" (FUNARI, 2002, p. 39).

Em se tratando da escravidão que predominou na Roma antiga, Paul Veyne (2009) refuta a ideia de que o escravo romano era classificado como uma coisa. Para este renomado historiador francês, especialista na antiguidade romana, os escravos eram tratados como seres humanos ao *mesmo tempo* que eram também eram um bem, uma posse, vistos assim como seres inferiores, uma espécie de subhomens, desempenhando os papéis mais diversos na sociedade romana, inclusive no mundo da política e no âmbito cultural. Muitos deles até mesmo se tornaram pessoas ricas e influentes, ocupando um espaço social mais elevado que alguns homens livres. Nessa relação social entre amo e escravo, este ser inferior pode ser considerado

[...] um homem dedicado que obedece do fundo da alma, e não em virtude de regulamentos e horários definidos. A relação entre escravo e senhor é ao mesmo tempo desigual

> e inter-humana; portanto, o senhor "amará" seu escravo, pois qual senhor não ama também seu cão, qual patrão não ama seus bons operários, qual colono não ama seus fiéis indígenas? [...] A escravidão antiga foi uma estranha relação jurídica, induzindo banais sentimentos de dependência e de autoridade pessoal, relações afetivas e pouco anônimas (VEYNE, 2009, 58).

Já no continente africano, a escravidão era praticada muito antes da chegada dos europeus, sendo uma atividade comum entre vários grupos étnicos. Para os povos de origem banto – a população que participou mais numerosamente da colonização do Brasil –, que migraram por volta do século XX a.C. de territórios onde atualmente localiza-se a Nigéria para diversas regiões da África, a escravidão se dava por conquista, e poderia ser uma alternativa para se adquirir mão de obra diversificada além de sinônimo de poder: para muitos reis e autoridades ligadas ao grupo etnolinguístico dos bantos, a quantidade de escravos estava diretamente atrelada à soberania adquirida frente aos demais reinos.

Figura 3.1 | Migrações africanas

Fonte: <https://goo.gl/mtxamv>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Assim, se obter escravos representava "uma forma de reconhecimento da soberania política de reis e demais autoridades bantos" (CARVALHO, 2010, p. 14-15), com a atuação dos portugueses nesta região a situação se altera: é neste momento que o escravizado passa a ser visto como uma propriedade, uma mercadoria passível de ser negociada pelo seu dono e completamente desumanizada aos olhos do europeu. E, para que seres humanos desta região fossem negociados com os portugueses, a autorização prévia das lideranças africanas locais era fundamental. Assim, interessados na aquisição de escravos africanos e em firmar acordos com a elite política do reino local de Ndongo, representantes da Coroa Portuguesa contribuíram para o fomento da rivalidade entre este reino e reinos vizinhos, como o do **Congo**. Com atitudes como esta, contribuíram para a ressignificação da escravidão nesta região da África, inaugurando um dos negócios mais lucrativos desenvolvidos durante a era das Grandes Navegações, o conhecido tráfico negreiro, essencial para o sucesso dos negócios "nas duas margens do Atlântico português" (CARVALHO, 2010, p. 16). Mas também foram decisivos na drástica transformação que a escravidão atlântica gerou na vida de milhões de africanos:

> Da saída dos sertões africanos até o desembarque e a venda dos escravos nos mercados da América Portuguesa já havia se passado meses. Nesse percurso muitos laços de parentescos e núcleos familiares já tinham sido desmembrados, ao mesmo tempo em que novos laços e vínculos foram gradativamente surgindo entre os grupos de escravos. Desde os libambos, nos percursos que conduziam os africanos aos barracões, passando pelas dificuldades das viagens atlânticas e posteriormente já na realidade do cativeiro, os escravos estabeleceram alianças e estratégias para sobrevivência e preservação de identidades culturais, que passava por processos de transformações, até assumir novas feições nas sociedades coloniais (CARVALHO, 2010, p. 20).

Em meio a situações muito distintas das práticas da escravidão pré-existentes no continente africano, após a traumatizante travessia realizada, confinados em porões de embarcações deploráveis, os africanos que chegavam vivos e em condições de serem negociados

eram levados a centros de comercialização de escravos. Nestes espaços, seres humanos eram vendidos como mercadorias, e posteriormente conduzidos para realizar as mais insalubres tarefas nas grandes lavouras de cana de açúcar.

Exemplificando

Na reportagem a seguir, você terá a oportunidade de conhecer um pouco a dificuldade enfrentada por Merced Guimarães, responsável pela descoberta de um importante sítio arqueológico no Rio de Janeiro, o Cemitério dos Pretos Novos, como ficou conhecido o local, hoje renomeado como Instituto dos Pretos Novos. Disponível em:

<http://www.pordentrodaafrica.com/brasil-africa/precisamos-resistir-e-valorizar-memoria-da-escravidao-diz-merced-guimaraes>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Com o passar do tempo, o trabalho extenuante nos engenhos de cana de açúcar em conjunto com as agressões advindas de capatazes e capitães do mato, atores sociais especializados na captura e tortura de escravos, criaram as condições propícias para que atitudes de resistência das mais diversas fossem praticadas pelos cativos.

Dentre as várias formas de resistência à escravidão, algumas ganharam maior destaque dos historiadores. Como as revoltas, o assassinato de senhores e feitores, os casos de sabotagem praticados nas fazendas coloniais que, de alguma forma, prejudicavam o desenrolar das atividades agrícolas, a destruição do plantio, a desobediência, o trabalho moroso, o sumiço de ferramentas primordiais para o desenvolvimento do trabalho, dentre outros. Em situações extremas, temos também o suicídio e o infanticídio, como nos casos das mães que não queriam ver seus filhos vivendo em situações tão desumanas.

Exemplificando

A seguir, você terá a oportunidade de ler trechos de um documento escrito pelos escravos do Engenho de Santana de Ilhéus, na Bahia, que

se revoltaram no final do século XVIII, assassinando o feitor responsável por vigiá-los, suspendendo o trabalho e fugindo para as matas da região.

Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que conservaram levantados:

Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz, há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber.

Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia santo.

Para podermos viver, nos há de dar rede, tarrafa e canoas. [...]

Os atuais feitores, não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.[...] Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que, para isso, peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte disso.

A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servimos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.

Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 123.

Além do embate direto, outras formas de luta têm sido desveladas pela historiografia contemporânea: como a resistência por meio da manutenção de rituais religiosos e práticas ancestrais, demonstrada nas manifestações realizadas como forma de manter vivos os valores culturais que trouxeram na travessia forçada pelo Atlântico, assim como na reinterpretação dos preceitos religiosos cristãos impostos pelos senhores, realizando um sincretismo religioso único por aqui.

Mas, como destaca o historiador João José Reis, referência nos estudos sobre a escravidão brasileira, se revoltas como as aqui citadas podem muito bem ser compreendidas como ações típicas de grupos subjugados ao longo da história, não se limitando, portanto, apenas àqueles compelidos à escravidão, no Brasil temos um movimento de resistência escrava bem expressivo: a formação dos quilombos, movimento típico dos escravizados da América Portuguesa.

No imenso território conquistado pelos portugueses no continente americano, a escravidão foi prática corriqueira por mais de 300 anos. Mas, se havia muitos seres humanos vivenciando das piores formas o horror da escravidão, da mesma forma existiram aqueles que se rebelaram e conseguiram fugir. Se embrenhando mata adentro, muitos foram os escravos que conseguiram se organizar em quilombos.

Por onde a escravidão se consolidou como prática, os quilombos de uma forma ou de outra se fizeram presentes. Sem dúvidas, aquele que se consolidou como um dos mais emblemáticos e significativos foi o Quilombo dos Palmares. Localizado na região da Serra da Barriga, então capitania de Pernambuco e hoje estado de Alagoas, Palmares pode ser considerado

> um dos episódios de resistência escrava mais notáveis na história da escravidão do Novo Mundo. Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes divirjam bastante — de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas –¬, não há como negar que as comunidades palmarinas, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América Portuguesa. (MARQUESE, 2006, [s.p.])

A história deste espaço de resistência escrava data do início do século XVII, no contexto das invasões holandesas, projeto de ocupação empreendido na região Nordeste do território colonial português na América. Aproveitando-se dos conflitos, muitos africanos e seus descendentes, oriundos de distintos agrupamentos, fugiram para o sul da capitania e formaram Palmares. Mas, com o tempo, também se juntariam soldados que abandonaram suas funções militares, colonos perseguidos pela justiça (secular ou eclesiástica), indígenas que eram

cativos e conseguiram escapar, aventureiros, degradados, enfim, uma massa heterogênea formava este espaço de resistência (REIS, 1995/1996, p. 16). Durante décadas esta união entre distintos atores sociais conseguiu resistir aos ataques realizados por representantes dos interesses senhoriais, tanto de portugueses quanto de holandeses.

Exemplificando

Mapa com a suposta localização das principais aldeias que formavam o Quilombo dos Palmares:

Fonte: Funari; Carvalho (2005, p. 17).

E, em meio a este contexto, algumas lideranças se tornaram icônicas, como Ganga Zumba e Zumbi. O primeiro é normalmente considerado a primeira grande liderança de Palmares, reconhecido por, em 1678, após dura guerra travada contra representantes da Coroa Portuguesa, ter aceitado um tratado de paz oferecido pelo então governador da capitania de Pernambuco (região que, na época, englobava os territórios dos atuais estados da Paraíba, Alagoas, Rio Grande do norte, além do próprio Pernambuco), Pedro de Almeida. Foram oferecidas terras no Vale do Cucaú, localidade que está a aproximadamente 30 quilômetros de distância de Serinhaém. Ganga

Zumba aceitou o acordo, mudou-se com parte dos habitantes de Palmares para o local, mas acabou assassinado.

Pesquise mais

Além de Ganga Zumba e Zumbi, duas importantes lideranças palmarianas, temos também outras personagens históricas ligados ao Quilombo dos Palmares. Dentre elas, destaca-se a figura de Aqualtune, princesa africana capturada e vendida como escrava na América Portuguesa. No link a seguir, conheça um pouco mais sobre a história da avó de Zumbi dos Palmares de uma forma diferente: pela literatura de cordel.

Jarid Arraes é a responsável por contar a história desta e de outras figuras femininas da história brasileira através do cordel, todas presentes na coletânea *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis*.

REVISTA FÓRUM. Aqualtune: princesa no Congo, mas escrava no Brasil. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/2016/01/29/aqualtune-princesa-congo-mas-escrava-brasil/. Acesso em: 10 nov. 2017.

Em Palmares, a resistência continuou. Liderados pelo sobrinho de Ganga Zumba, Zumbi, os palmarianos insistiram pela independência. Mas já na década de 1680, sob a liderança do conhecido bandeirante Domingos Jorge Velho, uma expedição reunindo indígenas e mamelucos foi organizada para derrubar definitivamente o quilombo. Em fevereiro de 1694, conseguem enfim destruir a capital Macaco. Zumbi, em 20 de novembro de 1695, foi capturado, morto e esquartejado, tendo a cabeça exposta em praça pública na cidade de Recife. Com o fim de Palmares, "os escravos não conseguiram reproduzir no Brasil qualquer coisa minimamente próxima do que representara o grande quilombo" (REIS, 1995/1996, p. 17).

Pesquise mais

As práticas da escravidão que se fizeram presentes no território brasileiro explicam muito sobre a desigualdade entre brancos e negros ainda existentes em nossa sociedade. Sobre esta disparidade, assista ao vídeo "*2 minutos para entender - desigualdade racial no Brasil*".

SUPERINTERESSANTE. **2 minutos para entender - desigualdade racial no Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ufbZkexu7E0>. Acesso em 25 nov. 2017.

Reflita

Na notícia abaixo, temos a sentença de uma juíza que, em um processo no qual um empregador foi acusado de reter a documentação e o dinheiro de seus trabalhadores em dormitórios precários e situação análoga à escravidão, decidiu por não condenar ou multar o patrão:

> O Juízo constata zelo por parte do empregador. Isso porque é fato notório na região serrana de Santa Catarina que tais trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que, após receberem o seu salário, saem no comércio de São Joaquim e redondezas, gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muito praticam crimes. (Fonte: <https://goo.gl/ZyVnbv>. Acesso em: 19 dez. 2012)

É possível pensar que na atualidade, guardadas as devidas proporções, também temos a prática da escravidão sendo utilizada e justificada de maneiras renovadas em algumas relações de trabalho?

Sem medo de errar

Em um debate da disciplina de História, apesar de o direito a opinião ser concedido a todos, nem toda opinião será válida e verificável historicamente. Considerando a importância do tema e a quantidade de informações a afirmações que os estudantes encontrarão na preparação para o debate, é importante que o professor seja capaz de conduzir a discussão de acordo com uma reflexão propriamente histórica sobre o assunto, dispensando opiniões baseadas simplesmente em "achismos" ou em notícias e índices falsos que abundam nas redes sociais. Em outros termos, entender a desigualdade entre brancos e negros no Brasil de hoje, assim como as políticas que buscam combater esse mal, passa por compreender como essa profunda injustiça se consolidou no processo de escravização de indígenas e africanos – independentemente da opinião do estudante sobre as cotas

raciais. A escola é, portanto, espaço privilegiado para esse debate politicamente sadio que, ao mesmo tempo, introduz o aluno à metodologia do historiador e aos rigores de um debate bem fundamentado academicamente.

Como vimos ao longo da seção, os resultados da estrutura desigual da sociedade escravocrata refletem em todos os dados mais elementares da vida dos brasileiros. E, por isso mesmo, o olhar que o Brasil contemporâneo projeta sobre a relação entre seu passado e presente é marcado pelas desigualdades e jogos de poder atuais. Para ilustrar esta situação, tomemos como exemplo o comentário realizado por um parlamentar que, relatando uma visita feita a uma comunidade quilombola localizada na cidade de Eldorado, interior de São Paulo, chegou a dizer que os seres humanos que ali estão vivendo "não servem nem para procriar". Apesar de processado e condenado a pagar uma indenização no valor de R$ 50 mil reais, o deputado recebeu sonoro apoio de diversos setores da sociedade na ocasião.

Espaço de resistência às práticas escravocratas amplamente utilizadas durante o período colonial, as comunidades quilombolas são – como todos aqueles que estudaram história sabem – locais de valorização da cultura e história dos diversos grupos afrodescendentes no Brasil. Tal como uma fala que critica negros por "não procriarem" – palavras que poderiam ter saído da boca de um senhor de escravos – as comunidades quilombolas representam elementos do passado colonial reproduzidos cotidianamente nas práticas do presente: um passado que não passou.

Problematizar em sala de aula questões como esta é algo fundamental. Ignorar, reduzir ou simplificar séculos de luta e resistência da população negra, não pode ser compreendido como um ato democrático quando tratamos de grupos historicamente oprimidos e que ainda sofrem na pele os preconceitos do último país a abolir a escravidão no mundo. Transformar o Brasil em uma verdadeira democracia pressupõe o respeito e empatia em relação aos grupos historicamente negligenciados pelo estado brasileiro ao longo de toda a sua história.

Faça valer a pena

1. Complete as lacunas da sentença a seguir:

"No Brasil como em outras partes, os escravos ________________mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia. Apesar das chicotadas, das dietas inadequadas, da saúde seriamente comprometida ou do esfacelamento da família pela ________________, os escravos conseguiram viver o seu dia a dia. [...] Relativamente poucos, na verdade, ________________seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto que a maioria, por ________________, criatividade ou sorte, ia vivendo da melhor forma possível. Como verbalizaram os próprios escravos, no Sul dos Estados Unidos, os brancos fazem como gostam; os pretos, como podem".
(REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 14).

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

a) negociaram, morte, amedrontavam e resiliência.
b) morreram, venda, corromperam e medo.
c) morreram, chibata, amedrontavam e resiliência.
d) resistiram, morte, corromperam e medo.
e)negociaram, venda, assassinaram e estratégia.

2. Leia a citação a seguir:

"Com a expulsão dos holandeses em 1654, os portugueses começaram a atacar o quilombo, em expedições modestas e infrutíferas. Em 1667, os quilombolas começaram a atacar fazendas para conseguir armas, libertar escravos e vingar-se de senhores e feitores. Em 1670, o governador de Pernambuco denunciou os colonos que passavam armas de fogo para os habitantes de Palmares, em desrespeito a Deus e às leis. Os ataques a Palmares continuaram e, em 1675, na campanha de Manoel Lopes, Zumbi se destacava como líder dos rebeldes, mas o governante era seu tio Ganga Zumba. Em 1677, segundo documentos, Palmares compreenderia mais de 60 léguas e dez aldeias".
(CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI,Pedro Paulo.**Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, p. 12).

Agora, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. No ano de 1678, embaixadores do Quilombo dos Palmares assinaram um termo de paz com representantes das autoridades locais. Como parte do acordo, Ganga Zumba, liderança máxima do quilombo, muda-se com parte dos habitantes de Palmares para outra região, mas acaba assassinado.

PORQUE

II. Seu sobrinho e consequentemente sucessor, Zumbi dos Palmares, tinha ideias parecidas com as de Ganga Zumba, e continuou com os planos de seu tio. Mas, mesmo retirando-se com o restante da população palmariana para as terras localizadas no Vale do Cucaú, foi capturado e morto pelas autoridades coloniais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção CORRETA:

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

3. Leia a citação a seguir:

"Foi uma operação mercantil que prosperou, no Brasil, até a segunda metade do século XIX. A Inglaterra, inicialmente, foi a nação mais interessada neste tipo de comércio, embora posteriormente tenha se lançado a perseguir os navios [...] que circulavam entre a África e o Brasil. [...] No entanto, ela nunca se desinteressou totalmente [por esta atividade]".
(MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Editora EDUSP, 2004, p. 397.

A citação faz referência a uma atividade, além de altamente lucrativa, extremamente utilizada durante os anos em que o colonialismo e a escravidão se fizeram presentes na América. Estamos nos referindo ao:

a) Tráfico Mercantilista, baseado nas premissas que direcionavam o emergente comércio capitalista, muito praticado durante as Grandes Navegações pelas nações industriais europeias.
b) Tráfico Negreiro, e consistia na negociação e posterior transporte de seres humanos retirados do continente africano, transportados em navios até serem negociados em mercados especializados na América.
c) Tráfico Absolutista, já que visava atender as ordens impostas pelos monarcas europeus interessados em expandir as práticas comerciais baseadas no acúmulo de riquezas provenientes do comércio realizado com os nativos ameríndios.

d) Tráfico Negreiro, projeto de comercialização de africanos capturados por agentes da coroa portuguesa no interior da África. Devido à está atividade, Portugal ocupou territórios africanos como fez na América, incentivando inclusive a monocultura da cana de açúcar.
e) Tráfico Atlântico, comércio de seres humanos realizado entre os países ibéricos e aristocratas americanos, todos interessados na comercialização de escravos oriundos do Norte da África e interior do leste europeu, populações predominantemente negras.

Seção 3.2

A mineração e as transformações na colônia

Diálogo aberto

A descoberta das reservas minerais de pedras e metais preciosos na América Portuguesa foi um acontecimento que marcou decididamente a história do Brasil colonial. Após décadas de intensa atividade ligada ao plantio da cana de açúcar, é possível constatar o declínio da lucratividade desta atividade já no final do século XVII, muito em função da concorrência holandesa, após expulsão do território colonial português. Dessa maneira, encontrar as minas de ouro e, posteriormente, as reservas de diamantes, foi algo fundamental para a economia mercantilista da metrópole portuguesa.

A partir do período das Grandes Navegações, o continente europeu foi abastecido com as riquezas retiradas de solo americano. É pensando nesta exploração de riquezas minerais que a situação-problema desta seção foi pensada. A ideia é continuar debatendo este assunto com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio. Se na primeira seção desta unidade você, como professor de História, desenvolveu uma atividade que levou seus alunos a debater questões ligadas as políticas de ações afirmativas, agora a problematização tem como base o seguinte pressuposto: de que maneira a exploração de metais e pedras preciosas nas Américas Portuguesa e Espanhola pode ser compreendida hoje, no presente? E os países americanos teriam algum direito (não só econômico, mas também em relação ao patrimônio histórico que elas representam), no presente, sobre toda esta riqueza?

Por mais que a exploração de minas preciosas na América tenha favorecido o desenvolvimento de uma dinâmica nova e diferente nas colônias europeias, podemos considerar que as elites metropolitanas foram as principais beneficiárias da extração e comercialização de minérios oriundos das minas americanas e sua mão de obra escravizada. Assim, para a realização desta atividade, você irá apresentar como referência as seguintes reportagens: a primeira, realizada pelo jornal *El País*, em que a questão da retirada

de objetos considerados tesouros históricos de seus locais de origem é debatida, disponível em https://goo.gl/KehL4r; a segunda, realizada pelo jornal *O Globo*, mostra que o galeão espanhol San José, desaparecido há mais de 300 anos, foi encontrado na costa colombiana, gerando uma disputa entre o governo colombiano, uma empresa americana chamada Sea Search Armada (SSA) e o governo espanhol, disponível em https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/galeao-com-tesouro-de-ate-60-bilhoes-encontrado-na-colombia-18235251.

Após a leitura das reportagens, os alunos deverão se debruçar em primeiro lugar no seguinte questionamento: é possível traçar um paralelo entre as retiradas de obras artísticas e as pedras e metais preciosos de seus locais de origem? É interessante que se crie um momento na aula para que, em grupos de três ou quatro alunos, eles possam debater este tema. Após este primeiro momento, é necessário que as reflexões realizadas em grupo se estendam para toda a sala. Ao final, cada aluno, como atividade para casa, terá que apresentar na aula seguinte uma produção textual em que o questionamento presente no parágrafo anterior seja problematizado no texto.

O objetivo de uma atividade como esta é justamente criar um momento de reflexão sobre esse período da história do continente americano, momento em que riquezas materiais e também históricas foram exploradas e comercializadas, gerando muito lucro, mas também deixando para a posteridade situações e desigualdades que estão longe de serem resolvidas.

Não pode faltar

Do ponto de vista das monarquias europeias, a aventura realizada pelos europeus nas viagens marítimas empreendidas durante a época das Grandes Navegações tinha um propósito específico: contribuir para o enriquecimento dos reinos pelo lucro obtido com a comercialização de especiarias e, principalmente, com o acúmulo de pedras e metais precisos que ansiavam encontrar nas terras a serem desbravadas além mar. Mas, se os espanhóis lograram sucesso logo no início do processo de colonização da América Espanhola, os portugueses não tiveram tanta sorte.

Mesmo que as primeiras descobertas de minas de ouro em solo colonial tenham sido feitas nas regiões da Serra de Jaraguá, norte de São Paulo, e se expandindo ao longo do litoral paulista, até onde atualmente encontram-se as cidades de Paranaguá e Curitiba, os achados foram de minas muito pequenas (RENGER, 2006, 94). E, enquanto não encontravam as tão almejadas reservas de metais e pedras preciosas, os colonos partiram para a conquista territorial utilizando-se de outros recursos, como a exploração do pau brasil e, posteriormente, o plantio de cana de açúcar.

Mas, no final do século XVII, os portugueses ganharam um forte concorrente no comércio internacional de açúcar: os holandeses. Após serem definitivamente expulsos da América Portuguesa, montaram, nas Antilhas, uma grande empresa de produção açucareira e, em pouco tempo, passaram a ter a hegemonia e controle do mercado europeu, colaborando para a queda das exportações e o consequente processo de decadência dos engenhos brasileiros. Foi em meio a este contexto que, nas regiões onde atualmente estão localizados os Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, as minas de ouro foram encontradas (RENGER, 2006, p. 94).

Preocupados em explorar as reservas de ouro recém descobertas, o próprio governo português resolveu financiar as expedições dos bandeirantes. Como forma de estímulo, foram concedidos títulos e privilégios aqueles que estivessem dispostos a enfrentar tamanho desafio. Assim, custeado pela Coroa Portuguesa, no ano de 1674, o bandeirante Fernão Dias Paes Leme (1608 - 1681) se aventura em meio à Serra de Sabaraçu, e chega a encontrar ouro e pedras preciosas. Após sua morte, o também bandeirante Manuel Borba Gato (1649 - 1718) foi o responsável por encontrar as minas de ouro que ficaram famosas pela quantidade de pepitas: as minas de Sabará.

Além de Fernão Dias e Borba Gato, inúmeros outros bandeirantes se embrenharam pelo sertão da América Portuguesa em busca da riqueza advinda da descoberta de metais e pedras preciosas. Contudo, além dos bandeirantes que se sentiam no direito de explorar as jazidas recém descobertas, outros grupos sociais também se interessaram em encontrar as já tão comentadas minas de ouro. E, nesse cenário de intensas disputas que começava a aflorar, o conflito não tardou em se materializar, iniciando o evento que foi nomeado como Guerra dos Emboabas, no início do século

XVIII. Basicamente, esse conflito está inserido em um contexto histórico em que

> [...] as Minas tinham então pouco mais de 10 anos de existência, reunindo um aglomerado de arraiais ainda destituído de administração formal. Os primeiros descobridores eram quase todos paulistas, e conforme foram chegando forasteiros originários do litoral ou da Metrópole, começaram os conflitos em torno da posse das melhores terras minerais e do exercício do mando. Os paulistas chamaram esses adventícios de emboabas, e seguiram-se vários conflitos armados. D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre deslocou-se do Rio, que sediava seu governo, e tentou controlar a situação. Não conseguiu, e os emboabas aclamaram Manuel Nunes Viana, um dos seus, como governador das Minas. O caso é extraordinário [...] nunca antes os habitantes da América haviam ensaiado tomar o freio nos dentes, afrontando o poder metropolitano. Os emboabas, muitos deles reinóis, como se disse, o fizeram. Os paulistas protestaram fidelidade ao rei [...]. Apesar desses ocorridos, os emboabas foram exaltados como fiéis, e os paulistas detratados como indômitos (SOUZA, 2000, p. 265).

Já no século XVIII, um vasto material começou a ser elaborado sobre este importante acontecimento. Desde então, podemos encontrar diversos autores refletindo sobre a atuação tanto dos bandeirantes quanto daqueles considerados "estrangeiros" na região das Minas Gerais, nomeados como emboabas. Para a historiadora Adriana Romeiro, a Guerra dos Emboabas impôs aos historiadores um problema sério, e que acabou por esterilizar, por anos, o debate em torno deste conflito: "seriam os paulistas ou os emboabas os verdadeiros nativistas, os campeões da causa nacional?" (ROMEIRO, 2008, p. 14). Seja como vilões ou como heróis, fato é que a atuação dos bandeirantes com suas comitivas sertão adentro, desbravando territórios em busca de riquezas naturais, fez com que a Coroa Portuguesa, além de expandir seu território, iniciasse sua próspera exploração mineral em terras coloniais americanas.

Com o fim do conflito entre bandeirantes e emboabas, a metrópole portuguesa resolveu intervir na organização do território mais enfaticamente. Por este motivo, em novembro de 1709, foram criadas as Capitanias de São Paulo e Minas do Ouro. Antes subordinadas à administração da Capitania do Rio de Janeiro (que fora dividida justamente para a formação da nova capitania), agora essas regiões constituem parte de um novo momento do processo colonizador português.

Assim, em 1710, nomeado governador da nova capitania, Antônio de Albuquerque de Coelho Carvalho (1655 - 1725) propôs a inclusão da tributação dos Direitos de Entrada, a ser cobrada de todos os envolvidos com qualquer tipo de negociação realizada nas Capitanias. Essa medida acabou sendo introduzida apenas no governo seguinte, no ano de 1713, pelo novo governador D. Brás Baltazar da Silveira (1674 - 1751), e foi instituído aos colonos as seguintes regras tributárias:

> [...] em cada escravo e carga de fazenda seca duas oitavas de ouro, na de molhados uma oitava, e oitava e quarto em cada cabeça de gado, do que D. Brás deu logo conta a Sua Majestade em carta de 8 de maio de 1715. Em outra, de 26 de julho do mesmo ano, escreve que uma insurreição dos povos do Morro Vermelho, distrito de Caeté, o necessitara a suspender o imposto. Mas não tardou muito a carta régia de 20 de outubro de 1715, pela qual se procedeu a nova taxa em junta dos procuradores das Câmaras e ficou sendo a de uma oitava por cabeça, de duas oitavas por escravo novo, de oitava e meia por carga seca e pela de molhados a de meia oitava. Assim, continuou sem interrupção a cobrança, e em tanto aumento que de uma carta do governador D. Lourenço, em data de 14 de outubro de 1722, sabemos que as entradas do caminho velho e novo de São Paulo naqueles tempos, rendiam 20 arrobas de ouro e 25 os dos currais (VASCONCELOS, 1994, p. 104).

Em fevereiro de 1719, a interferência metropolitana nos assuntos ligados a exploração do ouro na América Portuguesa, mais precisamente na região das Minas Gerais, se intensifica com a instituição da Lei da Moeda, determinando a instalação de casas

de fundição, locais em que o ouro e prata eram fundidos durante o período colonial, nas comarcas de Vila Rica, São João Del Rei e Sabará. Mas apenas durante o governo de D. Lourenço de Almeida (1680 - 1750), na segunda década do século XVIII, é que foram

> **[...] iniciados os trabalhos da Casa de Moeda e a Casa de Fundição em Vila Rica: a cunhagem de moedas em 1724 e, a partir de 1o. de fevereiro de 1725, a fundição de barras com a cobrança do respectivo quinto sobre o ouro físico. A Casa de Fundição de Vila Rica encerrou suas atividades em 1734. Outras casas de fundição em Minas Gerais [também] tiveram vida curta (RENGER, 2006, p. 95).**

Pesquise mais

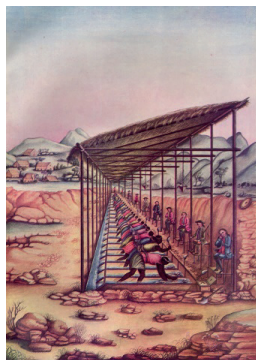
A Revolta de Vila Rica pode ser considerada uma insurreição contra a arrecadação do imposto do quinto do ouro, as reformas que estavam ocorrendo na organização militar e também em desacordo com a saída forçada de religiosos da região.

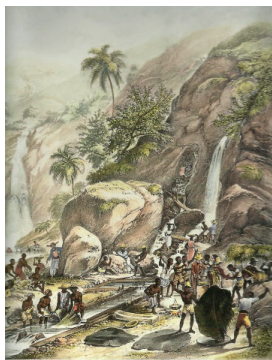
No link a seguir, é importante que você leia a 1ª e 2ª parte (páginas 13-25) do estudo crítico realizado pela historiadora Laura de Mello e Souza ao texto anônimo *O discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, que trata do levante que ocorreu em Vila Rica. **Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Estudo crítico. Estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. Disponível em: https://goo.gl/o6y5bS. Acesso em: 25 nov. 2017

Em meio a este contexto de exploração e taxação do ouro, eis que é descoberto, no ano de 1729 (de forma oficial, uma vez que, extraoficialmente, as pedras preciosas já estavam sendo exploradas há aproximadamente dez anos), na região conhecida como Arraial do Tejuco, atual cidade mineira de Diamantina, os cobiçados diamantes. Com a descoberta das valiosas pedras preciosas, inicia-se um processo de exploração que elevou o Brasil ao patamar de "maior produtor mundial de diamantes no período de 1730 a 1870" (RODRIGUES, 2017, p. 300).

Em um primeiro momento, foi estabelecida a livre extração, situação que foi regulamentada no ano de 1734 com a criação da Intendência dos Diamantes, com sede localizada na mesma região em que foram descobertas as pedras, ou seja, no próprio Arraial do Tejuco. Com a instituição deste órgão fiscalizador, ficou proibida a livre exploração diamantífera, situação que só foi regulamentada com a implementação do sistema de contratos, que vigorou até o ano de 1770, tendo a Coroa Portuguesa monopólio total para a comercialização das pedras de diamante. Com as reformas elaboradas pelo Marquês de Pombal (1699 - 1782), os contratos diamantinos são extintos, e o diamante passa a ser reconhecido como monopólio régio de Portugal com a criação da Real Extração dos Diamantes, e também com a elaboração de uma legislação específica para esta situação, o conhecido Regimento Diamantino, no ano de 1771, também conhecido pela alcunha de *Livro da Capa Verde* (FURTADO, 1999, p. 1).

Assimile

As imagens presentes demonstram as atividades mineradoras realizadas pelos escravos sob o olhar de três europeus que visitaram a América Portuguesa entre os séculos XVIII e XIX: o engenheiro do exército colonial luso-italiano Carlos Julião (1740-1811), o mineralogista inglês John Mawe (1764-1829) e o artista e pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858).

1

2

3

1: JULIÃO, Carlos. **Diamond Washing, Serra Frio, Brazil**. Disponível em: < https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Juliao05.JPG>. Acesso em: 25 nov. 2017.

2: MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil** Disponível em: < https://goo.gl/AgfLJ3> Acesso em: 25 nov. 2017.

3: RUGENDAS, Johann Moritz. **Lavage Du Minerai D'Or**. Disponível em: <https://goo.gl/8hax2M>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Mas, para que a metrópole portuguesa pudesse se beneficiar das riquezas advindas da exploração de metais e pedras preciosas, como o ouro e diamantes, a utilização de mão de obra escrava foi primordial para a alta lucratividade desta empreitada. Vale aqui ressaltar que os seres humanos trazidos da África e transformados em escravos na colônia portuguesa foram fundamentais, não só como força de trabalho braçal, mas também agregaram muito com o conhecimento técnico que traziam de seu continente de origem. (REIS; SOUZA, 2006, p. 4). Com a intensidade da utilização dos escravos africanos e seus descendentes neste processo, temos uma verdadeira transformação na forma de extração dos minérios tão cobiçados. O Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, autor da clássica obra *Pluto Brasiliensis*, considerado o primeiro estudo significativo acerca das questões ligadas a geologia brasileira (e publicada no ano de 1830, já no período Imperial), relata a importância dos escravos tanto na introdução quanto adaptação das técnicas utilizadas na mineração brasileira:

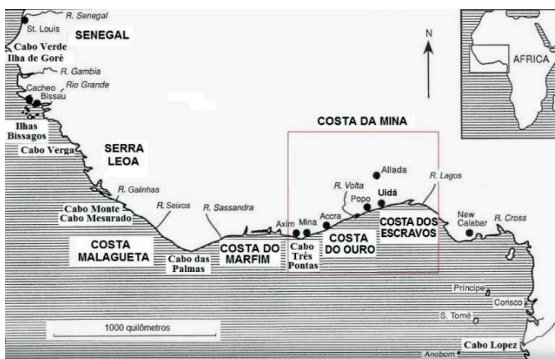
Somente mais tarde, aprendendo com a prática, principalmente depois da introdução dos primeiros escravos africanos, que já na sua pátria se tinham ocupado com lavagem do ouro, e de cuja experiência o natural espírito inventivo e esclarecido dos portugueses e brasileiros logo tirou proveito, foi que os mineiros aperfeiçoaram esses processos de extração. Deve-se principalmente aos negros a adoção das bateias de madeira, redondas e de pouco fundo, de dois a três palmos de diâmetro, que permitem a separação rápida do ouro da terra, quando o cascalho é bastante rico. A eles se devem, também,

as chamadas canoas, nas quais se estende um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois em bateias. (...) O escoamento (de cascalho), a princípio, se fez apenas, ou por meio de vasilhas, ou por meio dos usuais carumbés de madeira, igualmente de pouco fundo e arredondados como as bateias, com a diferença de que possuem somente de palmo e meio a dois de diâmetro. Por assim dizer, a terça parte caía fora e ajuntava-se em seguida, ou a profundidade era tão grande, que as vasilhas passavam de mão em mão antes de serem despejadas em cima. Só muitos anos depois é que foram introduzidas, para esgotamento da água, as velhíssimas noras, até hoje ainda usadas. (ESCHWEGE, 1979, p. 167-168)

E grande parte desta transformação na extração de metais e pedras preciosas se deve aos conhecimentos advindos de uma população africana específica, os habitantes da Costa da Mina, "os Mina", como consta no mapa da Figura 3.2. Conhecedores profundos de um método tradicional no que diz respeito às técnicas de mineração de ouro e ferro, dominavam procedimentos de fundição destes metais. Bem antes do contato com os europeus, os africanos da Costa da Mina, já eram mestres na arte mineratória, pressuposto que fez com que os traficantes de seres humanos luso-brasileiros preferissem, principalmente a partir de finais do século XVII e início do século XVIII, os africanos provenientes desta região, equipando assim a colônia com mão de obra extremamente especializada (PAIVA, 2002, p. 187).

Figura 3.2 | Mapa da Costa da Mina

Fonte: <http://www.costadamina.ufba.br/index.php?/conteudo/exibir/11>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Pesquise mais

Neste contexto de intensa atividade mineradora, a história de dois escravos que conseguiram a alforria merece destaque: Chico Rei e Chica da Silva. Enquanto que sobre o primeiro não temos provas documentais acerca de sua existência (MOURA, 2004, 99), em se tratando de Chica da Silva existe uma documentação farta contando a história da escrava que se tornou integrante, junto com seu esposo o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, da elite mineira do século XVIII. No primeiro link, você terá a oportunidade de ler uma reportagem sobre a análise realizada pela revista Pesquisa, publicada pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – sobre Chica da Silva, disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2003/11/90-história.pdf.

Já no segundo, a história de Chico Rei é contada de uma forma diferente: em uma HQ, produzida por André Diniz e Allan Rabelo, você pode conhecer a história de um personagem intrigante do período colonial brasileiro, disponível em: http://mobonatto.pbworks.com/w/file/fetch/70728620/HQ%20-%20Chico%20rei.pdf

Outro fator também muito importante de se destacar neste processo de mineração, com a utilização de mão de obra escrava africana, era o incentivo, em certas regiões mineradoras, do acúmulo de pecúlio para a conquista de alforria. Ou seja, o escravo poderia, em acordo com seu senhor, trabalhar determinados dias para ganho próprio e, assim, acumular pagamentos para a compra de sua alforria ou até mesmo de outros escravos. Se, ao longo de todo o século XVII, esta prática esteve restrita a certas regiões da América Portuguesa, no século seguinte, claro que com muita luta e persistência por parte dos cativos, podemos acompanhar a implementação de regulamentações governamentais no que diz respeito ao pecúlio como caminho para a alforria.

A exploração das minas de ouro e diamante na região das Minas Gerais despertou o interesse de diversos colonos que viviam por toda a América Portuguesa, assim como de muitos estrangeiros que resolveram também desbravar os rincões de pedras e metais preciosos recém descobertos. Com isso, é possível perceber, ao longo do século XVIII, um grande crescimento da rede urbana na região mineradora:

> No início do século XVIII, o Brasil conta com uma rede urbana de sessenta e cinco vilas e oito cidades. Funda-se, neste período, 118 vilas no Estado de São Paulo. As principais são: Pindamonhangaba (1705); São José dos Campos (1767); Mogi Mirim (1769); Lorena (1788); Campinas (1797) e Bragança Paulista (1797). No mesmo período, no Centro Oeste brasileiro, surge Cuiabá (1727), Vila Bela (1752), Cáceres (1778) e Poconé (1780). (GODOY, 2011, p. 11)

Nesses recém-criados núcleos urbanos que foram sendo estruturados nos novos espaços de ocupação colonial, vemos surgir um estilo de vida diferente na colônia portuguesa na América. A riqueza advinda das minas fez com que as vilas fundadas ao longo do século XVIII nas Capitanias de Minas Gerais e São Paulo passassem a vivenciar inovações que modificariam para sempre a região. Uma série de estudiosos tem se debruçado a entender as vicissitudes das novas sociabilidades surgidas nesses espaços urbanos.

Nesse sentido, a formação das conhecidas irmandades leigas, é um dos temas de destaque da historiografia. Formadas pelos mais distintos grupos sociais, essas associações incluíam desde homens da aristocracia colonial, passando por mestiços, comerciantes, escravos e homens livres da camada média da sociedade colonial. Espaços de socialização, estas irmandades atuavam de várias maneiras, praticando a caridade, na ajuda mútua entres seus pares, realizando festas em homenagem ao santo do qual eram devotos, e até na construção e manutenção das diversas igrejas católicas erguidas ao longo deste período.

Pesquise mais

A descoberta de riquezas minerais em Minas Gerais possibilitou que obras belíssimas fossem realizadas nas cidades que se beneficiaram de alguma forma com a exploração de ouro e diamantes. E foi justamente neste período de nossa história que nasceu o famoso artista do barroco, Antônio Francisco Lisboa (1730-1814), o Aleijadinho.

Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8614/aleijadinho>. Acesso em: 5 nov. 2017.

Na sequência, os profetas do Antigo Testamento, Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel, obra realizada em pedra sabão. Além dos quatro, localizados no adro dianteiro do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas, Minas Gerais, Aleijadinho esculpiu outros oito profetas. Este conjunto artístico é um belo exemplo do desenvolvimento da arte barroca no Brasil colonial. Mestre do Barroco no Brasil setecentista, as obras ligadas a este artista ainda são extremamente estudadas na atualidade. O professor Ivo Porto de Menezes, por exemplo, neste ano de 2017, revelou, depois de anos de pesquisa, que o retábulo do altar-mor presente no santuário de Nossa Senhora de Piedade, na cidade de Caeté, Minas Gerias, é obra de Aleijadinho.

No link a seguir, você terá acesso a uma reportagem relatando esta pesquisa: WERNECK, Gustavo. **Obra de aleijadinho é revelada pela primeira vez na Serra da Piedade**. Disponível em: https://goo.gl/kTmxdW. Acesso em: 25 nov. 2017.

Também é extremamente oportuno levar em consideração as práticas comerciais realizadas nestes novos centros urbanos da América Portuguesa setecentista. Autores consagrados como Caio Padro Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado destacaram a existência, já no início do século XVIII, quando as jazidas de ouro e diamante começavam a ser exploradas, de atividades comerciais das mais diversas na região. Isso porque, animados com a possibilidade de negociar suas mercadorias,

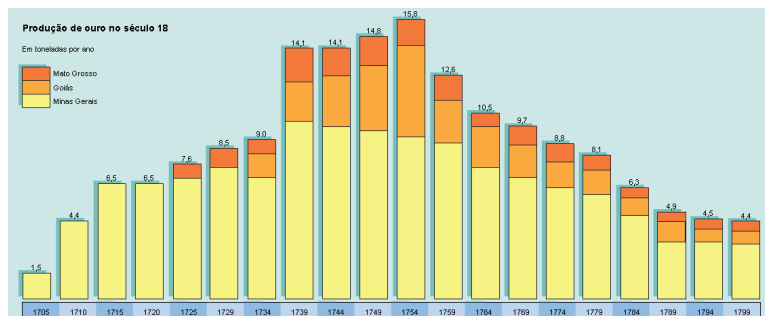
> [...] comerciantes de regiões vizinhas encarregavam-se de abastecer aquela rica região, cuja principal atividade era a extração do ouro. A razão de se ter criado, na região centro-sul, um complexo abastecedor foi o seu isolamento geográfico, a grande população urbana, terras impróprias para o plantio na região mineradora e, obviamente, o grande lucro que se extraía deste comércio. [...] à exceção de uma pobre agricultura de subsistência (no sentido do autoconsumo), não se produzia nas Minas nada que pudesse roubar à mineração o seu contingente de trabalho cativo (CHAVES, 1999, p. 34).

A descoberta de minas repletas de ouro e diamante movimentou a dinâmica social da América Portuguesa para sempre. No decorrer do século XVIII, devido o intenso fluxo migratório de pessoas, a população colonial aumentou vertiginosamente. Só na Capitania de Minas Gerais, a população mais que dobrou em menos de meio século, passando de 174 mil em 1742 para 363 mil em 1786. Em todo o território colonial, saltou de aproximadamente 300 mil pessoas em 1700 para impressionantes 1,3 milhão em 1750 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017). Preocupada com tamanho crescimento, a Coroa Portuguesa transferiu a capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, localidade mais próxima da região mineradora, facilitando assim a vigilância sobre a extração das fortunas advindas das atividades das Minas Gerais.

Exemplificando

Gráfico demonstrando a produção do ouro no século XVIII nas Capitanias de Minas Gerias, Mato Grosso e Goiás:

Fonte: <http://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Reflita

Na obra *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII* (2004), a historiadora Laura de Mello Souza procura se distanciar da análise dicotômica senhor-escravo, analisando personagens pouco explorados pela historiografia: os desclassificados sociais, pessoas marginalizadas, miseráveis que não se beneficiaram com a exploração de jazidas de metais e pedras preciosas:

"Numa sociedade de extremos bem definidos – a camada senhorial e a camada escrava –, os homens livres pobres constantemente desclassificados foram os protagonistas miseráveis de uma triste aventura. A heterogeneidade e a fluidez da camada que os envolveu, a violência dos mecanismos que os rejeitaram e os incorporaram quando conveio, tolheu-lhes a possibilidade de construir uma percepção consciente da própria miséria. Esse eterno ser e não-ser impediu que se enxergassem e compreendessem suas virtualidades; ao mesmo tempo, propiciou que outros construíssem um juízo sólido a seu respeito: foi assim que a camada dominante, mais bem articulada, pôde tecer a sua ideologia da vadiagem (SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 294).

De que maneira a pesquisa sobre atores sociais dos mais distintos nos permite uma visão menos simplista do período colonial?

Sem medo de errar

A situação-problema elaborada para esta seção tem por finalidade levar os estudantes a refletir sobre a exploração mineral que ocorreu em terras pertencentes à Coroa Portuguesa na América, e que mais tarde se transformaria no país que atualmente é conhecido como Brasil. Durante o período áureo de extração de pedras e metais preciosos, entre os séculos XVIII e XIX, a América Portuguesa se tornou um dos maiores exportadores mundiais destes produtos.

Nesse contexto de exploração das riquezas minerais encontradas em território colonial, a Coroa Portuguesa não mediu esforços para criar mecanismos de legislação e regulamentação das atividades envolvendo os diversos atores sociais que, de uma forma ou de outra, estavam comprometidos com as atividades mineradoras. Preocupados em atender a lógica mercantilista de acúmulo de metais preciosos, já que este era um dos princípios básicos para o enriquecimento de uma nação naquele período, as práticas de exploração mineral na Colônia portuguesa contribuíram para que um valioso patrimônio fosse retirado de seu local de origem, perspectiva que gera conflitos e debates mesmo passados tantos anos.

E é justamente esta questão que está se propondo debater. Com as leituras das reportagens realizadas, os estudantes deverão debater, em sala de aula, a retirada de tesouros históricos de seus locais de origem, sejam eles obras artísticas milenares ou pedras e metais preciosos. Será que é possível traçar uma analogia entre ambas as perspectivas? Se sim, como resolver este impasse, já que se passaram tantos anos? Existe uma dívida por parte das nações europeias para com povos que foram subjugados no passado? Ou não, já que, no contexto histórico da época, práticas como dominação e exploração, por exemplo, são preceitos tidos como "normais", e, portanto, devem ser compreendidas a luz de seu tempo?

Enfim, vários são os pressupostos que podem ser debatidos junto aos alunos, não no intuito de transformar a sala de aula em um tribunal histórico, mas com o propósito de ampliar nosso campo de compreensão acerca de eventos tão complexos como este que está sendo analisado. É justamente isso que as reportagens acabam proporcionando, já que apresentam reflexões interessantes e que contribuem para o debate contemporâneo em torno de um tema tão complexo. E a ideia aqui apresentada acerca da retirada de obras de arte e pedras e metais preciosos se dá tanto pela importância histórica destes produtos, quanto por seu valor comercial:

A história da arte é, em grande medida, a história de um roubo. Os vikings, os conquistadores, Napoleão, as potências coloniais, Hitler... todos praticaram o saque em escala monumental. Os exércitos do conquistador francês transportaram toneladas de obras egípcias para a Europa.

Quase ao mesmo tempo, os britânicos embarcavam os mármores do Partenon. Mais tarde, em 1897, militares britânicos despojavam os marfins dos palácios do que hoje em dia é Benim. As coleções do Louvre (Paris), Museu Britânico (Londres) e Museu Neues, de Berlim, foram nutridas com esse espólio. (EL PAÍS, 2017, [s.p.])

Este trecho da reportagem presente no periódico *El País* reforça a ideia de roubo, saque, enfim, conceitos que precisam estar presentes no debate a ser realizado junto aos alunos, para problematizar um tema que, se bem conduzido, pode gerar reflexões e produções de conhecimento bem interessantes. É possível, por exemplo, traçar um paralelo entre o ouro e diamante explorados na América com os mármores retirados pelos britânicos do Partenon, em Atenas, Grécia, ou o marfim do palácio de Benim, na África? Para quem deve ficar, por exemplo, os bilhões de reais em barras de ouro encontrados no litoral colombiano? Com os exploradores dos EUA que acharam o galeão San José? Com o governo colombiano? Ou com a Espanha?

É esperado em momentos como este, em que alunos são levados a problematizar questões tão distantes historicamente falando, mas ao mesmo tempo tão presentes da nossa realidade, que outras questões sejam levantadas, debatidas e refletidas em conjunto no ambiente de sala de aula. Afinal, este espaço deve ser sempre compreendido como o local ideal para a construção de práticas de valorização dos preceitos democráticos defendidos atualmente em boa parte dos países mundo afora, inclusive aqueles que um dia se especializaram na retirada de tesouros históricos de seus locais de origem.

Faça valer a pena

1. Leia a citação a seguir:

"[...] o termo 'quinto dos infernos', tão usualmente empregado entre nós, surgiu no período colonial e diz respeito à cobrança de impostos pelo império português. O quinto correspondia a 20% da produção de ouro da colônia. Afirma-se que o termo era dirigido aos cobradores de impostos que, ao exigir o quinto, ouviam algo como "vá

buscar o quinto nos infernos!". Com o passar do tempo, a expressão derivou para a forma de 'quinto dos infernos'".

(GUEDES, Odilon. **Aspectos gerais do orçamento público no Brasil e o seu papel na promoção da cidadania**. Revista de Economia e Relações Internacionais/Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado. - Vol. 10, n. 20 (2012) - São Paulo: FEC-FAAP, 2007, p. 38).

De que maneira a instituição da tributação governamental conhecida como Direitos de Entrada interferiu na comercialização de produtos na região das Minas Gerais?

a) Somente as minas especializadas na exploração de ouro sob responsabilidade dos emboabas passaram a ser taxadas, gerando uma revolta nas comunidades indígenas, que passaram a exigir da Coroa Portuguesa uma maior participação das decisões políticas na colônia.
b) Após a implementação de mais um imposto aos colonos, Portugal teve que enfrentar diversos levantes revolucionários em sua colônia, fator que impossibilitou o desenvolvimento das cidades coloniais e consequentemente a ascensão econômica de aristocratas locais.
c) Este imposto foi criado especificamente para impedir que os colonos realizassem qualquer tipo de negócio nas Capitanias, fazendo com que toda a mercadoria negociada na América Portuguesa tivesse como procedência a Europa, fator que impediu o desenvolvimento comercial na colônia.
d) Com a instituição dos Direitos de Entrada, não apenas o ouro extraído com a exploração das minas tinha que ser taxado, mas toda e qualquer mercadoria comercializada nas Capitanias existentes na colônia de Portugal na América.
e) O imposto nomeado de ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -, já existente desde o comércio realizado com a extração do pau brasil, foi ampliado, gerando descontentamento tanto por parte dos aristocratas portugueses que viviam na América Portuguesa, quanto por parte dos nativos ameríndios.

2. No trecho da reportagem a seguir, podemos ler sobre a vivência dos bandeirantes na busca pelo ouro e por indígenas para escravizar:

"Apesar do romantismo e heroísmo apresentado pela história brasileira, a realidade vivenciada pelos bandeirantes

era precária. Andavam descalços, as roupas em farrapos, e era comum sofrerem de fome, doenças e ataques de animas selvagens e índios hostis. Essa dureza das expedições tornava os bandeirantes homens extremamente violentos, ambiciosos e rudes, características muito utilizadas para a escravização de índios e combate aos quilombos. Por exemplo, o Quilombo de Palmares foi destruído pela Entrada com mais de seis mil homens comandada por Domingos Jorge Velho".

Fonte: **Bandeirantes: heróis ou vilões?** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/12/interna_gerais,891353/obra-de-aleijadinho-e-revelada-pela-primeira-vez-na-serra-da-piedade.shtml>. Acesso em: 25.11.2017).

Agora, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. A Coroa Portuguesa concedeu títulos e privilégios a inúmeros bandeirantes que estivessem interessados em desbravar as jazidas de ouro na região das Minas Gerais.

PORQUE

II. Isso ocorreu pela preocupação do governo português em explorar as reservas de ouro, evitando assim que representantes de outros reinos europeus adquirissem as riquezas minerais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção CORRETA:
a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

3. Leia o texto a seguir:

"[...] Quanto à mão-de-obra, a maior parte empregada na mineração parece ter sido composta por escravos. [...] apenas 3% dos mineradores eram livres. De fato, os escravos, símbolo de status social, eram utilizados em qualquer atividade econômica desenvolvida nos períodos colonial e imperial, desde aquelas tarefas que exigiam exclusivamente força física até aquelas que pressupunham conhecimentos e saberes trazidos da África ou aprendidos no Brasil".

DE SOUZA, Tânia; REIS, Liana. **Técnicas mineratórias e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX:** uma análise comparativa introdutória. [S.l.: s.n, s.d]. p. 4.

Sobre a utilização da mão de obra escrava na mineração realizada na América Portuguesa, assinale V para verdadeiro e F para falso:

(   ) Muitas das técnicas (senão a maior parte delas) usadas e indispensáveis nas várias etapas do processo mineratório foram desenvolvidas pelos colonos que exploravam as minas de ouro na região de Salvador, Bahia.
(   ) Práticas como a extração, remoção e beneficiamento, assim como a utilização de instrumentos como a bateia, canoas e o carumbé, são exemplos da influência africana na mineração do Brasil colonial.
(   ) Cumpre lembrar que o processo de fundição do minério aurífero e de ferro, com utilização de fornalhas e foles, já era conhecido e usual no continente africano, como na África Central.

Agora, assinale a alternativa que apresente a sequência CORRETA:

a) V – F – F.
b) F – F – V.
c) F – V – V.
d) V – V – F.
e) V – F – V.

Seção 3.3

Sociabilidade, religião e sociedade na América Portuguesa do século XVIII

Diálogo aberto

Quando jazidas de pedras e metais preciosos foram descobertas na região das Minas Gerais, muita coisa mudou nos seus arredores: transformações profundas que alteraram, inclusive, o modo como as pessoas passaram a se relacionar na América Portuguesa. Centros urbanos surgiram e cresceram no decorrer do século XVIII, apresentando uma vivência até então inexistente na colônia portuguesa.

Em meio às novas relações sociais que se desenvolviam com a descoberta de ouro e diamantes, e a concentração populacional na região, temos o aumento do comércio de produtos dos mais diversos, e este tipo de atividade, em conjunto com as práticas mineradoras, contribuiu decididamente para que uma dinâmica social diferente despontasse nas Minas Gerais.

Com esse espaço diferenciado e diversificado da colônia, é possível perceber mais claramente uma intensa e rica troca cultural – tão característica da identidade que o Brasil mais tarde buscaria reafirmar como país "mestiço". No que diz respeito às práticas religiosas, por exemplo, apesar da preponderância do catolicismo, elementos das crenças de iorubás, bantos e diversas nações indígenas permaneceram sendo praticados, agregando (ou simulando agregar) diferentes cultos. As religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, são exemplares nesse sentido.

Como vivemos um momento de valorização das diferentes crenças presentes em nossa sociedade, na situação-problema para esta seção você deve continuar pensando na turma do terceiro ano do Ensino Médio, agora tendo como referência o seguinte questionamento: por que é possível encontrar, em pleno século XXI, grupos religiosos que insistem em olhar com preconceito e intolerância as pessoas que fazem parte de religiões de matrizes africanas?

É importante propor, assim como foi feito nas demais seções, um debate em sala de aula, onde os estudantes, após lerem o artigo “Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?” (Disponível em: < https://goo.gl/mhhSWm>. Acesso em: 15 nov. 2017) e refletir em grupo, apresentem em sala de aula as conjecturas que surgiram da conversa que tiveram sobre este tema.

Não pode faltar

Caro estudante, nessa seção estudaremos alguns aspectos muitas vezes ignorados nas narrativas sobre o período colonial, como a vida e a luta das mulheres – sejam africanas, indígenas ou europeias – e sua participação em diferentes âmbitos da sociedade. A história da América Portuguesa, de Cabral a Tiradentes, costuma ser pensada exclusivamente a partir da ação masculina. Nesse sentido, há um trabalho historiográfico ainda em construção para que entendamos as dinâmicas das relações de gênero e a participação das mulheres, de escravizadas a *sinhás*, na construção da sociedade colonial. Do mesmo modo, florescem estudos sobre homens e mulheres livres, rompendo outros clichês do imaginário sobre a América Portuguesa. Enquanto europeus são muitas vezes pensados exclusivamente como grandes senhores de escravos, africanos e seus descendentes são pensados costumeiramente apenas na condição de cativos quando, em muitos casos, conquistavam sua liberdade por diferentes caminhos – e compunham juntamente de brancos pobres um grupo relevante de pessoas livres.

Outro aspecto normalmente ignorado nas narrativas mais conhecidas sobre o período diz respeito a cultura e à religiosidade. Costumamos abordar esse passado valorizando sobretudo aspectos econômicos e políticos, ignorando o âmbito onde os sentidos da colonização e o próprio significado da vida dos colonos era pensado: a religiosidade e a cultura, os caminhos pelos quais brancos, negros e indígenas interpretavam a si mesmos, sua sociedade e sua própria existência.

Vamos começar a refletir sobre esses elementos tão importantes e tão pouco retratados?

A descoberta de jazidas de ouro e pedras preciosas na região das Minas Gerais entre os séculos XVII e XVIII transformou um território

até então pouco explorado por portugueses. A quantidade de pessoas vindas da metrópole e de diversas localidades da América Portuguesa, interessadas diretamente na extração do ouro e diamante ou no crescente comércio que ascendia nos centros urbanos em formação, colocou a colônia portuguesa no centro dos interesses metropolitanos, modificando decididamente as relações sociais então vigentes.

A riqueza, advinda das várias atividades que se desenvolveram, fez com que uma verdadeira transformação ocorresse nos arredores de Minas Gerais, principalmente a partir da segunda década do século XVIII, com a criação das primeiras vilas que logo se tornaram importantes centros urbanos e econômicos – por exemplo, com a elevação a categoria de vila a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (atual cidade de Sabará), Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) e Vila do Carmo (atual cidade de Mariana).

As dinâmicas próprias e a relativa riqueza gerada na região são um dos assuntos mais debatidos pela historiografia do tema. Apesar das discordâncias, como já estudamos, um dos elementos consensuais é a importância de homens e mulheres livres naquela sociedade. O espaço urbano e a atividade mineradora transformaram as práticas de escravos e alforriados. Essas pessoas são agentes da história conquistando sua alforria, além de muitos contribuírem para que seus pares também se tornassem libertos. O pecúlio – as economias que muitos escravos conseguiam guardar para comprar sua liberdade – foi muito usual neste período, mas a liberdade também se dava de outras maneiras. Podemos incluir

> [...] as libertações concedidas como prêmio para delatores de irregularidades e para os que encontrassem grandes diamantes. Incluem-se, também, as concedidas em testamento, pelos "bons serviços prestados", por "caridade", por "afeto" e até por "gratidão"; para o testador, porém, tais legados facilitavam o seu ingresso no reino celeste. Ainda existiam as alforrias patrocinadas por pais, padrinhos, parentes, cônjuges e outros protetores, além das condicionais, que obrigavam o escravo de um testador, por exemplo, a servir outras pessoas durante anos antes de receber a carta de liberdade. Mas a maioria das manumissões em Minas talvez tenha sido paga pelos próprios escravos, dando o valor de uma única vez ou lançando mão da coartação, ou seja, do pagamento parcelado da alforria (PAIVA, 1995, p. 50-51).

A coartação referida na citação normalmente baseava-se em um acordo verbal entre escravos e senhores, que poderia até ser intermediado pela assinatura de um documento conhecido como Carta de Corte. Nesse documento, delimitavam-se desde prazos para pagamento, o valor definitivo da alforria até mesmo se o cativo poderia ou não acumular o seu pecúlio longe dos domínios de seu senhor. Ainda que a coartação não estivesse prevista na legislação portuguesa, foi amplamente praticada na Capitania de Minas Gerais (PAIVA, 1995, p. 51).

Reflita

Muitas vezes esses acordos eram descumpridos por ambas as partes. Interessante é perceber que, tanto os senhores, quanto os escravos, poderiam recorrer aos governadores da capitania solicitando justiça. É o caso na citação a seguir, relatando o episódio do escravo Manoel Cabo Verde que, em desacordo com seu senhor, Manoel Dias de Souza, fez enviar um requerimento do arraial do Ouro Branco, em 1769, direto ao governador:

> Com o mais profundo respeito, chega aos ínclitos pés da inata piedade de Vossa Excelência, Manoel Cabo Verde, escravo de Manoel Dias de Souza, expondo na sua egrégia presença, que nos últimos requerimentos que o suplicante fez a Vossa Excelência sobre a liberdade que pretende se dignou Vossa Excelência mandar por seu venerando despacho que o suplicado desse três dias em cada semana o suplicante para tratar dos meios que por direito lhe competiam e sempre grato a este benefício insta o suplicante com a maior submissão [...] e só pode conseguir o suplicante a liberdade que intenta, em preço justo, quando na conformidade do exposto o proteja a benignidade de Vossa Excelência [...] Para Vossa Excelência, pela sua exímia piedade, se digne atender o desvalimento do suplicante e impossibilidade para disputar com o dito seu senhor por meios judiciais, deferindo-lhe na presença conjuntura com o suplicado tem, no que Receberá Mercê e esmola (Fonte: Secretaria de Governo-MG da Documentação não encadernada da Capitania

de Minas Gerais – DNECMG - APM/SG - DNECMC - caixa-cx. 6, documento-doc. 35. In.: PAIVA, Eduardo França. **Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial**. FFLCH-USP, Revista de História, nº 133, 2° semestre de 1995, p. 51-52).

Era essa a ideia de resistência ou negociação escrava que você tinha em mente? O que esse tipo de documento lhe permite repensar a respeito das relações entre senhores e escravos nas Minas Gerais do século XVIII?

Como cativos interessados em adquirir a alforria conseguiam pagar pela liberdade? Costumamos pensar o trabalho assalariado e o escravo como práticas completamente dissociadas e é importante repensarmos essa relação. Os escravos acabaram se beneficiando de situações – como a circulação de pequenas pepitas e do ouro em pó – que ocorriam de forma intensa na Capitania de Minas Gerais. Era comum a prática remunerada pelos escravos da "faiscação", a prestação de serviços mais especializados, como cozinhar e costurar, a plantação e a criação de animais (alguns senhores ou protetores cediam pedaços de terra), além de pedirem esmolas e de recorrerem às irmandades negras" (PAIVA, 1995, p. 52). A prostituição também era uma alternativa utilizada, seja para conseguir algum tipo de rendimento ou benefício para se alcançar a liberdade.

Exemplificando

No artigo *Mulheres, famílias e resistência escrava nas Minas Gerais do século XVIII*, o historiador Eduardo França Paiva faz menção também as escravas e sua relação com a prostituição:

Alforrias e privilégios não foram, unicamente, concessões feitas de cima para baixo, mas conquistas alcançadas, no caso, por mulheres submetidas. A

exploração sexual sofrida pelas escravas, elemento até hoje tão comum no imaginário sobre a escravidão, perece ter sido, na verdade, o lado propositadamente mais conhecido de uma relação mais complexa. Um outro, talvez equivocadamente escamoteado por uma mentalidade machista e estrategicamente ocultado pelo discurso abolicionista, foi gerenciado por aquelas mulheres, que de vítimas passam a provocadoras dos contatos sexuais. A intenção, evidentemente, era facilitar a vida em cativeiro, forçar a libertação e tentar garantir recursos materiais para o futuro. A observação não pretende, de maneira alguma, minorar a dimensão da violência intrínseca ao sistema e às relações escravistas, mas, tão-somente, sublinhar a condição de agentes históricos ostentada por essas escravas (PAIVA, Eduardo França. "Mulheres, famílias e resistência escrava nas Minas Gerais do século XVIII". **Varia História**, Belo Horizonte, nº 13, Junho/94, p. 67-77, p. 69-70).

Outro aspecto importante para pensar a história das mulheres na colônia diz respeito à heterogeneidade das mulheres brancas no século XVIII. Leia o interessante artigo de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Mulheres brancas no fim do período colonial*:

O papel das brancas no fim do período colonial foi bem distinto daquele que lhes coube no primeiro século de colonização, quando apenas degredadas ou mulheres de condição nobre, esposas de donatários e de administradores coloniais, pisavam o solo brasileiro. Demograficamente, não mais se verificava a escassez de população feminina branca, característica dos primeiros tempos. Há, no fim do período colonial, um contingente de brancas muito mais numeroso e socialmente mais diversificados, sem os extremos sociais do período inicial. Ao lado da "dona", ou seja, da mulher de condição nobre, surge uma grande variedade de plebeias que exercem múltiplas atividades, desde a fiação e a tecelagem do algodão, à agricultura de roças de mantimentos, ao pequeno

comércio, à costura e feitura de rendas. (NIZZA, Maria Beatriz da Silva. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 4, 1995, p.76). Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50919>. Acesso em: 11 jan. 2018.

A historiografia contemporânea é rica em pesquisas sobre a atuação das mulheres na comercialização de inúmeros produtos nos centros urbanos em formação nas Minas Gerais setecentista. Se a grande maioria estava excluída da possibilidade de ocupar cargos que pudessem lhes garantir qualquer reconhecimento da sociedade da época, a importância do trabalho realizado pelas mulheres alforriadas ou que estavam buscando a liberdade é algo fundamental para o entendimento das relações sociais do período.

Para o historiador Luciano Figueiredo (2004), a participação efetiva das mulheres na comercialização de gêneros a varejo, que na maioria das vezes eram produzidos na própria região, foi resultado da convergência de duas perspectivas culturais determinantes:

A primeira delas está relacionada à influência africana, uma vez que nessas sociedades tradicionais as mulheres desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. O segundo tipo de influência deriva da transposição para o mundo colonial da divisão de papéis sexuais vigentes em Portugal, onde a legislação amparava de maneira incisiva a participação feminina (FIGUEIREDO, 2004, p. 144).

Merece destaque neste período as mulheres que ficaram conhecidas como “negras de tabuleiro”, forras ou escravas que peregrinavam pelas povoações e arraiais vendendo uma variedade de produtos que iam desde doces, até aguardente e fumo.

Assimile

As imagens presentes neste box foram confeccionadas pelo engenheiro do exército colonial Carlos Julião (1740-1811), e ficaram conhecidas como Negras vendedoras de rua. Representam a figura das mulheres que de povoado em povoado levavam seus produtos para comercializar:

Figura 3.3 | Carlos Julião e as ***Negras vendedoras de rua***

Fonte: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/36156>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Não demorou para que as mulheres que desenvolviam este tipo de trabalho fossem vistas como um perigo à ordem que a metrópole tentava instituir na região da Capitania de Minas Gerais, já que ao redor destas comerciantes vários segmentos da população pobre mineira se faziam presentes, gerando constante desconfiança por parte dos governantes provinciais. O grande problema para as autoridades administrativas era que estes espaços assumiam outras funções que não a do comércio propriamente dito:

> [...] seu interior escondia toda a sorte de atividades escusas, como o contrabando de pedras de ouro e diamantes furtados por escravos. Sob seu teto se tramavam fugas de escravos e aquisição de gêneros para o abastecimento dos quilombos. Espaço de alegria e lazer, batuques em que se dançava e cantava eram ali frequentemente organizados e encontros sexuais acertados. Uma das melhores formas de perceber a atuação e a persistência do trabalho feminino no controle das vendas é justamente acompanhar a evolução das inúmeras medidas para seu controle (FIGUEIREDO, 2004, p. 146).

Ao longo do século XVIII, além do vertiginoso aumento do número de estabelecimentos comerciais deste tipo (contabiliza-se em 1716 um total de 190 vendas, aumentando para 697 no ano de 1773), é possível acompanhar também o crescimento do número de mulheres participando ativamente da administração das vendas (evoluindo de 6% em 1716 para 70% em 1773).

A imagem a seguir foi realizada pelo artista e pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858) no ano de 1835. Retrata uma venda em Recife, mas ilustra um tipo de espaço que existiu em muitos povoados das Capitanias da América Portuguesa:

Figura 3.4 | Rugendas, ***Venda em Recife***

Fonte: < http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/19974>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Em meio às relações comerciais que se desenvolveram a partir do século XVIII e à atividade mineradora, a convivência e as relações (assimétricas) entre indígenas, africanos e seus descendentes, brancos e "mestiços" geraram uma sociedade única. Desse amálgama étnico-cultural surge, nas palavras do intelectual brasileiro **Darcy Ribeiro** (1922-1997), um povo novo:

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes fundadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existiam (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Esse é um ponto fundamental para o entendimento crítico desse processo e da identidade mestiça brasileira: "*novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova*". Toda cultura e todo povo é, obviamente, mestiço. Não existem culturas ou povos "puros": toda sociedade – no Egito Antigo ou em Minas Gerais – ou toda religião – do catolicismo a umbanda – é constituída de inúmeras matrizes, longas raízes que se espalham por diversas culturas e povos. Portugal do século XVI, por exemplo, é resultado de ocupações célticas, latinas, visigóticas e árabes, assim como cada um desses grupos, por sua vez, foi formado por diversas outras etnias. No entanto, muitas vezes as sociedades enxergam a si mesmas como uma única coletividade, um único povo com a ilusão de um passado comum. Diferentemente, a sociedade que surgia nas Minas Gerais se via como *mestiça* e, portanto, quando utilizarmos esse termo, é importante que tenhamos em mente essa referência histórica e a ressalva que acabamos de apresentar.

No que diz respeito às questões ligadas à religiosidade, apesar da predominância do catolicismo como religião em toda a colônia, isso não quer dizer que as crenças de grupos nativos ou aquelas que os africanos traziam eram esquecidas. Mesmo tendo de se habituar à nova realidade a qual estavam sujeitos, africanos de diversas nações e seus descendentes sempre buscaram uma maneira de manter vivas as suas expressões e manifestações religiosas, ainda que com a integração de novas simbologias ou com a simulação da incorporação dos cultos de seus senhores cristãos.

É o caso de povos como os dos grupos étnico-linguísticos banto, iorubas e fons, que se viram forçados a adaptar seus preceitos religiosos à nova realidade na qual estavam inseridos. E, neste novo contexto social que lhes fora apresentado,

> [...] a parte ritual da religião original mais importante para a vida cotidiana, constituída no culto aos antepassados familiares e da aldeia, pouco se refez, pois, na escravidão, a família se perdeu, a tribo se perdeu. Na África, era o ancestral do povoado (egungum) que cuidava da ordem do grupo, resolvendo os conflitos e punindo os transgressores que punham em risco o equilíbrio coletivo. Quando as estruturas sociais foram dissolvidas pela escravidão, os antepassados perderam seu lugar privilegiado no culto, sobrevivendo marginalmente no novo contexto social e ritual (PRANDI, 1998, p. 153).

É assim que na América Portuguesa a reverência aos antepassados deixa de ser o elemento central que sustenta a cultura destes povos, sendo substituído pelo culto as divindades ligadas diretamente às forças da natureza, chamadas de orixás (PRANDI, 1998, p. 154).

Pesquise mais

Enquanto até poucos anos atrás os conteúdos ligados à história, cultura e religiosidade africana e afro-brasileira eram restritos até mesmo nas escolas, inúmeros artistas trilhavam o caminho oposto. É o caso da cantora Clara Nunes. O artigo a seguir apresenta resumidamente a vida da cantora e seu envolvimento com a umbanda, representado nas letras de suas canções e nas capas de seus discos.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. "*Tem orixá no samba: Clara Nunes e a presença do candomblé e da umbanda na música popular brasileira*". **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: vol. 27, nº 2, p. 85-113. Disponível em: <https://goo.gl/ekgwYf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Envoltos nessa nova realidade, inúmeras estratégias foram adotadas na América Portuguesa para que uma nova identidade religiosa pudesse ser construída pelos povos escravizados. E uma das estratégias desenvolvidas pelos cativos trazidos à colônia portuguesa na América foi colocar em prática o que ficou conhecido como sincretismo religioso: a aproximação com o cristianismo era essencial para negociar e incluir-se no mundo apresentado pelo homem branco. (PRANDI, 1998, p. 154).

De uma forma geral, podemos entender o sincretismo religioso como uma estratégia desenvolvida pelos africanos e seus descendentes para manter aspectos pontuais das religiões trazidas da África. Assim, com o passar de séculos, inseriram em suas práticas religiosas cotidianas aspectos ligados ao cristianismo, criando uma dinâmica de troca de elementos religiosos que também influenciou o catolicismo colonial. A historiadora Laura de Mello e Souza em sua obra *O diabo e a terra de Santa Cruz* destaca a seguinte perspectiva acerca do sincretismo religioso afro-católico:

Outorgado, talvez, num primeiro momento, pela camada dominante, o sincretismo afro-católico dos escravos foi uma realidade que se fundiu com a preservação dos próprios ritos e mitos das primitivas religiões africanas. [...] nas estruturas sociais que lhes foram impostas, os negros, através da religião, procuraram "nichos" em que pudessem desenvolver integradamente suas manifestações religiosas. Arrancados de suas aldeias natais, não puderam recriar no Brasil o ambiente ecológico em que haviam se constituído suas divindades; entretanto, ancorados no sistema mítico originário, recompuseram-no no novo meio. [...] Gêges, Nagôs, Iorubas, Malês e tantos outros trouxeram uma sua contribuição, refundindo-as à luz de necessidades e realidades novas, superpondo ao sincretismo afro-católico um outro quase sincretismo afro. (SOUZA, 1986, p. 93-94).

Pesquise mais

No artigo a seguir, o historiador Sérgio Ferreti reflete sobre o conceito de sincretismo e como a *Festa do Divino* realizada em Terreiros de Tambor de Mina, em São Luiz do Maranhão, evidencia "a presença do sincretismo religioso nas religiões afromaranhenses" (FERRETI, 2008, p. 7).

FERRETTI, Sergio. "Multiculturalismo e sincretismo". In: MOREIRA, Alberto da Silva e OLIVEIRA, Irene Dias de. **O futuro da religião na sociedade global** - Uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas/ UCG, 2008, p 37-50. Disponível em: < https://goo.gl/4eYQWB >. Acesso em: 15 nov. 2017.

Ao abordar o sincretismo, não podemos ignorar nossa ressalva inicial sobre esse conceito, assim como da noção de mestiçagem. Quando falamos de sincretismo no Brasil, nosso imaginário costuma tratar apenas do amálgama que se deu na América Portuguesa entre as religiões de matriz africana e o cristianismo católico. No entanto, com o olhar de historiador, é preciso lembrar que todas as religiões passaram pelo processo de sincretização ao longo dos séculos, "pois representam o resultado de grandes sínteses, integrando elementos de várias procedências que formam um novo todo" (FERRETI, 1998, p. 183). Além disso, a utilização do conceito de sincretismo religioso sem a devida problematização acaba reduzindo a relação assimétrica entre as crenças de europeus e africanos, apresentando a simplista "ideia de opressão e de imposição da religião do colonizador sobre o colonizado, implicando na aceitação pacífica pela classe subalterna, de tradições da classe dominante, que adotaria e confundiria elementos de origens distintas e opostas" (FERRETI, 1998, p. 184).

Por este motivo, principalmente a partir de meados dos anos de 1980, é possível perceber por parte de lideranças e militantes inseridos no campo das religiões afro-brasileiras um trabalho intenso em criticar a ideia de um suposto sincretismo religioso, reafirmando a importância destes cultos em seus próprios termos. Entender, por exemplo, os orixás como simples versões negras dos santos católicos oblitera a natureza própria do culto e dos ritos do candomblé. Para um país que se reafirma multicultural e diverso cotidianamente na mídia ou na política, o respeito à diferença e a liberdade de culto de grupos historicamente oprimidos é um ponto fundamental.

Sem medo de errar

Segundo a reportagem publicada pela BBC Brasil, especialistas nesta área destacam dois pontos fundamentais para compreender a intolerância religiosa presente na nossa atual conjuntura:

Por um lado, o racismo e a discriminação que remontam à escravidão e que desde o Brasil colônia rotulam tais religiões pelo simples fato de serem de origem africana, e, pelo outro, a ação de movimentos neopentecostais que nos últimos anos teriam se valido de mitos e preconceitos

para "demonizar" e insuflar a perseguição a umbandistas e candomblecistas. (BBC BRASIL, 2016, [s.p.])

Nesse cenário, não é incomum encontrar cotidianamente grupos que desdenham dos valores e crenças das religiões de origem africana e, em casos extremos, atacam oferendas, templos e até mesmo seus praticantes. A reportagem especifica o caso de determinadas lideranças neopentecostais que incitam direta ou indiretamente a intolerância contra as religiões como o candomblé e a umbanda. Podemos utilizar como exemplo uma postagem realizada por um deputado e pastor neopentecostal que, em sua conta no Twitter, apresentou a seguinte afirmação: "Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. *O motivo da maldição é a polêmica. Não sejam irresponsáveis twitters*" (UOL NOTÍCIAS. **Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado"**, 31 mar. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/NjMLB8>. Acesso em: 15 nov. 2017).

Para realizar esta afirmação, baseou-se em uma passagem bíblica presente no livro do Gênesis, capítulo 9, versículos 18 a 27, e que com o tempo ficou conhecida como "Noé embriagado":

Ora, os filhos de Noé, que saíram da arca, foram Sem, Cão [*Cam ou Cã, de acordo com a tradução*] e Jafé; e Cão é o pai de Canaã. Estes três foram os filhos de Noé; e destes foi povoada toda a terra. E começou Noé a cultivar a terra e plantou uma vinha. Bebeu do vinho, e embriagou-se; e achava-se nu dentro da sua tenda. E Cão, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai, e o contou a seus dois irmãos que estavam fora. Então tomaram Sem e Jafé uma capa, e puseram-na sobre os seus ombros, e andando virados para trás, cobriram a nudez de seu pai, tendo os rostos virados, de maneira que não viram a nudez de seu pai. Despertado que foi Noé do seu vinho, soube o que seu filho mais moço lhe fizera; e disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos será de seus irmãos. Disse mais: Bendito seja o Senhor, o Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. Alargue Deus a Jafé, e habite Jafé nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo (BÍBLIA SAGRADA, 1962, p.13).

Entre outros autores, Alfredo Bosi, crítico e historiador literário, ensaísta, professor titular aposentado de literatura brasileira na USP e integrante da Academia Brasileira de Letras explicou os usos do mito hebraico como justificativa para a escravidão durante o período colonial. Em seu livro *Dialética da colonização* ele afirma:

> **O fato é que se consumou em plena cultura moderna a explicação do escravismo como resultado de uma culpa exemplarmente punida pelo patriarca salvo do dilúvio para perpetuar a espécie humana. A referência à sina de Cam circulou reiteradamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a teologia católica ou protestante se viu confrontada com a generalização do trabalho forçado nas economias coloniais. O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista, que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo ou ao domínio do Islão. Mercadores e ideólogos religiosos do sistema conceberam o pecado de Cam e a sua punição como o evento fundador de uma situação imutável (BOSI, 1992, p. 255).**

Podemos demonstrar, assim, como a afirmação do deputado e pastor em sua rede social reproduz uma ideia do período colonial que servia aos interesses colonialistas e escravocratas e, ainda hoje, mantém a ideia de uma inferioridade dos povos originários da África. A nós, professores de História, compete a responsabilidade da problematização desse tipo de noção equivocada e, sobretudo, perniciosa para a construção de uma sociedade plural e democrática.

Faça valer a pena

1. Complete as lacunas da sentença a seguir:

"A questão do ____________________ afro-brasileiro ainda hoje é tema que merece a atenção acadêmica. Há muito, a mistura dos ____________________ com os ____________________ católicos e o surgimento de entidades americanas foi absorvida pela cultura religiosa brasileira. Do mesmo modo os pais de santo, banhos de ervas e despachos, são procurados, [...] para resolver problemas da vida: financeiros, sanitários e amorosos. A procura

se dá não somente pelos praticantes dos ____________________ afro-brasileiros, mas também pelos católicos e crentes de outras religiões". (FONSECA, Dante Ribeiro da. **As raízes do sincretismo religioso afro-brasileiro**. Revista Língua Viva, Guajará-Mirim/RO, Vol. 2, nº 1, p. 96-136, jul./dez. 2012, p. 97).

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

a) sincretismo, orixás, santos e cultos.
b) comércio, temperos, rituais e festivais.
c) policiamento, escravos, clérigos e trabalhos.
d) sincretismo, escravos, clérigos e festivais.
e) comércio, orixás, santos e trabalhos.

2. Leia a citação a seguir:

"As populações negras trazidas ao Brasil pertenciam a diferentes civilizações e provinham das mais variadas regiões africanas. Suas religiões eram partes de estruturas familiares, organizadas socialmente ou ecologicamente a meios biogeográficos. Com o tráfico negreiro, sentiram-se obrigadas a decifrar um novo tipo de sociedade, baseada na família patriarcal, latifundiária e em regime de castas étnicas (sistemas tradicionais, hereditários ou sociais de estratificação, baseados em classificações como raça, cultura, ocupação profissional. O termo também é usado para designar 'cor')". (FAVERO, Yvie. **A Religião e as religiões africanas no Brasil**. Disponível em: <https://goo.gl/wL4BPJ>. Acesso em: 15 nov. 2017, p. 4).

Agora, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. Na América Portuguesa, a reverência aos antepassados realizado pelos povos oriundos do continente africano continua sendo o elemento central que sustenta a cultura destes povos.

PORQUE

II. Aqui, acabaram incorporando em seus cultos as divindades ligadas diretamente às forças da natureza, chamadas pelos povos de origem banto de orixás.

A respeito dessas asserções, assinale a opção CORRETA:

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a I é uma justificativa da II.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições falsas.

3. Leia a citação a seguir:
"Desde os primórdios da formação social brasileira, nos inúmeros centros urbanos da América de colonização portuguesa, o comércio varejista foi ocupação exercida essencialmente por mulheres. Já no século XVI encontraríamos nesta atividade mulheres das mais variadas condições – livres, forras ou escravas – como vendedoras ambulantes circulando por São Paulo, Belém, Salvador, Rio de Janeiro e Recife". (FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Quitandas e quitutes – estudo sobre a rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial**. Caderno de Pesquisa, São Paulo (54): p. 50-61, agosto 1985, p. 52).

Agora, sobre o comércio realizado pelas mulheres nas Minas Gerais, avalie as seguintes afirmações:

I. As "negras de tabuleiro", forras ou escravas que peregrinavam pelos locais mais inóspitos das povoações e arraiais, vendiam uma variedade de produtos que iam desde bolos, doces, até aguardente e fumo.
II. As atividades comercias desenvolvidas por estas mulheres eram bem vistas pelas autoridades locais, já que era grande a dificuldade de abastecer com suprimentos básicos toda a Capitania de Minas Gerais.
III. A historiografia contemporânea é rica em pesquisas realizadas levando em consideração a atuação das mulheres na comercialização de inúmeros produtos nos centros urbanos em formação nos arredores da Capitania de Minas Gerais.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

a) As afirmativas I e II estão corretas.
b) As afirmativas I e III estão corretas.
c) Apenas a afirmativa I está correta.
d) Apenas a afirmativa II está correta.
e) As afirmativas II e III estão corretas.

Referências

BAKKE, Rachel Rua Baptista. Tem orixá no samba: Clara nunes e a presença do candomblé e da umbanda na música popular brasileira. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, p. 85-113.

BBC BRASIL. **Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?**, 21 jan. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BÍBLIA SAGRADA, Gênesis. **Sagrada Bíblia Católica**: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Editora Maltense, 1962, p. 7-53.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais**. MNEME – Revista de Humanidades, nº 11, vol. 27, 2010, p. 14-24.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes - Mercadores das Minas Setecentistas**. Belo Horizonte – MG: Editora, Unicentro Newton Paiva, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

DINIZ, André; RABELO, Allan. **Chico Rei**. Disponível em: <http://mobonatto.pbworks.com/w/file/fetch/70728620/HQ%20-%20Chico%20rei.pdf>. Acesso em: 25.11. 2017.

Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico. Estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

EL PAÍS. **De quem devem ser os tesouros históricos roubados?** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/cultura/1512237457_760260.html>. Disponível em: 25.11.2017.

___________. **Os argumentos da juíza para condenar Bolsonaro por ofensa aos quilombolas**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507147016_167469.html>. Acesso em: 10.11.2015.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.

FAVERO, Yvie. **A Religião e as religiões africanas no Brasil**. Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-Religi%C3%A3o-e-as-religi%C3%B5es-africanas-no-Brasil1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FERRETTI, Sergio. Multiculturalismo e sincretismo. In: MOREIRA, Alberto da Silva e

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Mulheres nas Minas Gerais**. In.: PRIORE,

Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

__________; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Quitandas e quitutes – estudo sobre a rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial**. Caderno de Pesquisa, São Paulo (54): p. 50-61, agosto 1985.

FONSECA, Dante Ribeiro da. As raízes do sincretismo religioso afro-brasileiro. **Revista Língua Viva**, Guajará-Mirim/RO, Vol. 2, nº 1, p. 96-136, jul./dez. 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Atlas Histórico do Brasil: população e exportações da Colônia**. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/populacao-e-exportacoes-da-colonia>. Acesso em: 28.12.2017.

__________. **Gráficos: produção e população mineira no século XVIII**. Disponível em: < http://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18>. Acesso em: 28.12.2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos**. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 129-142, jul. 1999.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A cidade no Brasil – período colonial**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 38 jun/2011 p. 8 – 15.

GUEDES, Odilon. **Aspectos gerais do orçamento público no Brasil e o seu papel na promoção da cidadania**. Revista de Economia e Relações Internacionais/Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado. - Vol. 10, n. 20 (2012) - São Paulo: FEC-FAAP, 2007, p. 38.

KOPYTOFF, Igor. **Slavery**. Annual Review of Anthropology, vol.11, 1982.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. Ed. Facsimiliada. Soa Paulo: Hucitec; Unicamp, 2000.

LOTIERZO, Tatiana H. P. **Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos**. Tese (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 4.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil - Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos - CEBRAP n. 74. São Paulo, mar. 2006.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora EDUSP, 2004.

__________. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

O GLOBO. **Galeão com tesouro de até R$ 60 bilhões é encontrado na Colômbia**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/galeao-com-tesouro-

de-ate-60-bilhoes-encontrado-na-colombia-18235251>. Disponível em: 25 nov. 2017.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **O futuro da religião na sociedade global** - Uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas/UCG, 2008, p 37-50.

__________. **Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jun. 1998, p. 182-198.

PAIVA, Eduardo França. **Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo**. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 187-207.

__________. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. FFLCH-USP, **Revista de História**, nº 133, 2° semestre de 1995, p. 49-57.

__________. Mulheres, famílias e resistência escrava nas Minas Gerais do século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 13, Junho/94, p. 67-77, p. 69-70

PESQUISA FAPESP. **Chica da Silva sem X**. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2003/11/90-história.pdf>. Acesso em: 20.11.2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paullo: Brasiliense, 2006.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jun. 1998, p. 151-167.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 28, dezembro/fevereiro 1995/1996, p. 1-26.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 123.

REIS, Liana; SOUZA, Tânia Maria F. de. **Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória**. In.: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira – UFMG, 2006.

RENGER, Friedrich. **O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, vol. 42, n. 2, p. 90-105, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Antônio Fernando da Silva. **Mineração de metais e pedras preciosas**. In.: Departamento Nacional de Produção Mineral – Ministério de Minas e energia. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/outras-publicacoes-1/5-cap-5-2013-mineracao-de-metais-e-pedras-preciosas/view>. Acesso em: 01.12.2017.

ROMEIRO, Adriana. ***Paulistas e emboabas no coração das Minas*****: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século**

XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004,

__________. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

__________. ***Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea***. Revista de História, vol., p. 261-276, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América – a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. **Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Coleção Mineiriana. Série Clássicos. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

VEYNE, Paul. **O Império Romano**. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). História da vida privada – do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WERNECK, Gustavo. **Obra de aleijadinho é revelada pela primeira vez na Serra da Piedade**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/12/interna_gerais,891353/obra-de-aleijadinho-e-revelada-pela-primeira-vez-na-serra-da-piedade.shtml>. Acesso em: 25.11.2017.

Modernização e revolta na América Portuguesa

Convite ao estudo

Caro aluno, nesta unidade abordaremos temas relacionados aos movimentos de sedições e revoltas no Brasil Colonial, compreendendo como o Iluminismo e demais movimentos se relacionam com os acontecimentos na Colônia. Estamos nos encaminhando para o fim de nossa jornada e iniciaremos a reflexão sobre os processos dos anos finais do período colonial.

Dessa forma, abordaremos temas históricos bastante importantes, tais como os movimentos Inconfidentes de Minas Gerais e da Bahia, as consequências do período pombalino, a chegada da família real e o processo de Independência, além de um interessante debate historiográfico sobre o Brasil Colonial. Esperamos, portanto, que com essa unidade, possamos compreender melhor os processos modernizantes na Colônia e as principais interpretações historiográficas do período. Trata-se de uma época profundamente conturbada, repleta de revoltas – de trabalhadores escravizados contra seus senhores, da elite colonial contra a metrópole – que desafia a ideia do senso comum, que afirma que o Brasil tem uma história pacífica e que o brasileiro é marcado ela passividade.

É justamente para desafiar esses clichês sobre nosso país, tão típicos na mídia e nas salas de aula, que pensamos nosso contexto para esta unidade. Mais especificamente, tratamos aqui dos dilemas vividos pelos professores que se encontram em debate constante com esses estereótipos sobre a história do país. Nessa narrativa típica do senso comum, o passado brasileiro ora é reduzido a uma sucessão de narrativas biográficas de figuras poderosas e datas marcantes, ora é encarado como uma

eterna sátira vazia – que se considera "politicamente incorreta" – e reafirma uma noção de saber histórico sem qualquer validade metodológica. É nesse cenário que se dá o debate em sala de aula, pois os professores trabalham com estudantes que têm contato frequente com livros e vídeos sensacionalistas, que transformam a história em uma espécie de "novela" que se crê verdadeira, sem qualquer método ou crítica típicas do historiador. Como contraponto, os historiadores em geral – e também os famosos Leandro Karnal, Maria Lígia Coelho Prado e Lilia Moritz Schwarcz – já fizeram duras críticas a esse tipo de narrativa sensacionalista da história.

Assim, vemos que, na escola em que o Prof. Cristina trabalha, há vários alunos influenciados pelas leituras de livros como os citados acima, que foram recomendados por um professor de história do ano letivo anterior e que tinha opiniões equivocadas sobre o ofício. Como podemos demonstrar para os alunos que o conhecimento histórico não é tão simplista e requer cuidados metodológicos específicos? Como podemos superar os clichês e estereótipos de nossa identidade nacional por meio do estudo da história?

Seção 4.1

Revoltas contra o domínio colonial

Diálogo aberto

Feriado do dia 21/04, Tiradentes. Antes do tradicional recesso, a Prof. Cristina ministra tranquilamente sua aula quando um aluno questiona a legitimidade do feriado frente à outras datas – como o do Descobrimento do Brasil (22/04) – que não possuem a mesma comemoração. Para satisfazer a curiosidade do seu aluno e tornar a discussão mais interessante, a professora pede para que, durante o feriado, seus alunos observem as comemorações e as justificativas apresentadas nos meios de comunicação para tal evento.

Na aula subsequente ao 21/04, os alunos trouxeram as justificativas. Na maioria das vezes, Tiradentes é vinculado à Independência do Brasil, retratado como um herói na busca pela emancipação, um visionário na luta pela liberdade. Também surgiram alguns alunos questionando a importância da Inconfidência Mineira. Influenciados por leituras mais satíricas do que históricas, como as citadas no contexto de aprendizagem, alguns alunos disseram que a Conjuração Mineira foi um movimento irrelevante, sem qualquer impacto para a história. Contudo sabemos que, apesar de não ter se concretizado e não contar com a participação popular, o movimento mineiro foi parte de um processo mais amplo de questionamento das lógicas absolutistas, que se consolidou na Europa e nas Américas das décadas seguintes. Nesse sentido, mais do que glorificar o passado ou reduzi-lo a um vazio jocoso, é importante fazer com que os alunos entendam os meandros do movimento inconfidente, as relações de poder em jogo, as inovações políticas de seu cenário e, enfim, o próprio processo de construção da imagem de Tiradentes como herói durante a República.

Como a prof. Cristina pode trabalhar esse tema com seus alunos, apresentando as vertentes historiográficas e sem desvalorizar a história tanto da Inconfidência quanto da Independência?

Não pode faltar

As primeiras revoltas contra o domínio colonial

É preciso lembrar inicialmente que os protestos na Colônia contra políticas metropolitanas não eram incomuns, mesmo quando limitados. Vários deles se davam por conta de situações do cotidiano da colônia, como as negociações com a Igreja e os jesuítas, a escravidão indígena, a ocupação das minas de ouro e a demanda dos aristocratas pelo tráfico negreiro. Como podemos perceber, apesar de comuns, esses protestos não questionavam o poder monárquico, de acordo com a política do Absolutismo e com as ideias do sistema colonial. Esse cenário se transformaria ao longo do século XVIII. Para compreendermos melhor esses movimentos revoltosos, vejamos a seguinte citação, do livro *Rebeliões no Brasil Colônia* de Luciano Figueiredo:

> Diante de uma série sucessiva de protestos, identificam-se ondas de descontentamento que atingiram os colonos em momentos de aumento da pressão metropolita. Tais épocas de adensamento das tensões foram designadas como conjunturas "críticas" ou "insurgentes" por Laura de Mello e Souza, que fixou três momentos característicos, entre 1640 e 1798, capazes de rodear o conjunto das revoltas colônias, a saber: da Restauração ao envolvimento português na Guerra de Sucessão espanhola (1640-1684), da Guerra dos Emboabas à Revolta do Terço Velho (1708-1728) e, no contexto das revoluções atlânticas, o período que transcorre da Inconfidência Mineira à Revolução dos Alfaiates (1789-1798). (FIGUEIREDO, 2005, p. 27)

Os movimentos de contestação à ordem colonial foram divididos classicamente em dois grupos: os nativistas e os modernos. Os primeiros têm relação com o descontentamento dos colonos com situações que podem em até certo ponto serem consideradas cotidianas em uma grande colônia escravagista como foi o Brasil. Questionamentos sobre a cobrança de impostos, falta de abastecimento de escravos, proibição da escravização de indígenas e interferências dos jesuítas nos negócios coloniais são alguns dos motivos principais das ditas revoltas nativistas.

Já os movimentos considerados modernos estão relacionados àquilo que Luciano Figueiredo chamou de o "**contexto das revoluções atlânticas**". São movimentos contemporâneos ao processo de contestação ao domínio metropolitano e ao modelo colonial nas Américas, como aqueles que ocorreram na **Revolução Americana** (1776) e a **Revolta de São Domingos** (1791-1804), que deu origem a Independência do Haiti. No processo estadunidense temos, pela primeira vez, uma ex-colônia americana se desvinculando da metrópole e criando uma nova nação, de acordo com as aspirações da elite local. A valorização da noção e da luta por independência pode nos parecer óbvia atualmente, mas, quando pensamos assim, estamos projetando nossas ideias do presente no passado (anacronismo). Segundo o prof. João Paulo Garrido Pimenta (2012), titular da disciplina de História do Brasil Colonial da USP, a **Guerra dos Mascates** (1711) é um exemplo claro da mentalidade arraigada ao colonialismo anterior a Independência dos EUA. Segundo ele, os revoltosos pernambucanos queriam a separação da metrópole portuguesa, mas queriam tornar-se parte do Império Francês. Ou seja, o limite do pensamento daqueles insurgentes era apenas a troca da metrópole. Não existia ainda a ideia de formar uma nova nação, porque não existia uma ideia de nacionalidade ou identidade nacional brasileira. Truísmo, portanto, afirmar que não existiam brasileiros antes do Brasil: os colonos se sentiam parte do Império Português (e grupos indígenas pertenciam às suas diferentes nações, assim como os diferentes povos africanos escravizados). Ao mesmo tempo, essas revoltas demonstram a instabilidade e a violência das lutas políticas na América Portuguesa e nas raízes do país que mais tarde se formaria.

Mas, afinal de contas, o que mudou no imaginário do século XVIII, entre 1711 (Guerra dos Mascates) e 1776 (Independência das 13 colônias)?

Um processo de transformação das noções políticas havia se iniciado no Velho Continente. Ao longo do século XVII, a Inglaterra, pioneira dessa nova cultura política que se iniciava, havia passado por duas revoluções e instaurado um sistema de **Monarquia Parlamentar**, dando fim ao Absolutismo Monárquico. Se, por um lado, desde o início da modernidade os autores humanistas como **Michel de Montaigne** (1533 – 1592) e **Étienne La Boétie** (1530 – 1563) questionaram a tirania dos reis e o poder da Igreja Católica, foi na Inglaterra do século XVII que a noção de um contrato social entre governantes e governados

se estabeleceu mais claramente, sobretudo a partir da obra de **John Locke** (1632 – 1704). Concretizados na **Carta de Direitos** (Bill of Rights) da **Revolução Gloriosa de 1689**, os novos princípios políticos estabeleciam a noção de *direito político* (em detrimento da noção de privilégio), assim como afirmavam que a lei estava acima do rei e que os governados poderiam derrubar governantes considerados tiranos. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das ideias racionalistas ao longo da modernidade – normalmente conhecidas a partir de grandes autores e cientistas como os já citados aqui, além de Nicolau Maquiavel, Leonardo da Vinci, René Descartes, Galileu Galilei e Isaac Newton – contribuíram para a consolidação de uma nova perspectiva diante da realidade. Aos poucos, o mundo deixava de ser visto como um lugar encantado e dominado por forças divinas ou mágicas e passava a ser um espaço mapeado, possível de ser explicado a partir de bases lógicas, racionalistas. A gravidade, a luz, também a política e as leis, passariam pelo crivo da crítica – palavra inventada no século XVIII, não por coincidência – criando novas maneiras de se pensar o conhecimento, a ciência e os sistemas de governo.

É como resultado desse longo processo que se desenvolve o **Iluminismo**, nome dado ao pensamento filosófico característico do século XVIII, marcado pelo racionalismo (ou seja, a ideia de que tudo pode ser explicado racionalmente) e pela crítica à Igreja Católica e ao absolutismo. Apesar de não haver um consenso geral entre as propostas políticas dos autores iluministas, podemos resumir o que há em comum entre esses pensadores a partir de seu lema "*atreva-se a conhecer*": a crítica e o exercício do questionamento racional como instrumento para a emancipação do homem.

A partir das ideias de autores como Locke, pensadores questionaram contundentemente o absolutismo francês, como o barão de La Brède e de **Montesquieu** (1689 -1755), que, inspirado no modelo inglês, propôs um sistema de monarquia parlamentar, com participação de deputados eleitos e divisão dos poderes entre *Executivo, Legislativo e Judiciário*. Outros autores, como Jean Jacques **Rosseau** (1689 – 1755), questionaram mais profundamente os privilégios sociais e até a própria monarquia. De acordo com a concepção "das luzes", o povo deixa de ser apenas súdito do rei para transformar-se em cidadão, com deveres e direitos. Os movimentos de rebelião que inicialmente chamamos de "modernos", de rompimento com a ordem vigente, são marcados pela inspiração iluminista.

Reflita

A relação entre a crítica e a crise, segundo Reinhart Koselleck:

> De um ponto de vista histórico, a atual crise mundial resulta da história europeia. A história europeia expandiu-se em história mundial e cumpriu-se nela, ao fazer com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente. [...]
> A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo. Cresceu a partir do espaço político europeu e, na medida em que se desligava dele, desenvolveu uma filosofia do progresso que correspondia a esse processo. O sujeito desta filosofia era a humanidade inteira que, unificada e pacificada pelo centro europeu, deveria ser conduzida a um futuro melhor. Hoje, seu campo de ação, o globo terrestre, é reivindicado ao mesmo tempo por grandes potências, em nome de filosofias da história análogas. (KOSELLECK, 2000 [1959], p. 7-8)

Estamos acostumados a pensar o iluminismo exclusivamente como um movimento emancipador da humanidade: a própria noção de "luzes" aqui aponta para uma leitura marcadamente otimista. No entanto, para Reinhart Koselleck – no clássico *Crítica e Crise* citado acima – há uma correlação profunda entre o desenvolvimento do olhar crítico iluminista, sua noção de progresso e a vivência de uma crise permanente no Ocidente. Além disso, na citação acima, ele aponta para uma relação de dominação política que se estabelece a partir do pensamento europeu do século XVIII e o resto do globo. Você consegue perceber as ambivalências do ideário das luzes? Percebe, por exemplo, como a mesma ideologia que influenciou revoluções e revoltas, também propôs um Estado mais eficiente no controle de suas colônias? Para os países antes colonizados, quais foram os usos de noções como "civilização", "barbárie", "progresso" e "atraso"?

No livro *Iluminismo* de Francisco José C. Falcon, há uma explicação interessante sobre a disseminação das ideias desses filósofos europeus:

> **Foi nos anos 60 (1760), afirma Venturi, que o movimento das "Luzes" pareceu finalmente abarcar a Europa inteira, da Rússia à península Ibérica – é a "primavera das Luzes"! Ela envolve intelectuais, políticos e também o povo. Este se revolta em Nápoles, em 1764, conta a carestia; em Madri, promove o "motim Esquilace"; e em Londres, agita-se em torno de J. Wilkes. Utopia e reforma chegam ao auge em Paris, e é a partir do Sena que as ideias se difundem e atravessam as fronteiras nacionais. Mas, que diferenças de interpretações caracterizam aqui e ali a recepção das obras dos "filósofos"! (FALCON, 1994, p. 22).**

Apesar de surgir na França, a ideologia iluminista se espalha rapidamente pela Europa durante o século XVIII e, em 1776, ela é um dos traços marcantes da Independência dos EUA. Já no Brasil, o primeiro movimento sedicioso com características pautadas nas luzes foi a **Inconfidência Mineira** (1788-1789). Como é de conhecimento comum, a elite da Colônia tinha contato frequente com a Europa e era uma prática comum o envio de seus filhos para as universidades europeias, como a Universidade de Coimbra. Nesse contexto, esses jovens entravam em contato com o debate intelectual europeu e com as ideias de revolta que surgiam dos dois lados do Atlântico e, quando retornavam à Colônia, pensavam essas novidades a partir das experiências locais.

Nas Minas Gerais a extração de ouro estava em declínio desde 1750, crise que se agravou a partir de 1780. A Coroa Portuguesa ameaçava instituir a **derrama**, a cobrança da cota anual de 100 arrobas de ouro destinados à Metrópole que havia anos que não se concretizava. Foi nesse cenário que surgiu o movimento inconfidente: boa parte da elite mineira, em contato com o ideário das luzes, estava descontente com a Coroa – além de endividada. Dentre os principais participantes do movimento temos Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por **Tiradentes**, os poetas **Tomás**

Antônio Gonzaga e **Cláudio Manuel da Costa**, o dono de mina **Inácio de Alvarenga**, além do **padre Rolim**.

Os inconfidentes queriam a independência de Minas Gerais – e *não de toda a Colônia, como se costuma pensar anacronicamente* – proclamando uma república nos moldes dos EUA. A admiração pela Revolução Americana foi tão grande que os inconfidentes chegaram a trocar cartas com o líder norte-americano Thomas Jefferson, pedindo auxílio na causa mineira. Também desejavam fundar universidades e desenvolver as manufaturas na região das Minas. Contudo, nada disso foi possível, pois os planos dos inconfidentes não chegaram a ser executados. Em 1789, **Joaquim Silvério dos Reis**, um dos inconfidentes, denunciou o grupo em troca do perdão de suas dívidas e os líderes do movimento foram presos. A partir da denúncia se iniciou a devassa da Coroa que seguiu entre junho de 1789 e abril de 1792.

Todos os envolvidos no incidente foram condenados à morte. Contudo, uma carta de clemência da rainha **D. Maria I** anistiou todos os condenados, exceto Tiradentes. Na manhã de 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado no Rio de Janeiro. Transportado para Vila Rica (Ouro Preto), esquartejado e seus restos mortais espalhados pela cidade, ficando a cabeça exposta no centro da cidade.

Mas por que o tratamento diferente dado à Tiradentes? Uma antiga versão da historiografia afirmava que ele era o líder do movimento e, por isso, foi o mais penalizado. Depois, uma versão revisionista afirmara que ele era o mais pobre dentre os inconfidentes e por conta disso acabou servindo de bode expiatório do movimento. No entanto, segundo Rodrigues (2010) Tiradentes tinha propriedades em Minas e, segundo os Autos de devassa, assumiu a responsabilidade pelo movimento. Schwarcz e Starling (2015) destacam o grande comprometimento dele na conjuração mineira:

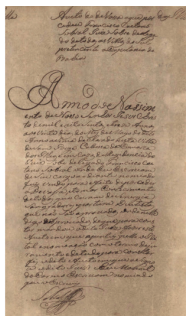
Ele não era o líder da Conjuração Mineira; era seu principal propagandista. Tiradentes pode até ter sido um personagem polêmico, impetuoso e rude, de olhar espantado, mas foi igualmente dotado de impressionante habilidade para persuadir o outro. E ele sabia disso, tanto que tratava de burilar sua retórica. Nos Autos de devassa, confessou que escolhia com cuidado as frases com que devia aliciar

> novos partidários, conforme percebia as características e o interesses de seu interlocutor. Seus companheiros de conspiração contavam também que, a depender do público, Tiradentes entremeava a pregação sediciosa com modinhas que cantava ao violão, o que aumentava seu sucesso nos locais de sociabilidade, onde se reunia a gente do povo [...] (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.146)

Curioso pensar que um movimento tão famoso e um personagem tão homenageado da história nacional não tenham, efetivamente, realizado qualquer ato mais concreto de revolução, não é mesmo? É preciso ressaltar que a Inconfidência Mineira não teve uma repercussão tão grande em sua época quanto costumamos pensar, sobretudo em outros cantos da Colônia. A história de Tiradentes como um grande herói na luta brasileira contra os portugueses e líder do movimento inconfidente só se fortaleceu após a Proclamação da República, em 1889, e o primeiro feriado de 21 de abril só foi comemorado em 1890. Tratava-se ali, um século depois, de criar um passado heroico, distanciando-se da família imperial – logo após a derrubada de D. Pedro II – e com simbolismo republicano.

Exemplificando

Autos da Devassa, 1789

Leia os trechos dos documentos abaixo com o processo da Coroa Portuguesa durante a repressão do movimento inconfidente. Atente para a linguagem e as características típicas da justiça no Antigo Regime, como a presença explícita do catolicismo:

1 - Auto de devassa a que mandou proceder o Doutor Desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca [...] sobre a Sedição e Levante que na mesma se pretendia excitar.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e oitenta e nove, aos quinze dias do mês de junho do dito ano, nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto [...]

Em observância da Portaria do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Barbacena, Governador e Capitão--General desta Capitania, datada de doze de junho do corrente ano, e auto de corpo de delito e mais papéis dele juntos, de que o mesmo faz menção, queria proceder a devassa para, pelo auto dela, se perguntarem testemunhas e se poder examinar e vir no perfeito conhecimento, não só dos infames réus que temerariamente se abalançaram a perpetrar o execrando delito de que foram denunciados, havendo já de antemão e com premeditada maldade disseminado em alguma parte do povo desta Capitania vários discursos e vozes sediciosas, adaptadas ao fim que se propunham de ilaquear e dispor os mesmos povos a uma horrorosa e geral sublevação, que pretendiam concitar e teriam já praticado se lhes não obstasse a incorrupta fidelidade que neles encontraram; mas também se descobrirem os mais cúmplices que, por qualquer modo ou maneira, houverem prestado ou concorrido com auxílio, conselho ou favor para tão temerário procedimento; e conhecida a verdade, serem uns e outros punidos com todas as penas cíveis e criminais por Direito estabelecidas; de que tudo, para constar, mandou ele dito Ministro fazer este auto, que recebeu na parte que era de receber segundo a forma da Lei, e o qual se assinou comigo, o Bacharel José Caetano César Manitti [...].

2 - Portaria do Visconde de Barbacena ao Des. Pedro José Araújo de Saldanha. Vila Rica, 12-06-1789.

Por ter chegado à minha notícia que algumas pessoas tinham formado nesta Capitania o temerário e abominável projeto de uma sublevação contra a Majestade e legítima Soberania da Rainha nossa Senhora, que Deus guarde, e da sua Real Coroa, conjurando-se entre si, podendo corromper a fidelidade do povo e da tropa, e usando para o mesmo fim de outros perversos e horrorosos meios, ordeno ao Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca que, autuadas as denúncias

ou representações, cartas e mais papéis que lhe entrego, haja de proceder com toda a circunspecção e segredo possível à investigação e inquirição devassa deste gravíssimo delito sem determinado tempo ou número de testemunhas, escrevendo nela o Doutor José Caetano César Manitti, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Sabará, que na conformidade das ordens de Sua Majestade tenho nomeado para escrivão em todas as diligências, procedimentos e autos judiciais concernentes ao exame deste importante negócio; e confio da fidelidade, inteligência, atividade, e zelo pelo Real serviço, de um e outro Ministro, o completo desempenho dele, procurando conhecer não somente os autores e cúmplices de tão execranda maldade, mas todo o pernicioso sistema e progresso dela, e dando-me parte de tudo para eu ocorrer continuadamente com todo o auxílio e providência que forem necessárias. Vila Rica,12 de junho de 1789

O processo completo, com a carta denúncia e com todas as correspondências a respeito (e o fac-símile acima), está disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/autos_de_devassa_01-1.htm>. Acesso: 12 mar. 2018.

Pesquise mais

No livro *A Fortuna dos Inconfidentes – Caminhos e Descaminhos dos Bens de Conjurados Mineiros*, o historiador André Figueiredo Rodrigues faz uma exaustiva análise sobre os autos da devassa, processo que julgou e condenou os inconfidentes. Por meio dessa análise, Rodrigues chega a conclusões interessantes e inéditas sobre esse tema, como o fato de que houve uma série de manobras jurídicas para conservar os bens dos inconfidentes e o fato revelador de que Tiradentes, tido como o pobretão e bode expiatório do movimento, não era tão pobre assim. Abaixo o link para a entrevista do professor. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1264098/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Um grande movimento inconfidente com ações mais concretas e com características modernas na Colônia foi a **Conjuração Baiana de 1798**. Movimento também conhecido com outros nomes, como Inconfidência Baiana, Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios. Se hoje esse movimento não é tão famoso quanto a Inconfidência

Mineira, em sua época ele teve um profundo impacto nas lutas do fim do período colonial. Primeiramente, porque foi um movimento realizado com participação popular e questões sociais mais evidentes. Em Minas, os membros da inconfidência eram exclusivamente representantes da elite da província, enquanto na Bahia membros da elite, comerciantes locais, pequenos proprietários, libertos e até escravos participaram do movimento, com uma pauta que passava pelos impostos cobrados pela Coroa até o fim da escravidão – tema que não era relevante para a elite mineira do XVIII. Além de seu caráter mais radical, tratamos aqui de um movimento concretizado, diferente da Inconfidência Mineira que foi desarticulada ainda na fase de planejamento. Finalmente, não podemos ignorar que esse movimento se deu ao final da Revolução Francesa, que causou grandes impactos na cultura política do mundo atlântico.

O **manifesto** do movimento dizia:

O Poderoso e Magnifico Povo Bahinense Republicano desta cidade da Bahia Republicana, considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, **tributos** e **direitos** que são celebrados por ordem da Rainha de Lisboa, e no que respeita **a inutilidade da escravidão do mesmo povo tão sagrado e Digno de ser livre**, com respeito a liberdade e a igualdade ordena manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o péssimo jugo arruinável da Europa; segundo os juramentos celebrados por trezentos noventa e dois Digníssimos Deputados Representantes da Nação em consulta individual de duzentos oitenta e quatro Entes que adotam a total Liberdade Nacional; contida no geral receptáculo de seiscentos setenta e seis homens segundo o prelo acima referido. Portanto faz saber e dá ao prelo que se acham as medidas tomadas para o socorro Estrangeiro, e **progresso do Comercio de Açúcar, Tabaco e pau Brasil** e todos os mais gêneros de negócio e mais viveres; com tanto que aqui virão todos os Estrangeiros tendo porto aberto, mormente a Nação Francesa, outrossim manda o Povo **que seja punido com pena vil para sempre todo aquele Padre regular** e não regular que no púlpito, confessionário, exortação, conversação, por qualquer forma, modo e maneira persuadir aos ignorantes, fanáticos e hipócritas; dizendo que é inútil a liberdade Popular; também

será castigado todo aquele homem que cair na culpa dita não havendo isenção de qualidade para o castigo. Quer o Povo que todos os Membros militares de Linha, milícias e ordenanças; homens brancos, pardos e pretos, concorram para a Liberdade Popular; manda o Povo que cada um soldado receba de soldo dois tostões cada dia, além das suas vantagens que serão relevantes. Os oficiais terão aumento de posto e soldo, segundo as Dietas: cada um indagará quais sejam os tiranos opostos a liberdade o estado livro do Povo para ser notado. Cada um deputado exercerá os atos da igreja para notar qualquer seja o sacerdote contrário a liberdade. O Povo será livre do despotismo do rei tirano, ficando cada um sujeito as Leis do novo Código e reforma de formulário: será maldito da sociedade Nacional todo aquele ou aquela que for inconfidente a Liberdade coerente ao homem, e mais agravante será a culpa havendo dolo eclesiástico; assim seja entendido alias... (Disponível em: <https://goo.gl/5KxQRS>. Acesso: 29 jan. 2018. Grifos nossos)

Perceba, caro estudante, como diferentes demandas, referentes a distintos grupos sociais, aparecem no documento. O fortalecimento da exportação da cana-de-açúcar e o pau-brasil junto aos franceses – interesse de proprietários e comerciantes – aparecem ao lado de questões radicais para a época, como o republicanismo, a noção de *direito* e a abolição da escravidão. Essa disparidade de grupos e interesses é, inclusive, apontada como uma das razões para o enfraquecimento do movimento: grandes senhores de escravos rejeitariam a parcela mais revolucionária do movimento, retirando seu apoio à causa. Dessa maneira:

Em 8 de novembro de 1799, quatro homens foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador. Condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal, os alfaiates **João de Deus do Nascimento** e **Manuel Faustino dos Santos Lira** e os soldados **Lucas Dantas de Amorim Torres** e **Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga** foram considerados os réus do movimento qualificado pelas autoridades do Tribunal da Relação da Bahia, em 1799, de "**Sedição dos Mulatos**". O trágico

> destino dos quatro homens livres, pobres e pardos era o fim de um processo deflagrado no ano anterior, quando, na manhã de 12 de agosto, a população de Salvador fora convocada pelos pasquins sediciosos, afixados em locais públicos da cidade, para uma "**revolução**" que instituiria o que os partícipes do evento qualificaram de "**República Bahinense**". (VALIM, 2009, p. 22, grifos nossos)

Líderes do movimento, como o médico **Cipriano Barata**, além de outros membros da elite, não foram mortos pela reação portuguesa à sublevação, o que demonstra a diferença do caráter punitivo e rigoroso imposto aos homens livres pobres e negros – e, portanto, a função "pedagógica" da punição que revelava ao mesmo tempo o temor que outros movimentos semelhantes surgissem pela colônia.

Há um grande debate na historiografia sobre o significado do movimento baiano. No passado, alguns historiadores consideraram o movimento como parte integrante da chamada *Crise do Antigo Sistema Colonial*, em uma leitura que muitas vezes considerou a sedição como parte do movimento que levou à Independência do Brasil em 1822. Como estudante de história, você já deve saber evitar leituras anacrônicas nas quais projetamos em uma data anterior eventos que ainda aconteceriam de maneira determinista. É importante, portanto, que você entenda os significados desse movimento a partir de seu próprio contexto, relacionando-o a eventos do próprio momento histórico em que ele estava inserido. Partimos aqui da abordagem de Pimenta (2012) que apresenta uma interpretação mais recente da historiografia, segundo a qual os movimentos inconfidentes (Minas 1789 e Bahia 1798) estão relacionados ao contexto de transformação do Iluminismo, da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Poderíamos, é evidente, apontar para o crescente das rebeliões na região nas décadas seguintes, com a **Revolução Pernambucana de 1817** – já durante o período de Reino-Unido, com a presença da família real – e a **Confederação do Equador de 1824**, após a Independência: ambos movimentos republicanos e de forte inspiração iluminista. É importante lembrar, no entanto, que nenhum desses movimentos propunha uma independência de **todo o território brasileiro**, propondo a criação de governos autônomos locais. De acordo com

Pimenta (2012), a Independência do Brasil (1822) se relaciona muito mais com a política expansionista francesa da Era Napoleônica, o Imperialismo Inglês e a fatores internos da colônia, bastante transformada com a chegada da família real em 1808.

No artigo **Combates pela História da Conjuração Baiana de 1798**: *ideias de crise e revolução no século XX*, a pesquisadora **Patrícia Valim** faz uma interessante análise sobre a abordagem histórica da Conjuração Baiana. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/272/247> Acesso em: 14 dez. 2017.

Sem medo de errar

Com argumentos históricos, baseados nos principais historiadores que se debruçam sobre o tema, a professora Cristina conseguiu mostrar a complexidade de elementos necessários para entendermos movimentos de sedição, como a Inconfidência Mineira, parte de um processo mais amplo que se dava na Europa e nas Américas. Do ponto de vista histórico, o movimento tem sua importância justamente porque demonstra uma mudança de paradigma nas revoltas da Colônia, apresentando traços tanto do Iluminismo quanto da Revolução Americana: o questionamento do absolutismo, a insurreição contra a metrópole e o ideal de um estado republicano.

No entanto, a professora também foi capaz de explicar como a narrativa nacionalista que via a Inconfidência e Tiradentes como símbolos da Independência do Brasil também estava equivocada do ponto de vista histórico. Sem maniqueísmos, com a exposição das fontes e do debate historiográfico, ela pode demonstrar aos seus alunos que a ideia de Brasil como uma nação unificada nem existia à época e só seria construída no século XIX. Entender a Independência do Brasil passa por inúmeros fatores, muitos deles ligados à chegada da família real em 1808 e às transformações da Europa napoleônica. Portanto, é temerário afirmar que o processo de emancipação política do Brasil começa em 1789 ou que ele é uma consequência do movimento de Minas Gerais.

Assim, a professora Cristina conseguiu combater o maniqueísmo da visão de um Tiradentes "ou herói, ou farsa", demonstrando aos seus alunos que a história não pode ser analisada de forma tão simplista como tem sido por alguns autores que se aventuram atualmente em escrever sobre grandes fatos históricos sem uma metodologia adequada e sem as ferramentas caras a um historiador.

Faça valer a pena

1.

> No sigilo das grossas portas fechadas nascia o ideário de liberdade dos inconfidentes – utopia prudente de poetas e do clero que trouxeram Virgílio para a colônia, ousaram saltar as fronteiras do isolacionismo cultural e político e criaram uma atmosfera carregada de pontos em suspensão, a reproduzir a vitória na derrota, a sobrevivência na morte, a tradição na ruptura. (ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A mitologia da mineiridade**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1990)

Este texto faz referência – de uma maneira literária e heroicizante – ao ideário da Inconfidência Mineira. Com relação a esse importante movimento histórico brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I- É inegável a grande influência do Iluminismo nesse movimento, além do exemplo vinda da Revolução Americana de 1776.
II- Dentre outras reinvindicações, os inconfidentes queriam a independência da região das Minas, não a do Brasil como um todo.
III- A inconfidência foi o primeiro movimento que pensou o Brasil a partir da sua unidade nacional e territorial.
IV- A vitória desse movimento foi o mais duro golpe que a Coroa Portuguesa sofreu antes da Independência.

Estão corretas as afirmativas:

a) II e III.
b) I e II.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV.

2.

> Pelo abominável intento de conduzir os povos da capitania de Minas a uma rebelião, os juízes deste tribunal condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, [...] seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde em o lugar mais público dela, será pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma; e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postes, pelo caminho de Minas [...] (FROND, Victor; RIBEYROLLES, Charles. La Conspiration dês Mines (Tiradentes), capitulo VI. In: ______. **Brazil Pittoresco**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859, tomo 1, p. 61-112.)

Sobre a Inconfidência Mineira e seus desdobramentos, analise as afirmativas a seguir:

I- A partir do período republicano, temos a transformação de Tiradentes em herói nacional e o Movimento Inconfidente como luta pela liberdade nacional.
II- Ao contrário do que chegou a se afirmar, Tiradentes não era tão pobre assim. Há documentos que provam que ele era proprietário de terras.
III- A Inconfidência Mineira foi o maior movimento libertário do Brasil. Durante a Era Vargas tentou-se abafar essa importância, mas o fato é que os inconfidentes lutaram pela liberdade do Brasil.
IV- A Inconfidência Mineira foi influenciada pela Revoluções Francesa. Tanto é que, há registro históricos que comprovam o envolvimento de líderes jacobinos, como Thomas Jefferson, nas conspirações mineiras.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV.

3. I- "As ideias políticas do Iluminismo canalizariam essa consciência fluida das condições da exploração colonial, bloqueada em seu ímpeto transformador pelas velhas relações de subordinação súdito/soberano, rumo a proposta até ali jamais capazes de serem antevistas.

porque

II- A mudança do paradigma nas relações políticas determinada pelo Iluminismo iria abrir espaço para o potencial revolucionário da insatisfação colonial, a despeito da manifesta dificuldade de se operar uma transformação social, perceptível mesmo na Bahia de 1798 e em Pernambuco de 1817. (FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005, p. 75)

Com base no texto, assinale a alternativa correta sobre as asserções acima:

a) Ambas as asserções são falsas.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não justifica a I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II, falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa e a II, verdadeira.
e) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II justifica a I.

Seção 4.2

O período pombalino e a vinda da Família Real

Diálogo aberto

Como você sabe, caro aluno, os desafios de ser professor vão além do domínio dos conteúdos e do dia a dia de sala de aula. Há toda uma estrutura burocrática que muitas vezes parece alheia ao trabalho do professor, mas que influencia diretamente a sua ação docente. Apesar de não necessariamente dominar os conteúdos específicos das disciplinas, essa estrutura tem um poder decisório e é, muitas vezes, informada por meio de senso comum e debates mais midiáticos do que acadêmicos. Nesse sentido, a escolha de um material didático, por exemplo, é tão importante quanto perigosa, caso esse seja escolhido sem critérios precisos para o processo de ensino aprendizagem e reproduza visões estereotipadas ou antiquadas do conteúdo abordado.

Nesta seção, novamente ajudaremos a professora Cristina em seus debates contra as narrativas sensacionalistas ou demasiadamente esquemáticas e simplistas da história.

Início do ano letivo, reunião de Planejamento: a professora Cristina está reunida com o corpo docente da disciplina de História para a escolha do livro didático que será utilizado por seus alunos no corrente ano. Durante a análise de uma coleção, a professora e seus colegas surpreendem-se com um livro que aborda a Independência do Brasil e busca explicá-la exclusivamente a partir da chegada da família real ao Brasil em 1808 e das Guerras Napoleônicas – ou seja, nessa narrativa, apenas fatores externos àqueles vividos na Colônia explicariam o processo de independência. Indignados, os professores resolvem enviar um e-mail à editora questionando tal fato. A resposta da editora foi a seguinte: "*a Independência do Brasil, segundo nossa curadoria, é um processo externo à nação. A história brasileira é, desde a colonização, apenas uma consequência da história europeia*". Tal responda indignou os professores, pois reduziu a história do Brasil a uma abordagem exageradamente simplista e que não considera as particularidades de um processo

histórico tão complexo e importante. Como podemos, a partir da historiografia do tema, ajudar a professora Cristina e seus colegas a escrever a réplica a desse e-mail?

Não pode faltar

Caro estudante, estamos terminando nossa narrativa dos temas mais elementares da história da América Portuguesa e do que se tornaria mais tarde o Brasil. É preciso que você se lembre, no entanto, de que ninguém na época pensava esse momento como se estivesse perto do fim de algo, de um ciclo. Como todos os marcos históricos que utilizamos, 1808 – a data da chegada da família real na colônia portuguesa – não foi visto necessariamente como o fim de uma época por seus contemporâneos, apesar das agudas mudanças do período. Somos nós, do presente, que escolhemos e organizamos os acontecimentos do passado em uma dada ordem, a partir de nossas metodologias: um fato irrelevante para nós, hoje, pode ser recuperado no futuro como o marco inicial de algo importante pelos historiadores do porvir. Com esse lembrete, vamos seguir!

A historiografia do tema debate os processos de mudança e revolução no mundo atlântico do início do XIX e, em geral, podemos afirmar que a circulação de ideias e pessoas nessa história é um fator que não pode ser ignorado. As ideias de um Estado mais eficiente pregada por Iluministas resultou não apenas em revoltas contra o absolutismo na Europa, mas também em demandas por uma exploração mais eficiente com um maior controle dos recursos das colônias por parte da metrópole. Como você deve imaginar, essas reformas não foram sempre bem vistas pelos colonos, que buscaram meios para manter sua autonomia e utilizaram do mesmo ideário das luzes para preservar seus interesses políticos e econômicos. No caso das colônias espanholas, são famosas as **Reformas Bourbônicas** (1764-1782) e, no caso português, as reformas iniciadas pelo ministro de **Dom José I**, Sebastião José de Carvalho e Melo, o **Marquês de Pombal** (1750-1777).

O **período pombalino** é marcado pela tentativa de modernização da administração portuguesa dentro daquilo que ficou conhecido como **despotismo esclarecido**: regimes que buscaram conciliar o absolutismo monárquico (ou seja, o governo de déspota, um tirano)

com as ideias iluministas do século XVIII. Esses governantes abrigaram e apoiaram filósofos, propuseram reformas na educação, nas leis, e, em especial, na economia. O ministro português, assim como seus pares, tratou de apertar os laços sobre as colônias, aumentando os impostos e a fiscalização sobre sua arrecadação. Inspirado nas políticas econômicas inglesas, Pombal tentou desenvolver manufaturas em Portugal – ainda que sem obter grande sucesso. Sua administração, no entanto, não se deu em terreno favorável: em 1755, um grande terremoto devastou Lisboa. Além disso, ele acumularia uma série de conflitos com o clero e com a nobreza em seu intento de criar um estado nacional centralizado e racionalizado.

Na colônia, uma das suas medidas mais polêmicas foi a expulsão dos jesuítas em 1759 – tema sempre recuperado especialmente pelos estudiosos de história da educação. Como vimos, a relação entre os colonos e os padres da ordem jesuítica sempre fora conturbada. Os padres acusavam os colonizadores de escravizar os indígenas, que, para eles, alcançariam a salvação por meio da conversão ao catolicismo. Já colonos como os paulistas bandeirantes consideravam os jesuítas um entrave. Em linhas gerais, podemos destacar que:

Entre vários motivos para justificar a expulsão dos jesuítas, que foi feita por meio de decreto, foi justificado o fato de não respeitarem o Tratado dos Limites (Portugal e Espanha); também a forma, posse e domínio com que os jesuítas tomavam e mantinham os indígenas brasileiros. A forma como era feito o tratamento aos nativos, colocava em dúvidas se mantinham as regras da coroa, Pombal acusava a atuação dos jesuítas com os indígenas do Brasil, pois segundo ele, "os homens brancos eram apresentados aos índios como maus, como mais interessados no ouro do que qualquer coisa e, mais grave, prontos para atrocidades". (COSTA, 2011. p. 75 apud OLIVEIRA et. al., 2013, p.12)

Reflita

O texto abaixo é o decreto Régio de 1759 que determinou a expulsão dos jesuítas:

Declaro os sobreditos Regulares na referida forma corrompidos, deploravelmente alienados do seu Santo Instituto, e manifestamente indispostos com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios para voltarem à observância dele, por notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores, que têm sido e são actualmente [sic], contra a minha Real Pessoa e Estados, contra a paz publicados meus reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassalos; ordenando que tais sejam tidos, havidos e reputados; e os hei desde logo, em efeito desta presente lei, por desnaturados, proscritos e exterminados; mandando que efectivamente [sic] sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios, para neles mais não poderem entrar. (TRIGUEIROS, 2009, p. 155)

Como poderíamos explicar, a partir das ideias iluministas, a expulsão dos jesuítas?

Com a morte de D. José I e a consequente queda de Pombal, temos o reinado de D. Maria I que, apesar da oposição ao nome do antigo ministro, implementou políticas que tentaram aprofundar o controle sobre a Colônia com decretos que buscavam impedir o desenvolvimento de manufaturas no Brasil. Foi ainda durante seu reinado que se deu a violenta repressão aos inconfidentes mineiros e baianos de fins do XVIII.

Exemplificando

A historiografia e Marquês de Pombal

Figura 4.1 | Retrato do Marquês de Pombal (1766)

Fonte: <https://goo.gl/A2rTpL>. Acesso: 7 fev. 2018.

A pintura acima de Louis-Michel van Loo e Claude Joseph Vernet ilustra uma ideia recorrente sobre Pombal, como o ministro triunfante, reconstrutor de Lisboa. No entanto, como vimos, seu poder foi contestado em diversos momentos e terminou com o reinado de D. José I. A respeito de sua historiografia, afirmou Bóris Fausto:

> A grande controvérsia entre os historiadores portugueses a favor e contra Pombal levou à visão de um corte profundo entre a época pombalina e a que a ela se seguiu, o reinado de Dona Maria I. A própria expressão "viradeira", empregada para definir o período posterior à morte de Dom José em 1797 e à queda de Pombal, é um indício dessa visão. Muita coisa mudou: as companhias de comércio foram extintas e a Colônia foi proibida de manter fábricas ou manufaturas de tecidos, [...] Esse fato e a repressão aos integrantes da Inconfidência Mineira deixaram na historiografia brasileira uma imagem muito negativa da época que se seguiu à queda de Pombal. (FAUSTO, 2004, p. 112)

Exemplificando

Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil

> Eu a rainha. Faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida [...]. E até nas mesmas

terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído a extração do ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes úteis, e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes, como são os das referidas fábricas, e manufaturas: e consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos frutos, e produções da terra, as quais somente se conseguem por meio de colonos, e cultivadores, e não de artistas, e fabricantes. [...] Hei por bem ordenar, que todas as fábricas, manufaturas, [...] excetuando tão somente aqueles dos ditos teares, e manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfardar, e empacotar fazendas, e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil,

Pelo que: mando ao presidente, e conselheiros do Conselho Ultramarino; presidente do meu Real Erário; vice-rei do Estado do Brasil; governadores e capitães generais, e mais governadores, e oficiais militares do mesmo Estado; ministros das Relações do Rio de Janeiro, e Bahia; ouvidores, provedores, e outros ministros, oficiais de justiça, e fazenda, e mais pessoas do referido Estado, cumpram e guardem, façam inteiramente cumprir, e guardar este meu alvará como nele se contém, sem embargo de quaisquer leis, ou disposições em contrário, as quais hei por derrogadas, para este efeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor.

Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em cinco de janeiro de mil setecentos oitenta e cinco. (Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=978&sid=107>. Acesso: 06 fev.2018).

Como vimos na seção anterior, o fim do século XVIII e início do XIX foi marcado por diferentes movimentos de contestação na Europa e nas Américas: a Independência dos EUA (1776), a Inconfidência Mineira (1789), a Revolução Francesa (1789-1799), a

Conjuração dos Alfaiates (1798), a Revolução Pernambucana (1817) e a Revolução Liberal do Porto (1820), apenas para citarmos alguns poucos nomes. Seria, portanto, durante o reinado de D. Maria I e sobretudo de seu filho, **D. João VI** (1767 – 1826), príncipe regente até 1816 por conta do estado de sua mãe, conhecida como "a louca" – que se desenvolveu o contexto das revoluções atlânticas inspiradas nas ideias iluministas.

Crise do Sistema Colonial?

O historiador **Fernando Novais**, em sua célebre obra **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial** nos dá bases interessantes para discutirmos o fim da era colonial, entre o final do século XVIII e início do XIX. Novais (1989) afirma que havia semelhanças entre as relações metrópole/colônia nos vários exemplos de relação colonial que temos no mundo a partir do século XVI. Portanto, em sua tese, a crise do sistema colonial não foi exclusividade de Portugal, mas de toda uma conjuntura na qual o crescimento econômico da Colônia foi tamanho que suplantou o da Metrópole. Uma contradição de consequências econômicas e políticas tão grandes que ajudariam a compreender a crise que teria gerado a Independência do Brasil.

Como já mencionamos em seções anteriores, o clássico trabalho de Novais (1989) foi frequentemente questionado pela historiografia posterior. Sua interpretação, herdeira da tradição marxista de Caio Prado Junior e da abordagem de Celso Furtado, vê na crise do Antigo Sistema Colonial um momento de redefinições, de superação da colônia em relação a metrópole. Há na obra um trabalho extenso de pesquisa que busca evitar esquematismos simplistas, ainda que sua tese parta de uma explicação que retorne inevitavelmente aos desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo no final da Era Moderna. Nas palavras de Novais: "A colonização moderna, portanto como indicou incisivamente Caio Prado Junior, tem uma natureza comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia europeia – eis no fundo o 'sentido da colonização". (NOVAIS, 1989, p. 68). Essa interpretação parte, portanto, da noção de um exclusivo comercial entre colônia e metrópole e possui como preocupação última entender a acumulação primitiva de capital que possibilitou a Revolução Industrial na Europa a partir do sistema colonial.

No entanto, muitos historiadores das últimas décadas apontam para uma série de limitações desse modelo explicativo. De acordo com André Arruda Villela, "o modelo é essencialmente axiomático, demonstrando limitada aderência tanto à teoria econômica quanto à evidência empírica" (VILELA, 2011, p. 1). O que as pesquisas de autores como José Roberto do **Amaral Lapa**, João **Fragoso** e Manolo **Florentino** têm demonstrado é que elementos básicos da interpretação de Novais, como o *exclusivo comercial*, por exemplo, foram mais uma exceção do que uma regra nas relações entre Brasil e Portugal. Fragoso e Florentino, no livro *O Arcaísmo como Projeto* (2001), afirmam que houve uma acumulação de capital na colônia e o desenvolvimento de atividades comerciais sem interferência ou lucro para a metrópole. Esses autores são os mais ousados no tocante à crítica, pois propõem uma substituição do modelo interpretativo de Novais (1989) sobre o fim da era colonial no Brasil, partindo do pressuposto de que o acúmulo de capitais ocorreu ***na*** colônia, em uma lógica não capitalista, demonstrando que o chamado Antigo Sistema Colonial era mais uma consequência do desenvolvimento do Império português dentro das lógicas do Antigo Regime. Segundo Fragoso e Florentino (2001), a falta de capitalização no Brasil e a continuidade de técnicas "simples" na agricultura estão relacionadas a facilidade e lucratividade do tráfico de escravos e da estrutura colonial organizada por Portugal, tanto no Brasil quanto na África – e não por uma condição de "colônia de exploração" suportada pelos habitantes dessas terras. Segundo a interpretação desses autores, o projeto arcaizante na colônia não deu margem para que uma nova burguesia mercantil questionasse o sistema colonial estabelecido. Ao invés disso, a aristocracia colonial ligada ao governo metropolitano utilizou-se de várias estratégias para a manutenção da ordem colonial vigente. Este ponto comumente criticado da interpretação de Novais está na oposição marcada entre metrópole e colônia, por meio da reafirmação de noções como **Pacto Colonial** e a oposição entre o que seriam, supostamente, colônias de *exploração e povoamento*. No entanto, além do que já foi apontado anteriormente, segundo João Paulo Garrido Pimenta (2012), não há, no plano da consciência coletiva social no século XIX, uma ideia clara de oposição entre colônia e metrópole. Buscava-se mais a manutenção das relações com o Império Português: não havia uma ideia na Colônia de que Portugal era um "outro", um inimigo que deveria ser combatido.

A Transferência da Corte para o Brasil

O ano de 1808 é emblemático nas narrativas sobre a História do Brasil. Com a iminente invasão da França napoleônica à Portugal (aliado da Inglaterra e, portanto, inimigo de Napoleão Bonaparte), o príncipe regente D. João decide colocar em prática um velho plano: transferir a capital de seu reino para o Brasil. A atitude, ousada, era a única saída do rei, para que, mesmo com a invasão de Napoleão, não perdesse o controle da sua rica colônia que, economicamente, era muito mais importante do que sua terra natal.

A vinda da família real e das cortes portuguesas ao Brasil em 1808 trouxe grandes mudanças na antiga colônia, elevada agora à condição de sede do poder real. Em primeiro lugar, devemos destacar **a abertura dos portos as nações amigas**. A família real só conseguiu aportar em solo tupiniquim graças à escolta da esquadra inglesa, a mais poderosa do mundo naquele momento. Em troca dessa escolta e com outros acordos em vista, D. João resolve promover a abertura dos portos à Inglaterra oficializando o comércio entre seu aliado e a outrora colônia. Tal medida, no entanto, colocava D. João em uma complexa situação diante da política econômica daquele momento:

> Desde 1808 D. João oscilava entre a necessidade de liberalizar a economia, de acordo com as tendências da época e as exigências britânicas, o que o levava a aceitar os princípios do livre-cambismo, e a necessidade de manter numerosas restrições indispensáveis à proteção dos interesses portugueses, o que o levava a tomar disposições nitidamente mercantilistas. Adotar em toda a extensão os princípios do liberalismo econômico significaria destruir as próprias bases sobre as quais se apoiava a Coroa. Manter inato o sistema colonial era impossível nas novas condições. Daí as contradições de sua política econômica. Os inúmeros conflitos decorrentes acentuaram e tornaram mais claras, aos olhos dos colonos e dos agentes da metrópole, as divergências de interesses existentes entre eles, provocando reações opostas: os colonos perceberam as vantagens de ampliar cada vez mais a liberdade, enquanto os metropolitanos convenciam-se da necessidade de restringi-las. A oposição entre os dois grupos manifestar-se-ia claramente quando deputados brasileiros e portugueses de defrontaram nas Cortes portuguesas em 1821. (COSTA, 1982, p. 13)

A data de 1808 é, portanto, recuperada pela historiografia do processo de Independência a partir dessa contradição: com a sede do poder real, os colonos ampliam suas liberdades enquanto os metropolitanos consideram importante restringi-las, esse conflito entre interesses da elite local e portuguesa é visto como a principal causa da ruptura que aconteceria anos mais tarde. Entre as liberdades e as transformações trazidas pela presença da família real temos: o fim da proibição às indústrias (manufaturas); alguns ministérios, entre eles o da Guerra, da Marinha, da Fazenda e do Interior; órgãos fundamentais para o bom andamento do governo, como o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Junta Geral do Comércio e o Supremo Tribunal. As transformações não foram só administrativas. Foram criadas também a Academia Real Militar, a Academia da Marinha, a Escola Real de Ciências, de Artes e Ofícios, a famosa Academia de Belas-Artes e dois colégios de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro e em Salvador. Entre outras benfeitorias, pode-se citar a criação do Museu Nacional, do Observatório Astronômico, da Biblioteca Real e do Jardim botânico.

Reflita

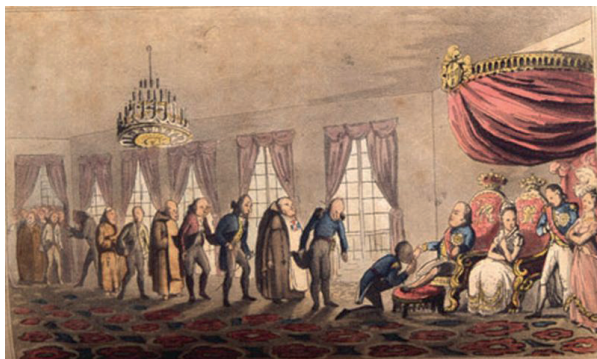
Na história, o conceito de *revolução* se refere a uma mudança drástica, profunda, renovadora. O exemplo máximo desse tipo de fato histórico aparece com as Revoluções Industrial e Francesa. Será que podemos interpretar a vinda da família real ao Brasil como uma revolução?

Apesar de todas as mudanças proporcionadas pela vinda da família real, é necessário ressalvar que o objetivo da corte não era o de criar as bases para a independência do Brasil. O objetivo da fuga para a Colônia era justamente o de preservar o poder monárquico e garantir que a ordem já estabelecida fosse mantida, ou seja, a manutenção do Império Português mediante uma grave crise, que se relaciona com o expansionismo napoleônico. Portanto, há um risco de pensarmos teleologicamente ao projetar 1822 (Independência) em 1808. A esse respeito, escreveu José Murilo de Carvalho:

Há dois momentos distintos igualmente importantes. O primeiro, a vinda da corte em si. O segundo, as consequências dessa vinda. Em nenhum dos dois casos houve determinismos históricos. O príncipe D. João podia ter decidido ficar em Portugal. Nesse caso, o Brasil com certeza não existiria. A colônia se fragmentaria, como se fragmentou a parte espanhola da América. Teríamos, em vez do Brasil de hoje, cinco ou seis países distintos. Uma vez decidida a vinda, as coisas também poderiam ter tomado caminhos distintos, inclusive a fragmentação. Discutir essas alternativas e os fatores que conduziram os acontecimentos para a direção que tomaram me parece ser um tema relevante. (CARVALHO, José Murilo. Folha de São Paulo, Caderno Mais! 25/11/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200704.htm>)

Em outros termos, nossa história não estava pronta, predestinada. As coisas se deram de uma determinada maneira – e buscamos aqui explicar seus movimentos – mas poderiam ter-se dado de outra a partir de elementos normalmente ignorados. O historiador nunca pode perder de vista tais elementos e simplesmente "ligar pontos" com os fatos, como se houvesse necessariamente ali uma relação direta e simples de causa e consequência. Caso contrário, o passado se tornará refém de uma narrativa histórica determinista.

Exemplificando

Figura 4.2 | D. João VI e o Beija-mão

Fonte: < https://goo.gl/32iXgH>. Acesso em: 7 fev. 2018

A imagem acima - produzida por um militar inglês na segunda década do XIX – retrata D. João, príncipe regente, e Carlota Joaquina na cerimônia do Beija-Mão, na qual o monarca português atendia seus súditos ilustres, em um cerimonial que reconhecia a autoridade real e, ao mesmo tempo, permitia que estes se apresentassem e pedissem ou oferecessem favores ao monarca.

O Processo de Independência

Em 1814, Napoleão Bonaparte havia sido derrotado na Europa. Portugal, portanto, estava livre e poderia receber novamente o rei. Contudo, D. João, o príncipe regente, permaneceu no Brasil. O plano de transferir a corte para o Brasil era mais antigo do que se pensava. Antes mesmo das invasões napoleônicas essa hipótese já era cogitada e, após a vinda forçada para as terras tupiniquins, a família real não tinha urgência em retornar à Lisboa – com a exceção da célebre rainha Carlota Joaquina. Em 1815, foi decretado o **Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves**, como sede no Rio de Janeiro, o que demonstrava a intenção da corte em permanecer no Brasil. Em 1816, com a morte de **D. Maria I**, "a louca", D. João é coroado imperador **D. João VI**, mantendo o status administrativo do Brasil.

Pesquise mais

No livro *Memórias secretas de Carlota Joaquina* (2010), temos uma pequena biografia dessa personagem tão peculiar. Destaque para o desgosto da rainha em terras brasileiras e a suas incursões pela política, como a tentativa de assumir os tronos de Portugal e Espanha. Disponível em: <http://livraria.senado.leg.br/memorias-secretas-de-carlota-joaquina.html> Acesso em: 1 dez. 2017.

Nos anos que se seguiram, as diferenças entre os interesses das elites locais e portuguesas se tornaram evidentes. Em meio a uma série de revoluções liberais no Velho Continente, tem início em Portugal, em 1820, a **Revolução Liberal do Porto**, que aprofundou os conflitos políticos entre representantes das antigas Metrópole e Colônia, com consequências enormes para o Brasil. Entre os motivos dessa revolução devemos destacar:

> **Crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio de que se beneficiava o Brasil; crise militar, consequência da presença de oficiais ingleses nos altos posto do exército e da preterição de oficiais portugueses nas promoções. (FAUSTO, 2004, p. 130)**

Os revolucionários portugueses tinham posições contraditórias quando observados pelos brasileiros. Por um lado, criticavam a monarquia absolutista portuguesa e convocaram as cortes para a elaboração de uma constituição que subordinaria o rei. Por outro lado, queriam a recolonização do Brasil, o que afetaria a liberdade comercial estabelecida a partir de 1808 – liberdade que, segundo parte da historiografia que aqui estudamos, sempre existiu apesar dos interesses de Portugal anteriores à vinda da família real.

No Brasil, havia duas vertentes com opiniões distintas sobre o retorno do rei. Os *portugueses*, que mais tarde formariam um partido, geralmente militares e burocratas do estado, queriam o retorno de D. João VI e a recolonização do Brasil. Já os brasileiros, grupo representado pelos grandes proprietários de terras e burocratas brasileiros, queriam a permanência do rei, pois acreditavam que isso significaria a garantia das mudanças implementadas pelo rei durante sua estada no Brasil.

Pressionado pelas cortes e tendo que tomar uma atitude rápida, D. João VI resolve embarcar de volta à Portugal, em abril de 1821. No Brasil, seu filho D. Pedro de Bragança, (futuro D. Pedro I no Brasil e D. Pedro IV em Portugal) permanece como príncipe regente. A partir desse momento, a intensa disputa entre as elites locais e metropolitanas gera uma série de acontecimentos que corroboram para que D. Pedro, ao invés de ceder à pressão das cortes portuguesas, decida permanecer no Rio de Janeiro, iniciando uma ruptura que daria origem ao processo de independência – cuja proclamação ocorre em 7 de setembro de 1822, mas ainda levaria anos até se consolidar.

Todos nós conhecemos a imagem heroica de uma independência realizada pela ação individual de D. Pedro I, "às margens plácidas" no Ipiranga, gritando "*Independência ou morte!*".

Em grande parte, essa é uma imagem construída posteriormente com o objetivo de criar uma narrativa heroica para o surgimento da nação e que desconsiderou todo o processo de disputas e interesses envolvidos no apelo local pela presença de D. Pedro, coroado D. Pedro I. Exemplar da construção dessa memória é o fato de que o questionamento e a abdicação do mesmo rei – e seu retorno à Portugal –, assim como a organização de eleições indiretas para a formação de uma regência menos de uma década depois, costuma ser um fato menos lembrado pela história nacional. D. Pedro IV, como passou a ser conhecido em Portugal, foi uma pequena parte de um processo mais amplo, que envolveu questões sociais, políticas e econômicas. A Independência não contou com participação massiva da população, em grande parte porque a disputa política ali envolvida não dizia respeito às questões centrais para escravizados, indígenas ou pobres livres: a elite local que questionava as cortes portuguesas não tinha interesse em acabar com a escravidão, com o rico tráfico negreiro ou aumentar as possibilidades de acesso à terra. Tal como acontecia na maior parte do mundo naquele momento, a "liberdade" no sistema político que estava em debate dizia respeito aos interesses daqueles que detinham propriedade (inclusive de outras pessoas). Não é de se estranhar, portanto, que o direito à participação política no Brasil Independente – e, novamente, na maior parte da Europa – estava condicionado à riqueza do súdito/cidadão.

É comum encontrarmos uma narrativa grosseiramente articulada sobre esse passado que aponta para a ausência de participação popular na Independência. Como historiadores, é preciso lembrar que a "ausência" de algo constitui menos um elemento do passado do que uma expectativa do historiador que observa os eventos desde o presente. Escravizados, indígenas, libertos, homens e mulheres pobres não foram os protagonistas do processo político aqui estudado por serem "alienados" ou "passivos", mas sobretudo porque suas lutas se deram de outras formas, por caminhos que possuíam significado prático em seus termos. As disputas entre um monarca português e seu filho, entre as cortes portuguesas e os senhores de escravos do Brasil não eram necessariamente relevantes para aqueles que viviam diariamente uma opressão que não estava questionada na luta pela Independência de 1822. É preciso evitar o risco de se pensar os excluídos da "grande política" a partir da suposta

importância dos marcos políticos daquela história nacionalista e repleta de supostos heróis que aprendemos na infância.

Além disso, como vimos, diversas outras disputas por autonomia estavam em andamento naquelas décadas, tendo sido frustradas inclusive durante o **Reino Unido**, como a **Revolução Pernambucana de 1817**, que propôs a Independência do Brasil, a constituição de uma República e foi duramente combatida pelas tropas de D. João VI. As lutas dos diferentes grupos sociais por autonomia se seguiram e se aprofundaram nas décadas seguintes, seja nas sangrentas guerras civis dos anos 1830 – as rebeliões regenciais – seja no crescente número de rebeliões de escravizados ao longo do Segundo Reinado, como estudaremos na disciplina de História do Brasil Imperial.

No texto *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil* (1982), de Emília Viotti da Costa, temos uma apresentação bastante interessante sobre o processo de Independência do Brasil. Disponível em: <https://goo.gl/eiQxwW> Acesso em: 26 dez. 2017.

Nesta seção estudamos as últimas décadas do período colonial e sua historiografia, com o debate do clássico de Fernando Novais, **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. Percorremos o período pombalino e suas reformas, assim como as consequências da transferência da corte portuguesa para a colônia, em 1808 e as disputas entre as elites brasileiras e portuguesas que deram origem ao processo de Independência.

Sem medo de errar

Como vimos anteriormente, nesta situação problema, a professora Cristina e seus colegas da escola tiveram que responder a um e-mail da editora de livros didáticos que explicou

a Independência do Brasil simplesmente a partir da vinda da família real ao Brasil em 1808 em seu livro didático, justificando que as lutas e processos locais não tinham relevância no entendimento dos eventos que levariam até 1822.

Durante nossos estudos sobre a crise do Antigo Sistema Colonial e a modernização da colônia, percebemos que a vinda da família real para o Brasil em 1808 é importantíssima no entendimento do processo de Independência. Aprendemos que tal fato histórico se relaciona com um contexto histórico bem abrangente, que vai desde o expansionismo napoleônico advindo da Revolução Francesa, passando pela grande influência da Inglaterra na política e na economia do Brasil no século XIX. No entanto, percebemos também que, a atuação da corte para a independência não foi proposital e que tampouco se tratou de algo previsível pelos monarcas portugueses. Em outros termos, apesar da importância, 1808 não é a única chave explicativa para entendermos 1822.

Quando tratamos aqui em termos de "influências" históricas, sejam elas do iluminismo, de Napoleão ou D. João VI, é preciso lembrar que a leitura e a interpretação dessas ditas influências serão produzidas por pessoas com experiências e interesses próprios, em suas realidades locais. Os eventos da história europeia assumem importância na medida em que são utilizados e reinterpretados na colônia/Reino Unido. As ideias não se espalham e se debatem por geração espontânea: a história é feita por pessoas reais, que viveram, lutaram e morreram. Ignorá-las por completo em nome de uma história "maior" da influência europeia – ou de grandes esquemas teóricos sem maior evidência empírica – é uma espécie de segunda morte na qual o esquecimento faz as vezes da opressão de outrora.

Enfim, percebemos a importância de um bom planejamento da atividade pedagógica, uma vez que, se a professora Cristina não tivesse percebido a falha do livro didático no planejamento, não teria condições de corrigi-la durante o processo educacional, o que acarretaria em uma grande lacuna na aprendizagem dos seus alunos sobre a História do Brasil.

Faça valer a pena

1.

Nunca algo semelhante tinha acontecido na história de qualquer outro país europeu. Em tempos de guerra, reis e rainhas haviam sido destronados ou obrigados a se refugiar em territórios alheios, mas nenhum deles tinha ido tão longe a ponto de cruzar um oceano para viver e reinar do outro lado do mundo. (GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo, Cia das Letras, 2007).

A Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808, resultou em uma série de consequências para as políticas diplomáticas inter¬nacionais. Assinale a alternativa que contém essas consequências:

a) O principal objetivo da assinatura desse acordo foi responder ao Bloqueio Continental imposto pela Inglaterra à França, proibindo então a presença de navios franceses na colônia. No entanto, a França continuou presente no comércio com o Brasil, especialmente por meio do envio de manufaturas.
b) Logo depois da assinatura do Tratado, os mercados europeus ficaram abarrotados de manufaturas brasileiras, inclusive muitos produtos supérfluos, que dificilmente seriam comprados pela população local.
c) O acordo determinava o início do Pacto Colonial, permitindo o livre comércio de mercadorias entre quaisquer nações que mantivessem relações diplomáticas com Portugal.
d) A principal beneficiária desse acordo foi a França, já que o comércio deixou de ter Portugal como intermediário e os lucros iriam direto para os comerciantes do império napoleônico.
e) A Abertura dos Portos foi o primeiro passo para o estreitamento dos laços com a Inglaterra, tendo sido complementado por outros acordos em 1810 que determinavam a manutenção do poder econômico inglês sobre a colônia.

2.

O mercado ficou tão inteiramente abarrotado, e tão grande e inesperado foi o fluxo de manufaturas inglesas no Rio, logo em seguida à chegada do Príncipe Regente, que os alugueis das casas para armazená-las elevaram-

> se vertiginosamente. A baia estava coalhada de navios, e em breve a alfândega transbordou com o volume de mercadorias. (MAWE, J. **Viagens ao Interior do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil, v.33. p.54)

Nesse trecho percebemos algumas das transformações ocorridas no cotidiano do Rio de Janeiro logo após a chegada da corte portuguesa. Assinale a alternativa que explica o motivo de o Brasil ter recebido tantas mercadorias inglesas:

a) Era necessária a importação de vários produtos que pudessem abastecer as necessidades da corte recém-chegada.
b) Os ingleses forçaram os portugueses a assinar uma série de acordos comerciais ameaçando invadir o desprotegido território brasileiro.
c) As mercadorias são resultantes do saque a Londres, realizado semanas antes da corte se transferir para o Brasil.
d) A Inglaterra havia ajudado a família real na fuga para o Brasil e os portugueses contribuiriam para aliviar os efeitos do Bloqueio Continental.
e) O montante de mercadorias ter relação com a crise inglesa, causada pela concorrência de mercadorias industrializadas dos EUA.

3. Com a ascensão de D. José I ao trono português, em 1750, temos o início do chamado período Pombalino, com o Marquês de Pombal exercendo o cargo de ministro na administração portuguesa. Tal momento histórico foi muito importante e decisivo em todas as terras do Império Português.

Assinale a opção correta acerca da repercussão, na América Portuguesa, das medidas adotadas por Portugal no período pombalino.

a) Com o Tratado de Madri, assinado durante o reinado de D. José I, a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre extensão territorial, na América, superior à delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.
b) A descentralização administrativa da América portuguesa foi uma das estratégias políticas pombalinas de constituição de um império em dois continentes, no intuito de preservar a integridade do Brasil.
c) No período referido acima, Portugal reafirmou a sua soberania sobre a província do Maranhão ao reprimir a tentativa do aventureiro inglês Beckman de se apossar dessa província.
d) As tentativas de modernização impostas por Pombal revisaram políticas econômicas anteriores do reino, com o incentivo às manufaturas – inclusive permitidas colônia.

e) A Convenção de Sintra, assinada por Portugal e Inglaterra, por influência do Marquês de Pombal, possibilitou a consolidação da soberania inglesa na Guiana, no norte da Amazônia.

Seção 4.3

Questões historiográficas sobre o período colonial

Diálogo aberto

Caro aluno, chegamos à nossa última seção e até aqui abordamos os temas clássicos do período colonial brasileiro. Como você já deve ter entendido ao longo do seu curso e desta disciplina, as categorias que os historiadores usam não são neutras e, assim, dizer "período colonial brasileiro" mais do que uma descrição precisa de uma época, é uma noção que pode ser debatida pela historiografia. Nomear o território como "Brasil Colônia" ou "América Portuguesa", não é uma mera discussão terminológica – implica uma visão de história. O objetivo dessa seção é, então, pensar como essas categorias foram formuladas, como nasceu nossa visão de história sobre o passado nacional (que, inclusive, projetou a nação para antes de sua existência). Em outros termos, nosso assunto é justamente o debate da historiografia do tema e, para isso, novamente pensaremos nos dilemas enfrentados pela professora Cristina em seu debate com as publicações de história que chegaram a seus alunos.

Depois da discussão acalorada com a editora de livros didáticos em relação ao tema da Independência do Brasil, a professora Cristina recebeu um convite inusitado. Ela foi chamada pela editora, que ficou impressionada com o seu trabalho, para realizar uma palestra sobre a importância do estudo do Brasil Colonial na atualidade. A palestra é destinada a professores de História. Conhecendo o público-alvo da palestra, que tem pleno domínio dos conteúdos básicos da disciplina, a professora resolve elaborar uma apresentação com base na historiografia relacionada ao Brasil Colonial, debatendo o trabalho de grandes historiadores, tais como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais, João Fragoso e Manolo Florentino. De que forma ela conseguiria convencer sua plateia sobre a importância do debate historiográfico quando objetos da "história nacional" são tão naturalizados por muitos professores? Como explicar que o conhecimento histórico sobre o período e todas as suas classificações partem de historiadores que escrevem a partir do presente?

Não pode faltar

Você já parou para pensar porque chamamos a ocupação portuguesa na capitania de Pernambuco de "colonização" e a holandesa, na mesma região, de "invasão"? Lembra-se de nossa discussão inicial nessa disciplina sobre o uso dos termos "descoberta", "colonização" e "conquista"? Tudo isso diz respeito ao **debate historiográfico**. A historiografia pode ser definida, de maneira simplista, como sendo a "história da história", isso é, uma história sobre como os historiadores constituíram suas narrativas, o entendimento sobre como as versões que contam o passado surgiram.

No século XIX, quando a história começava a se profissionalizar, ela era pensada como parte de uma construção cívica, nacionalista, que narrava a história a partir da construção de "grandes homens" e de grandes acontecimentos: Cabral e a "descoberta", D. Pedro I e a Independência, por exemplo. Além disso, nesse aspecto, é importante destacar que a historiografia nacional no período foi constituída a partir das discussões, bastante intensas no decorrer do século XIX, sobre a origem do ser humano na biologia e seus desdobramentos sempre calcados nas teorias raciais que também se constituíam como a base para a compreensão das diferenças entre os povos de diferentes continentes. Os estudos de nossos primeiros historiadores foram pautados na ideia de que existiam "raças" diferentes de homens e que dessas, brancos, negros e indígenas seriam os formadores da nação brasileira (SCHWARCZ, 1993). Assim, constrói-se não apenas o conceito e o mito de "três raças" formadoras, mas também se propõe a existência de diferenças físicas, intelectuais e evolutivas entre elas, numa lógica em que brancos seriam superiores a negros e indígenas e, portanto, os responsáveis por "civilizar" e conferir progresso às duas "raças inferiores" (PEDRO, 2016). A noção de um "povo mestiço", portanto, tão fortemente estabelecida na cultura brasileira, nasceria ainda no XIX, como parte dos debates raciais/racistas da época.

Por conta de nosso curto espaço não discutiremos aqui essa primeira narrativa sobre o passado do país, criada juntamente com a materialização do Estado-nação por meio de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (**IHGB**), que consolidou a perspectiva de uma história e um povo unificado em suas origens

pelo encontro de portugueses, indígenas e africanos.

Como vários estudiosos e historiadores contemporâneos têm questionado, nas últimas décadas, essa historiografia, assim como a clássica que estudaremos aqui, possuía uma preocupação com as origens – ou "raízes" para usar a expressão célebre de Sérgio Buarque de Holanda. Por isso, na historiografia brasileira, uma das áreas em que temos mais profissionais destacados é o ramo da História Colonial. Nomes como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais, Laura de Mello e Souza, Mary Del Priore, Luiz Felipe de Alencastro, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas, João Fragoso, Manolo Florentino, Silvia Hunold Lara, Leila Mezan Algranti etc., a lista é bastante extensa.

Pretendemos, nesta seção, fazer um breve histórico sobre esses "intérpretes do Brasil", enfatizando o trabalho da "geração de 1930", Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Esses autores são considerados clássicos por vários motivos. Dentre eles, podemos destacar a profundidade das suas obras, que analisam uma vasta documentação em um longo recorte temporal, e que romperam com uma tradição bastante antiga da historiografia brasileira, que ainda era, em certa medida, herdeira da história oficial escrita pelo IHGB. Posteriormente, discutiremos sobre os trabalhos mais recentes que abordam temáticas relativas ao período Colonial. Não pretendemos aqui discutir sobre todos os autores desta temática, tal tarefa seria impossível, mas queremos apresentar as principais obras e autores que tanto enriquecem essa área.

GILBERTO FREYRE

Sociólogo, historiador e jornalista, Gilberto Freyre nasceu em Recife em 1900. Teve parte dos seus estudos nos EUA, chegando até mesmo a ser convidado a tornar-se cidadão norte-americano, o que recusou. Além da sua grande atuação como um dos maiores intelectuais brasileiros, trabalhou ativamente na política, sendo eleito deputado pela conservadora UDN em 1946, depois de ser preso durante a ditadura do Estado Novo, em 1942. Lecionou na Universidade de Stanford e recebeu diversos prêmios de reconhecimento pelas suas obras, tanto no Brasil como no exterior. Foi condecorado pela rainha Elizabeth II como Sir., cavaleiro do Império Britânico. Dentre suas diversas obras, as que

mais se destacam são **Casa-Grande e Senzala** (1933) e **Sobrados e Mocambos** (1936).

Em **Casa-Grande e Senzala**, Freyre (1933) criou uma interpretação inovadora e, ao mesmo tempo, fundamental para a discussão das origens do país. Segundo Laura de Mello e Souza (2001), essa é a primeira obra brasileira que trabalha com a perspectiva da História Cultural. O autor foge de uma perspectiva unicamente cronológica como se fazia até então. Além disso, faz uso de conhecimentos da antropologia e sociologia para alcançar uma melhor compreensão dos processos da história. Freyre (1936) conseguiu questionar a abordagem costumeira sobre o conceito da mestiçagem, característica malvista até aquele momento dentro do discurso da ***eugenia*** que ganhava força no Brasil e na Europa nas primeiras décadas do século XX.

> Mas a percepção positiva da mestiçagem, aliada à valorização da cultura, permitiria igualmente a Freyre destacar a originalidade de práticas, crenças e costumes cotidianos tributários do entrecruzamento dos três grupos que constituíram o povo brasileiro: portugueses, africanos, indígenas – aqui, não mais "as três raças irredutíveis" de Capistrano. Segundo sua concepção, as culturas indígena e negra jamais teriam se enquistado no Brasil, nem contra elas se teriam desenvolvido ódios; ao contrário, viram-se responsáveis pela dinamização da cultura dominante, da mesma forma que a miscigenação suavizara as relações sociais e inter-raciais. (SOUZA, 2001, p. 21)

Ainda segundo Souza (2001), um dos pontos principais da interpretação de Freyre é a ideia positiva sobre a mestiçagem apresentada em Casa-Grande e Senzala: sua abordagem atenuava em certa medida a relação entre as "três raças", o branco, o negro e o indígena e via na condução mais flexível dos portugueses com relação ao entrelaçamento racial algo benéfico para a formação do Brasil.

> Mas o livro de Gilberto Freyre propôs-se, antes de tudo, a repensar a formação histórica do Brasil em perspectiva a mais ampla possível, nela enxergando a família patriarcal

e a escravidão como elementos formadores. A casa-grande, metáfora do Brasil, é o cenário onde se opera a miscigenação a um só tempo racial e cultural, por ele positivada, numa convergência de contributos que não elimina, porém, as hierarquias e violências da escravidão – ao contrário do que deste livro diriam os críticos nas décadas de 1960-1970. (VAINFAS, 2009, p. 224)

Freyre (1933) foi criticado por amenizar as "relações de opressão", que sabidamente eram violentas durante a colonização, especialmente quando analisamos a escravidão. A ideia da democracia racial foi elaborada mais no sentido de combater o discurso que defendia o progresso de uma nação ligada a "raça pura" do que para relativizar a violência do período escravocrata. Por isso, temos que salientar que sua obra é fruto do seu tempo e, portanto, estava grandemente influenciada pelo contexto histórico vivido naquele momento. Em um mundo no qual o preconceito racial era ainda institucionalizado em vários lugares, como na segregação institucionalizada e da Ku Klux Klan nos EUA, na política do *apartheid* da África do Sul e em regimes totalitários como o Nazismo, o Brasil apresentando por Gilberto Freyre exaltava inesperadamente a miscigenação.

O trabalho de Gilberto Freyre recebeu várias críticas, principalmente por atenuar as relações de opressão raciais – o que deu origem à expressão de uma "democracia racial" atribuída ao seu trabalho. O debate sobre o mito da democracia racial no Brasil e sua relação com a obra de Freyre pode ser encontrado em diversas fontes. Leia a respeito no link disponível em: <https://goo.gl/NMTTkz>. Acesso em: 19 fev. 2018.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Jornalista, sociólogo e historiador, Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo em 1902. Teve contato com o movimento modernista de 1922, trabalhou como correspondente jornalístico na Europa até 1936, quando publicou sua obra mais famosa: ***Raízes do Brasil***. Com seu trabalho como historiador, ganhou prestígio internacional, sendo professor de Estudos Brasileiros da Universidade

de Roma (1952). Foi professor da USP entre 1958 a 1969. Além da obra acima citada, destacam-se entre seus livros *Monções* (1945) e *Visão do Paraíso* (1958). Faleceu, também em São Paulo, em 1982.

Sérgio Buarque de Holanda é um grande e um dos primeiros historiadores brasileiros a se debruçar sobre a chamada História Cultural. Laura de Mello e Souza faz interessante análise sobre as principais obras de Holanda que tratam desta faceta da História.

Se *Raízes do Brasil* é ainda um ensaio, na boa tradição brasileira de pensar o país – como Freyre, como Prado, como Capistrano -, aborda, pela primeira vez, temas ligados à cultura com metodologia rigorosamente adequada ao objeto, manejando conceitos com segurança, ancorando-se na sociologia da cultura dos alemães, na teoria sociológica e na etnologia. Em prefácio clássico, Antonio Cândido mostrou tal filiação, acrescentando, às suas influências, a "nova história social dos franceses". Creio ser possível detectar, mais do que influência propriamente dita, uma surpreendente afinidade e coincidência temática e metodológica entre Sérgio e os fundadores da moderna historiografia francesa, os homens dos *Annales* – Marc Bloch, Lucien Febvre e, já na segunda geração, Fernand Braudel. (SOUZA, 2001, p. 23)

Na citação acima percebemos, por parte da historiadora, um misto de análise da condição do autor a escrever a obra, tendo construído um inovador arcabouço metodológico para a análise cultural do período colonial e de admiração. Holanda estava sincronizado com o que de mais novo era pensado e refletido sobre a História naquele momento, conhecia e compartilhava dos pressupostos da historiografia dos Annales. Mas afinal, por que *Raízes do Brasil* é tão importante?

Como um livro de quase 80 anos de idade ainda é capaz de manter seu "frescor"? Por que é capaz de arrebatar seus leitores como poucas obras de não ficção? Não existe uma resposta simples a estas perguntas. Certamente a biografia, a impressionante erudição e a força literária da escrita de Buarque de Holanda contribuíram para tal sucesso. Mas é o

conteúdo propriamente dito de Raízes do Brasil que provoca tanto fascínio: trata-se de nada menos do que uma tentativa de superar a herança colonial. (COSTA, 2014, p. 823/4)

O trabalho de Holanda (1978) queria demonstrar que o Brasil Contemporâneo era muito mais do que o simples reflexo da era colonial. Que, apesar de uma conjuntura complicada, também gozava das benesses da modernidade. No texto, Holanda (1978) analisa a colonização como obra de portugueses aventureiros que não tinha um planejamento muito claro sobre suas ações. O autor também critica o patriarcado rural, visto como empecilho na formação de uma burguesia urbana com viés liberal. "A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos" (HOLANDA, 1978, p. 53).

Segundo Sérgio Costa (2014), o grande núcleo analítico da obra *Raízes do Brasil* é o "**homem cordial**". O "homem cordial", elemento típico da sociedade que se organizou a partir da colônia retratado por Holanda, não é generoso ou inocente, mas usa tal cordialidade para manobrar as normas em uma sociedade em que as instituições estatais não funcionam como deveriam e que os laços de amizade, ou de favores pessoais, funcionam melhor do que o rigor da Lei. Seria a gênese do "jeitinho brasileiro".

Neste ambiente de instabilidade normativa e institucional, o "homem cordial" busca ofuscar os conflitos, converter desconhecidos em amigos e interpretar os benefícios estatais no sentido de favores e retribuições. Quando assim mesmo surgem conflitos, falta o repertório institucional e pessoal necessário para resolvê-los de maneira pacífica e argumentada, razão pela qual os conflitos, no geral, terminam de forma trágica. Portanto, a predisposição à violência não é o oposto da cordialidade: a violência é característica necessária e inerente ao "homem cordial" na medida em que qualquer antagonismo é interpretado como ameaça à existência deste modelo de personalidade e sociabilidade. (COSTA, 2014, p. 835)

Pesquise mais

O filme ***Raízes do Brasil*** (BRA, 2004) dirigido por Nelson Pereira dos Santos conta um pouco sobre a vida e obra de Sérgio Buarque de Holanda a partir do relato de intelectuais como Antonio Candido e até de seu filho, o compositor Chico Buarque. Leia mais a respeito da obra disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-202282/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CAIO PRADO JÚNIOR

Nascido em São Paulo em 1907, Caio Prado Jr. é considerado um dos maiores intelectuais brasileiros, com atuação destacada tanto na História como na política. Foi membro do Partido Comunista, chegou a ser preso pelo Governo Vargas em 1935 e pela Ditadura Militar em 1971 por conta da sua posição política socialista. É também o fundador da Editora Brasiliense (1943), destacada por suas publicações acadêmicas. Dentre as suas maiores obras, destacam-se: ***A evolução política do Brasil*** (1933), ***Formação do Brasil Contemporâneo*** (1942), considerado o seu principal trabalho, ***História econômica do Brasil*** (1945) e ***Estruturalismo e Marxismo*** (1971). Faleceu em São Paulo em 1990.

Prado Jr. era um marxista convicto e sua interpretação do Brasil se dá pelo viés do ***Materialismo Histórico***. Portanto, o viés econômico era preponderante em suas análises históricas marcadas pela ideia de um "sentido da colonização". Para o autor, esse sentido teria sido desde o início o de gerar a acumulação de capitais da metrópole, sem formar uma economia nacional na colônia. Para Prado Jr. o atraso no desenvolvimento econômico na colônia era a grande explicação para o atraso da economia nacional, que até meados da década de 1930 não tinha alcançado altos índices de industrialização.

Segundo Dalcy da Silva Cruz (2008), a interpretação do Brasil de Caio Prado Jr se divide em três pilares: *o sentido da colonização; as relações de trabalho com base no escravismo; e a especificidade do capitalismo brasileiro*. Com relação a ideia de sentido, Caio Prado afirma que:

> Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negro importado. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora industrial, se constituirá a colônia brasileira. O "sentido" da evolução brasileira, que é o que aqui estamos indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. (PRADO JÚNIOR, 1942, p.26)

Em sua interpretação, diferentemente dos aventureiros e desorganizados portugueses de Holanda, temos colonialistas com objetivos econômicos claros e que na relação da metrópole com o Brasil determinam o sentido da colonização. Prado Junior (1942) portanto, reitera a ideia que os problemas presentes da nação nascem com a colonização. É constante em sua obra o viés materialista, pois o autor entende que o processo colonial mercantil se insere na formação do capitalismo, pensando a acumulação de capitais que mais tarde permitiria o surgimento da Revolução industrial na Europa. Além disso, preocupado com os modos de produção, Prado Junior (1942) demonstra como a escravidão influenciou a própria noção do conceito de trabalho, que era algo malvisto na colônia, destinado a seres "inferiores". Em sua narrativa, pensar em trabalho livre era muito difícil, pois a escravidão dominava todas as relações trabalhistas, não se pensava em trabalho fora da estrutura escravista:

> Assim, no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente. Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo em vários

> misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito de trabalho, que se torna ocupação pejorativa e abandonada (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 277).

Sobre a especificidade da formação do capitalismo brasileiro, Prado Junior (1942) ressaltava a dicotomia da situação brasileira na formação do capitalismo, caracterizada entre o passado escravista e a modernidade contemporânea. A ideia de **ciclos econômicos**, tão comum em materiais didáticos, também aparece com esse autor, na análise dos grandes períodos da história brasileira nos quais alguns produtos coloniais se sobrepuseram aos outros, como a cana-de-açúcar, a mineração ou a cafeicultura.

Assim como os outros autores que compõe o tema da seção, os trabalhos e as contribuições de Caio Prado Junior são importantes para o entendimento do debate historiográfico a respeito da colonização e sua condição de clássico não é obra do acaso. Ele foi o primeiro a apresentar uma grande interpretação marxista do Brasil, inserindo nas discussões sobre o passado colonial a concepção de classe e de estruturas econômicas.

A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

A trindade formada pelos intérpretes modernos do Brasil inaugurou uma nova era da historiografia brasileira. Os pesquisadores posteriores sempre tiveram embasamento nesses autores. Mesmo quando criticados, sempre foram admirados pelo rigor metodológico e pela novidade das suas análises. Não é possível aqui realizar um estudo aprofundado sobre todos os autores de destaque na nossa área nas últimas décadas, mas vamos apresentar alguns historiadores e o que de mais importante aparece em suas obras.

O debate historiográfico relativo à interpretação do Brasil Colônia é resumido no artigo *A quebra do paradigma "Sentido Da Colonização": notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos*, de Wesley Dartagnan Salles. Abaixo o link para a íntegra do artigo e o resumo do mesmo:

Este artigo retoma as bases historiográficas de duas correntes brasileiras: Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos. Buscamos compreendê-las epistemologicamente com o intuito de explicar as características do acalorado debate historiográfico atual. Analisamos as bases de fundação da corrente "paulista", as principais teses que compõem a compreensão do passado colonial, a partir da consolidação das pesquisas de Fernando Novais. Explicamos alguns dos pontos que direcionaram a construção de sua obra A Crise do Antigo Sistema Colonial, tais como o marxismo/estruturalismo, a longa duração braudeliana etc. Demonstramos que, posteriormente à consolidação de sua obra, surgiram críticas, principalmente, depois da década de 90, a partir das teses de João Fragoso e Manolo Florentino, e em 2001 a criação do grupo Antigo Regime nos trópicos. Ressaltamos as influências que esse grupo sofreu (tais como a do historiador português Antônio Manuel Hespanha e do filósofo francês Foucault), os desafios historiográficos lançados por esse grupo e, sobretudo, mas, também os desenlaces advindos de sua tese, tais como a exclusão dos estudos referentes à escravidão. Atrelamos o desenvolvimento do grupo às críticas pós-modernas, ao neoliberalismo e à conjuntura econômica dos últimos anos. Nossa hipótese é a de que o surgimento do grupo "carioca" explica-se pelo contexto da década de 1990 e 2000, no qual procura-se entender os problemas brasileiros. Em conjunto com as propostas políticas adotadas, notadamente ligadas ao neoliberalismo, a tese é a de que os problemas do Brasil existiam devido a uma longa duração da desigualdade social, fruto do acúmulo interno de capitais, de maneira hierarquizada. Em suma, o problema não estava no capitalismo externo, como procurou explicar Novais e grande número de autores nas décadas de 1950, 60 e 70. (Disponível em: <https://goo.gl/j5BpgR> Acesso em: 02 dez. 2018)

O primeiro historiador que destacaremos é **Fernando Novais**. No clássico livro, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, de 1979, o autor traz uma explicação diferenciada para o processo

que levou à Independência do Brasil, entendendo que o contexto histórico em que aparece a separação entre metrópole e colônia é muito mais abrangente, não restrito apenas a essas duas nações, mas faz parte de um processo de crise maior, que ocorre entre as relações metrópole/colônia no mundo - a obra, você deve se lembrar, já foi abordada na seção anterior. Destacamos também o trabalho de Novais na organização da *História da vida privada no Brasil* (1991).

> Dois grandes projetos em colaboração anunciaram e ratificaram a guinada cultural da historiografia brasileira desde meados da década de 1980. A História da vida privada (4 v., 1997) sob a direção geral de Fernando A. Novais, foi baseada numa coleção francesa com mesmo tema. Nela, o volume dedicado à época colonial incluía muitos historiadores brasileiros importantes que tinham migrado da História Social para a História Cultural. Os ensaios desse volume enfatizavam os aspectos da vida familiar, sexualidade, cultura material e religiosidade. (SCHWARTZ, 2009, p. 182)

Laura de Mello e Souza é outro nome que já deve ser familiar após as nossas leituras. Ela é uma das maiores historiadoras brasileiras da atualidade. Professora titular aposentada da USP, atualmente é professora dos programas de mestrado e doutorado da prestigiada Universidade de Sorbonne na França. Dentre as suas várias produções, destacamos duas: ***Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII***, de 1983, no qual a autora chama a atenção para uma categoria de pessoas da sociedade mineira que até então não apareciam: os homens livres brancos e pobres que estavam totalmente fora das categorizações tradicionais da sociedade. Já em ***O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial***, de 1986, a autora tornou-se uma das pioneiras nos estudos sobre religiosidade na colônia, entendendo a ressignificação de aspectos religiosos durante a colonização:

> A infernalização da colônia e sua inserção no conjunto dos mitos edênicos elaborados pelos europeus caminharam juntas. Céu e Inferno se alternavam no horizonte do

> colonizador, passando paulatinamente a integrar, também o universo dos colonos e dando ainda espaço para que, entre eles, se imiscuísse o Purgatório. Durante todo o processo de colonização, desenvolveu-se, pois, uma justificação ideológica ancorada na Fé e na sua negação, utilizando e reelaborando as imagens do Céu, do Inferno e do Purgatório. (SOUZA, 1986, p. 372)

Outra historiadora de renome do período é **Mary del Priori**, uma das mais reconhecidas historiadoras brasileiras da atualidade. Seus trabalhos versam sobre temas sempre ligados a história cultural, principalmente com relação à história das mulheres, da sexualidade e do cotidiano. Uma de suas principais obras é ***História das mulheres no Brasil***, de 1997, no qual a autora reuniu escritos de várias pesquisadoras que mostram o papel das mulheres na construção da sociedade brasileira. Na nossa área de estudo, sua tese de doutorado de 1990 e que posteriormente transformou-se em livro em 2009, ***Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia***, já figura entre os livros clássicos para o estudo do período colonial, especialmente por abordar um tema que não constava antes do seu trabalho no *hall* dos grandes temas da História do Brasil Colonial.

Outro grande nome da historiografia contemporânea e também já conhecido para os estudantes dessa disciplina é **Luiz Felipe de Alencastro**. Seus trabalhos têm se destacado no estudo do chamado "Atlântico Sul", nas relações entre a América Portuguesa e o continente africano, sem passar pelo controle ou domínio português. Esse olhar diferenciado, percebendo que a influência africana no Brasil é maior do que a portuguesa é a grande novidade do seu trabalho, entendendo o Brasil para além de um prolongamento da Europa. Tal teoria é apresentada no livro ***O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul***, de 2000, que já é considerado um clássico da nossa historiografia. Sua abordagem segue um caminho distinto daquela destacada inicialmente nas obras de Prado Jr e Novais, diminuindo a importância de noções como mercantilismo e o modelo de uma colonização toda planejada e controlada por portugueses. Essa tipo de abordagem, presente também na obra de autores como **José Roberto do Amaral Lapa**

daria origem a questionamentos mais profundos da interpretação sobre um “Sistema Colonial”.

Debate historiografia colonial

Como professores de história, é importante destacarmos os conflitos nas interpretações: se não o fizermos, os estudantes podem entender essas diferentes interpretações apenas como narrativas que somam aspectos diferentes de uma mesma totalidade. Não é o caso: em cada uma dessas tradições intelectuais se produz uma versão sobre o passado, em muitos aspectos incompatível com as demais. Em uma delas, por exemplo, a noção de “colônia de exploração” é perfeitamente válida, em outra é justamente o que se busca negar, ao reafirmar o comércio colonial e as relações diretas entre América e África. O que se espera desta seção é justamente mostrar o debate, as divergências e as confluências das principais interpretações sobre o passado colonial.

Nesse sentido, a historiografia brasileira apresenta um importante debate historiográfico sobre a forma como o sistema colonial é interpretado. Temos duas grandes vertentes historiográficas. Segundo Salles (2017), a primeira é o Antigo Sistema Colonial (**ASC**), também conhecida como “escola paulista” que tem em Fernando Novais seu maior representante, uma vez que sua determinação é baseada em sua tese de doutoramento defendida em 1973, que acabou gerando o livro *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* (1777 - 1808). Já a segunda é denominada de Antigo Regime nos Trópicos (**ART**), também conhecida como “escola carioca”, que deriva da obra organizada pelos autores João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, *Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, publicada em 2001. Ainda segundo Salles (2017), deve-se salientar que:

Também cabe lembrar que esses grupos não foram soberanos na escrita da história colonial, ou seja, não há evidência de um domínio completo no campo historiográfico brasileiro, visto que diversos pólos (a exemplo dos brasilianistas) surgiram com o passar dos anos. Os livros citados acima não podem ser concebidos

> como religiosos, sagrados ou manuais de pesquisa. Eles são expressões de modos distintos de praticar história. Podem existir obras que escapem aos domínios e às influências de tais livros no âmbito da história colonial, o que não nos coube analisar aqui. Por isso, este artigo tem essa limitação. (SALLES, 2017, p. 248)

As obras dos autores ligados à tese do Antigo Regime nos Trópicos (ART) sempre tiveram uma postura combativa com relação aos trabalhos coerentes a teses do Antigo Sistema Colonial (ASC). A principal crítica e motivo de embate se dá contra o materialismo histórico presente na interpretação de Novais. O objetivo seria o de superar a interpretação da "dependência externa versus ênfase no caráter único e singular da sociedade colonial-escravista". (SALLES, 2017, p.250)

É comum que em situações de divergência entre duas teses em história, alguns leitores busquem elementos conciliadores entre as interpretações, uma síntese na qual as duas correntes teóricas permitiriam ilustrar melhor o passado. Mas isso é sempre possível? Não existem teses necessariamente excludentes? Como você avalia o caso do debate apresentado sobre a América Portuguesa?

Dentre as críticas da tese de Novais, uma das mais célebres é a feita por Ciro Flamarion Cardoso, a chamada *Brecha Camponesa*:

> Ao definir as atividades econômicas autônomas dos escravos que escapavam do sistema de *plantation* como *brecha camponesa*, Cardoso pretendeu valorizar o que denominou de variáveis internas. Sua intenção foi mostrar que, na colônia, existiam atividades produtivas que, escapando às injunções externas, dava à sociedade colonial uma estrutura que não era explicada somente por sua ligação com o mercado mundial. (SALLES, 2017, p.259)

Em um panorama em que todas as atividades econômicas da Colônia eram interpretadas como destinadas ao comércio com a Metrópole, a brecha camponesa apresenta um novo viés interpretativo, no qual há evidências de que havia um mercado interno significativo na Colônia, a parte daquele engendrado pela explicação clássica do ASC.

Há três grandes obras que são consideradas as inaugurais da escola carioca, ou ART: *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790 -1840*, de João Fragoso e Manolo Florentino; *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* de João Fragoso e *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, de Manolo Florentino. Segundo Salles:

> Os livros de Fragoso e Florentino mostram que havia uma acumulação endógena na Colônia mediante a constatação de elites coloniais, ancoradas no comércio para se diferenciar socialmente dentro da Colônia. Os autores demonstram, sob uma perspectiva interna, um processo de acumulação de capital que por vezes extrapolava as arrecadações europeias, não caracterizando, assim, propriamente um sentido exportador para o Brasil: o capital mercantil se acumulava nas mãos de alguns colonos. A mesma lógica aplicava-se ao mercado de escravos. (SALLES, 2017, p. 269)

De maneira geral, a tese da ART (Antigo Regime nos Trópicos) defendida por João Fragoso, Manolo Florentino, entre outros, é a de que desde o início da colonização houve uma acumulação de capital interna, que fez surgir uma elite abastada e que continua esse processo de acumulação. Essa tese é oposta a primeira interpretação proposta de ASC (Antigo Sistema Colonial), no qual a acumulação de capitais se daria fora da colônia, o que acarretaria os problemas econômicos da nação brasileira na contemporaneidade.

Infelizmente, pelo curto espaço que temos, é impossível apresentar todos os grandes historiadores brasileiros que

trabalharam ou ainda trabalham com a temática do Brasil Colonial. Como você já sabe, caro estudante, a narrativa da história é construída no presente e, por isso, o que sabemos e interpretamos do passado está em constante mudança. Siga as sugestões de leituras indicadas e você descobrirá que o campo da historiografia do Brasil Colonial é amplo e fascinante.

Nesta seção, aprendemos sobre a importância da historiografia para o entendimento do conhecimento histórico. Além do domínio dos conteúdos estudados, é caro ao historiador entender como essa história foi escrita, construída.

Dividimos essa seção em quatro partes, mas que perfazem na verdade duas. A primeira, dedica aos três maiores nomes da historiografia brasileira, os intérpretes modernos do Brasil ou Geração de 1930: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Gilberto Freyre. Posteriormente, apresentamos os principais historiadores e seus trabalhos posteriores a geração de 1930.

Esperamos que com esse texto, você possa ter um panorama interessante sobre a historiografia do Brasil Colonial, entendendo os conceitos desses pesquisadores e a sua importância.

Sem medo de errar

Na situação problema desta seção, vimos que a professora Cristina teve que elaborar uma palestra apresentando os principais autores da historiografia do Brasil Colonial, a pedido da editora de livros didáticos que fornece materiais para a escola em que ela leciona.

Para organizar sua fala, a professora dividiu os historiadores por ela apresentados em dois grupos: o primeiro e mais extenso sobre os historiadores considerados clássicos na análise do Brasil Colonial: Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. Posteriormente, a professora explanou sobre os principais autores contemporâneos que trabalham com temáticas coloniais, como Luiz Felipe de Alencastro, Laura de Mello e Souza e Mary del Priore.

Posteriormente, a professora Cristina apresentou o debate historiográfico sobre a interpretação dos diferentes modelos interpretativos acerca da colonização do Brasil, especificamente a Escola Paulista do Antigo Sistema Colonial (ASC) e a Escola Carioca do Antigo Regime nos Trópicos (ART). Esse debate foi o ponto alto da sua apresentação, porque demonstrou como é interessante o debate dos historiadores, sempre alicerçados por fontes históricas diversas, metodologias adequadas e arcabouços teóricos diversificados.

A palestra conseguiu alcançar o seu objetivo: demonstrar a importância dos trabalhos desenvolvidos por esses historiadores, que contribuíram para o entendimento da História do Brasil Colonial e sobre a construção da historiografia desse tema. Objetos e categorias tão comuns em materiais didáticos – como os ciclos econômicos, a noção de um Sistema Colonial – podem agora ser tratados com maior criticidade pelos professores com seus alunos em sala, sem reiterar uma perspectiva de história antiquada e incapaz de refletir sobre a própria natureza do saber histórico.

Faça valer a pena

1. Sobre o debate na historiografia que apõe as teses do Antigo Sistema Colonial (ASC) e do Antigo Regime dos Trópicos (ART), analise as afirmativas a seguir:

I- Embora as duas teses sejam importantes, há uma hegemonia na produção historiográfica da ART sobre a ASC.

II- A ART combateu durante muito tempo a ideia defendida por Ciro Flamarion Cardoso acerca da Brecha Camponesa.

III- A ART é a tese que defende que ocorreu uma grande acumulação de capitais dentro da colônia, o que acabou gerando uma elite bastante abastada no Brasil.

IV- A ASC é a tese que defende que o sistema colonial gerou a acumulação de capitais na metrópole, o que atrasou o desenvolvimento econômico do Brasil.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV

2. **Casa Grande & Senzala** representa, assim, uma tentativa de sintetizar o Brasil, sob o signo da diferença, reconhecida em alguns aspectos: a mestiçagem que de biológica se faz cultural, o caráter plástico da assimilação e a privacidade das relações. O Brasil seria um caso único e daria um exemplo de originalidade como uma civilização nos trópicos.

PORQUE

O país não representaria mais a decadência, mas antes a saída para um mundo marcado por divisões e conflitos. (SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. **Mal-estar na Cultura**. 2010, p. 13. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminmalestar/documentos/arquivo/Schwarcz%20%20adaptacao%20mesticagem%20tropicos.pdf>).

Com base no texto, assinale a alternativa correta sobre as asserções acima:

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II justifica a I.
b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não justifica a I.
c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II, falsa.
d) A asserção I é uma proposição falsa e a II, verdadeira.
e) Ambas as asserções são falsas.

3.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes [...]. (PRADO Jr. Caio. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1945)

Considere, agora, as afirmações abaixo:

I. Quando o autor cita a "a vista do plano mundial e internacional" ele faz uma sutil referência ao mercantilismo, prática econômica comum na época do descobrimento.
II. O texto sintetiza a ideia de sentido da colonização apresentando por Caio Prado Junior.

III. A colonização do Brasil foi o resultado das determinações francesas e inglesas relativas ao comércio internacional.
IV. A produção açucareira no Nordeste Brasileiro fazia parte de um projeto de determinações da Inglaterra.

São corretas as afirmações:

a) I e II.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I e III.
e) II e IV.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1982.

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **Soc. estado**., Brasília, v. 29, n. 3, p. 823-839, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CRUZ, Dalcy da Silva. Centenário de Caio Prado Júnior: debate sobre sua atualidade. Revista **Eletrônica Inter-Legere** – Número 03 (Jul/Dez 2008). Disponível em: < http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es05.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

FALCON, Francisco J. C.. Luzes e Revolução na Colônia. **Estud. av.**, São Paulo , v. 2, n. 2, p. 73-85, ago. 1988 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_________. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

_________. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

FIGUEIREDO, Vinicius de. Crítica e crise. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, n. 15, p. 125-130, Nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: **O Arcaísmo como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1936].

JANCSÓ, István. **Na Bahia contra o Império**: história do ensaio de sedição na Bahia de 1798. São Paulo: Hucitec, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise** – Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. São Paulo: Contexto, 1999.

MORIN, Edgar. Para além do Iluminismo. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 26, abril 2005. Disponível em: < http://www.uesb.br/labtece/artigos/Para%20%20Al%C3%A9m%20do%20Iluminismo.pdf> Acesso em: 10 dez. 2017.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808**. São Paulo: Hucitec. 1989.

PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal**: a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900-1933. 2016. 258 f. Tese (Doutorado em História) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 2016.

PIMENTA. João Paulo Garrido. História do Brasil Colonial II. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A85f9xs4O-0&list=PL7E0137A3C2B91E82&index=22> Acesso em: 13 mar. 2018.

PRADO JR, Caio. **Evolução Política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

________. **Formação do Brasil Contemporâneo** – Colônia. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos inconfidentes**. São Paulo: Ed. Globo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno. tendências e desafios das duas últimas décadas. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contesto, 2001.

________. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TRIGUEIROS, A. J. L. "O negócio jesuítico" e o papel da política regalista portuguesa. **Brotéria**, v.169, p.149-169, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

VALIM, Patrícia. Combates pela História da Conjuração Baiana de 1798: ideias de crise e revolução no século XX. **História Social**, n. 17, segundo semestre de 2009. Disponível em:< https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/272/247>. Acesso em: 14 mar. 2018.

VILELA, André. Exclusivo metropolitano, "superlucros" e acumulação primitiva na Europa pré-industrial. **Topoi**. v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 4-29.